

ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO

# MEMÓRIA E IDENTIDADE:

REFORMAS URBANAS E ARQUITETURA  
CEMITERIAL NA REGIÃO CACAUEIRA  
(1880-1950)



**eaii**  
**at's**

Editora da UESC

ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO



Ilhéus - Bahia  
2005



Editora da UESC

©2005 BY ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO  
Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil  
Tel.: (073) 3680-5028 - Fax: (073) 3689-1126  
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: [editus@uesc.br](mailto:editus@uesc.br)

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DE SANTA CRUZ**

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

LOURICE HAGE SALUME LESSA - VICE-REITORA

**DIRETORA DA EDITUS**

MARIA LUIZA NORA

**PROJETO GRÁFICO E CAPA**

ALENCAR JÚNIOR

**CONSELHO EDITORIAL:**

ANTÔNIO ROBERTO DA PAIXÃO RIBEIRO

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

ERONILDA MARIA GÓIS DE CARVALHO

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

FRANCOLINO NETO

LINO ARNULFO VIEIRA CINTRA

MARIDALVA SOUZA PENTEADO

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

MARILEIDE SANTOS OLIVEIRA

PAULO DOS SANTOS TERRA

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

ROSANA LOPES

ROZEMERE CARDOSO DE SOUZA

**EQUIPE EDITUS**

**DIRETOR DE POLÍTICA EDITORIAL:** JORGE MORENO;

**REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA, ALINE NASCIMENTO;

**SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO:** MARIA SCHAUN;

**COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** ADRIANO LEMOS;

**DESIGN GRÁFICO:** ALENCAR JÚNIOR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484

Ribeiro, André Luiz Rosa.

Memória e identidade : reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950) / André Luiz Rosa Ribeiro. – Ilhéus, Ba : Editus, 2005.

208p. : il. ; anexos.

Bibliografia: p. 187-197.

ISBN: 85-7455-098-1

1. Ilhéus (BA) – História. 2. Ilhéus (BA) - Aspectos Sociais. 3. Cemitérios – Arquitetura – Ilhéus (BA). 4. Monumentos funerais – Arquitetura. I. Título.

CDD 981.425

À minha mãe  
Dione Pereira Rosa  
Ribeiro, mestra pri-  
meira, dedico.

## AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e à CAPES, pela oportunidade de realização deste trabalho.

À profa. Lígia Bellini, pela orientação e pela amizade. Aos professores Antonio Guerreiro de Freitas, Maria Hilda Paraíso e Lina Aras, pelo convívio sempre frutífero.

À profa. Janete Ruiz de Macêdo, pela sua presença constante e pelo seu exemplo.

A Maria Alice Dória, pelo companheirismo e pela ajuda decisiva na realização deste trabalho. Aos meus irmãos Paulo de Tarso e Anna Livia Rosa Ribeiro, pela colaboração e pelo apoio dados.

Conheci as torres e os cemitérios,  
conheci os homens e seus velórios...

Lô Borges, da canção Paisagem da janela.

## **Lista de Abreviaturas**

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ACDI – Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus

API – Arquivo Público de Ilhéus

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória  
Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz

CJI – Correspondência dos Juízes de Ilhéus

CMV – Cemitério Municipal da Vitória

SCP – Seção Colonial e Provincial

SJ – Seção Judiciária

## PREFÁCIO

Lígia Bellini  
Departamento de História  
Universidade Federal da Bahia

Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera do Sul baiano, 1880-1950 situa-se na confluência de diversos territórios da história e ilustra as potencialidades de abordagens fundadas no diálogo com conceitos, procedimentos metodológicos e tipos de fontes de diferentes campos da disciplina.

É um trabalho de história política, uma nova história política que não se resume às iniciativas de figuras de destaque na sociedade - embora estas sejam contempladas - mas procura compreender a interação entre grupos diferenciados das elites econômicas nos vários espaços e rituais na região. São focalizados os núcleos familiares e políticos que congregavam, de um lado, os novos ricos do cacau, que lá se estabeleceram em finais do século XIX e início do XX e, de outro, a elite tradicional, composta por fazendeiros residentes de longa data no local.

Para caracterizar esses núcleos e as lutas entre eles pelo poder, André Luiz Rosa Ribeiro apresenta, no primeiro capítulo, um panorama das relações sociais, econômicas e políticas no contexto do cultivo do cacau e antes, fazendo uso, entre outros, de dados econômicos sobre a região, notícias de jornal e escritos de memorialistas locais. Digna de nota, aqui, é a bibliografia que lhe serviu de inspiração para o enfoque adotado, obras que inovaram

o entendimento da história do Sul da Bahia, na época em foco.

Memória e identidade é também um estudo de história urbana. Analisa a construção de uma Ilhéus moderna, tanto do ponto de vista das intervenções urbanas de fato implementadas quanto no plano das representações, com a cidade tornada símbolo do progresso advindo com a ascensão da lavoura cacaujeira. Esse processo deveu-se principalmente à iniciativa da elite emergente, visando criar um espaço e valores novos, que favorecessem seu estabelecimento enquanto liderança econômica e política.

O autor observa, nos discursos e práticas, o investimento na eliminação de traços do passado como o casario remanescente dos períodos anteriores e outros elementos da configuração colonial da cidade. Constroem-se novos palacetes e monumentos; projetam-se obras de saneamento, nem sempre, em verdade, postas em prática de forma eficaz; segregam-se as zonas pobres. Por meio da exclusão de aspectos característicos das épocas precedentes e da implementação de novos, os recém-enriquecidos procuravam consolidar a idéia de que as plantações de cacau e o florescimento por elas proporcionado, eram unicamente fruto do seu próprio esforço, sem participação do grupo mais antigo de proprietários de terra e comerciantes, e da mão-de-obra escrava. Artigos de jornal, literatura memorialista, e os monumentos e palacetes construídos são analisados como discursos, expressando o investimento da nova elite de homens feitos por si de construir uma memória coletiva que legitimasse seu poder.

A construção da nova feição da cidade teve como um dos seus pontos altos a reforma do cemitério oitocentista de Nossa Senhora da Vitória, a cuja análise é dada ênfase especial no estudo. O fenômeno mais geral de secularização do espaço da morte teve aqui dimensão histórica particular, criando condições de possibilidade para formas específicas de embate político em torno da constituição da memória da região cacaujeira. O formato das sepulturas, suas qualidades estéticas, tamanho e material, sua localização e datação são investigados em sua relação com as configurações sociais na região.

Ribeiro aborda o conjunto dos túmulos de uma perspectiva quantitativa, inserindo-os em três fases temporais compreendendo os começos da consolidação econômica do cacau como principal produto da pauta de exportação da Bahia (1880-1900), o momento de ascensão da elite recém-constituída ao poder político local (1910-1930) e o período final do coronelismo na região (1940-1950). Detém-se na análise iconográfica de alguns dos jazigos perpétuos, considerados como especialmente significativos quanto ao desejo, por parte dos novos ricos, de consolidar e demonstrar socialmente seu status. Procura explorar a procedência e trajetórias comerciais dos materiais e objetos artísticos das sepulturas. Estes aspectos são complementados com informações sobre os epitáfios, funerais e necrológios.

O autor dialoga, aqui, com uma rica bibliografia sobre memória, história da morte e interpretação de imagens. Sua conclusão é a de que se observa, também nos espaços e rituais relativos à morte, o investimento, por parte da burguesia regional, de deixar sua marca como grupo hegemônico. Além disso, as hierarquias sociais transferiram-se para o cemitério. Ao longo do período estudado, nota-se a crescente necessidade, por parte de indivíduos e suas famílias, de possuírem uma concessão perpétua, marco distintivo de prestígio social e coesão do grupo. O tipo de abordagem nesta parte do trabalho aproxima-se da história da cultura, mais particularmente da memória e das representações da morte.

Por fim - e este é o modo como o autor primeiro o apresenta - trata-se de um estudo de história voltado para a constituição de um quadro multifacetado da região cacaueira do sul baiano no período de maior florescimento econômico. Uma paisagem resultante de diferentes formas de ação histórica do homem em determinado lugar, cuja articulação Ribeiro busca compreender, no livro.

A diversidade de possibilidades de análise ensaiadas aqui deixou, como afirma o autor na introdução, muito a ser feito. Um exemplo é a investigação do modo como as visões de mundo e perspectivas dos demais estratos sociais se expressam nos elementos

decorativos e epitáfios das sepulturas de menor porte, assim como em outros tipos de manifestações porventura registradas nos jornais e narrativas memorialistas.

A iconografia do cemitério como um todo, incluindo a dos jazigos mais suntuosos, pode potencialmente ser explorada pelo prisma da espiritualidade religiosa, idéias filosóficas e outras, o que talvez venha inclusive a iluminar a compreensão da própria inter-relação política entre grupos. O autor continua desenvolvendo pesquisas na esteira do que ficou em aberto neste estudo, originalmente dissertação de mestrado. Isto, em conjunto com os demais aspectos apontados neste breve comentário, atesta a riqueza e pertinência do tema e da abordagem metodológica do trabalho.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I</b>	
Economia, sociedade e poder em São Jorge dos Ilhéus.....	23
Trajetória da implantação da cultura do cacau .....	24
Economia e política em Ilhéus no Império .....	36
Família e poder.....	40
Memória e identidade .....	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
Memórias urbanas da “Capital do cacau” .....	61
A vila de São Jorge dos Ilhéus: séculos XVI e XVII .....	62
A vila desce o morro: Ilhéus nos séculos XVIII e XIX.....	69
O discurso higienista e o exílio da morte: o surgimento dos cemitérios oitocentistas .....	74
Progresso, civilidade e memória.....	84
A cidade ideal: Capital do Cacau e Princesa do Sul.....	94
<b>CAPÍTULO III</b>	
O lugar dos mortos na cidade dos vivos.....	115
Trajetória das representações e práticas relativas à morte .....	116
Reformas urbanas e espaço cemiterial .....	128
Desigualdade econômica e contradição social no campo santo .....	135
O cemitério como espaço de identidade familiar .....	141
Símbolos funerários e memória social.....	147
Costumes funerários: velórios, enterros, epitáfios e anúncios fúnebres.....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	181
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	185
<b>ANEXOS</b> .....	199

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento crescente de estudos dedicados à análise histórica de aspectos econômicos e sócio-culturais de determinadas regiões – campo que se convencionou chamar de história regional – tem contribuído para a compreensão de realidades que, até as últimas décadas, somente haviam sido abordadas sem maior atenção a particularidades mais significativas. Conforme Marcel Roncayolo, deve-se atribuir à ação do homem a criação e constituição no tempo, na história, de paisagens dotadas de determinadas características que se possa falar de região. A relação fundamental coloca-se na área natureza/cultura, na capacidade de cada sociedade em adaptar ou adaptar-se aos lugares. Cada região constitui um processo dinâmico “com saltos e rupturas e com linhas de continuidade entre a formação sócio-econômica e a dotação natural dos lugares”.<sup>1</sup>

O presente texto insere-se nesse campo de investigação, explorando as intervenções urbanas postas em prática em São Jorge dos Ilhéus, nas décadas finais do século XIX e primeira metade do século XX, relacionando-as com características mais gerais do processo histórico por que estava passando a região cacauífera do sul baiano, no período. Trata-se da fase de consolidação da economia do cacau e de definição da identidade regional.<sup>2</sup> A região

---

<sup>1</sup> RONCAYOLO, M. Região. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 8, Região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 189.

<sup>2</sup> GUERREIRO DE FREITAS, A. F.; PARAÍSO, M. H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 167.

cacaueira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação de uma memória coletiva que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica do sul baiano, por elementos das mais diversas procedências agrupados em núcleos familiares e políticos. Essa memória, que desempenhou um importante papel nas lutas entre grupos pela hegemonia local, desenvolveu-se a partir das representações produzidas como meio de legitimação do poder social e político, presentes nas narrativas memorialistas, na literatura e na arquitetura urbana e cemiterial, foco deste estudo.

O estudo das representações permite apreender a homogeneidade e continuidade das idéias formadas ao longo das gerações e também os momentos de ruptura. Permite identificar o que se quis que fosse preservado e o que foi relegado ao silêncio. Como afirma Pollak, a memória é uma operação dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer preservar, “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento”.<sup>3</sup> A constituição da memória impõe operações de segregação, a sua manutenção exige a exclusão daquilo que possa contradizer ou contestar a imagem que está sendo formada.<sup>4</sup> Assim, a estruturação da memória coletiva está associada ao contexto social, em particular às lutas políticas. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das principais preocupações dos grupos e indivíduos que dominam sociedades históricas.<sup>5</sup>

A discussão sobre essas representações simbólicas pode fornecer elementos preciosos de reflexão sobre o processo histórico

---

<sup>3</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**. FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 10.

<sup>4</sup> COSTA, I. T. ; GONDAR, J. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 37.

<sup>5</sup> LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 1994, p. 426.

e, particularmente, maior compreensão sobre as estruturas de pensamento da sociedade. Busca-se a análise do sentido da criação de discursos e imagens que compõem os símbolos identificadores da sociedade ilheense e o alargamento das possibilidades de reflexão sobre a constituição da sua identidade girando em torno do cacau.

A manipulação do imaginário é especialmente importante num contexto de mudança social, como o que viveu a sociedade ilheense a partir das últimas décadas do século XIX. Nele, diferentes grupos de uma elite agrária disputavam a hegemonia na região. O embate incluiu a expressão simbólica da representatividade social e política na feição urbana e na arquitetura cemiterial. Os novos ricos do cacau, em busca de um reconhecimento social condizente com a sua condição econômica, buscaram construir a imagem de uma Ilhéus moderna e progressista, construída pelos homens feitos por si. Com isso, estavam consolidando a idéia de que as plantações de cacau tinham sido abertas unicamente pelo esforço de pequenos proprietários e suas famílias, que depois se tornaram prósperos cacaucultores. Essa visão silencia sobre a lavoura cacauzeira no período anterior à década de 1890 e sobre o papel desempenhado pelos fazendeiros e comerciantes pertencentes à elite tradicional, que investiram no desenvolvimento do espaço regional, além de desconsiderar o uso inicial da mão-de-obra escrava.

A arquitetura cemiterial pesquisada é a do cemitério oitocentista de Nossa Senhora da Vitória, o maior e mais antigo cemitério a céu aberto do sul da Bahia, que abriga sepulturas e jazigos que se destacam não somente pela quantidade mas também por sua qualidade artística. O cemitério municipal da Vitória, resultado de uma política administrativa e urbana orientada para o embelezamento do espaço e uso racional do solo, expressa os confrontos e as alianças entre grupos no contexto estudado.

O estudo tem como pano de fundo um quadro do sistema social no qual a produção artística e arquitetônica serviu como um elemento, entre outros, na luta pelo poder simbólico e material.

O primeiro capítulo aborda as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas no contexto de formação da região cacaueira, focalizando os mecanismos baseados nas relações familiares e nas práticas de construção de memória, utilizados na afirmação do poder de determinados grupos. Os documentos pesquisados para compor esse quadro fazem parte dos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro, Arquivo da Diocese de Ilhéus, Arquivo Municipal de Ilhéus, Arquivo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz e em arquivos particulares.

De muitas formas, o processo de investigação no primeiro capítulo se expressa nas reformas urbanas levadas a efeito em Ilhéus, tema do segundo capítulo. As mudanças radicais implementadas na cidade visavam construir uma Ilhéus ideal, a “Capital do cacau”. Em poucas décadas a pequena vila litorânea, de feições coloniais onde predominava o barroco, é transformada em uma das mais modernas cidades do nordeste brasileiro, símbolo do progresso e da civilidade. Esse processo esteve associado à construção de mitos fundantes da região cacaueira do sul baiano. Analisar o papel simbólico da arquitetura e a maneira pela qual se difundiu em determinado contexto histórico é uma forma privilegiada de compreender as mudanças e contradições no corpo social. A documentação aqui inclui fotografias da cidade de Ilhéus no período de estudo, leis municipais e códigos de posturas elaborados pelas administrações locais, e artigos de jornal sobre as intervenções urbanas.

O terceiro capítulo tem por objetivo estudar as transformações do espaço cemiterial ilheense. Desse processo resultou uma paisagem na qual, na formulação de Catroga, algo foi “se impondo como um novo além: a memória dos indivíduos e dos grupos”.<sup>6</sup> Os

---

<sup>6</sup> CATROGA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Minerva, 1999, p. 7.

cemitérios são um importante domínio para a observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos da dinâmica social. As sepulturas, e o aparato que as acompanha, constituem uma documentação ímpar para a investigação histórica, simbolicamente um estatuto e uma posição. A pompa e a singeleza traduzem as desigualdades e fornecem um mapa social do espaço da morte, de acordo com o tipo de sepultura (perpétua ou comum, vertical ou horizontal), a qualidade e diversidade do material empregado, o seu tamanho e localização espacial (zonas privilegiadas ou periféricas), a qualidade e diversidade do material empregado. Também a forma dos funerais, o luto, os epitáfios e necrológios remetem a características da sociedade estudada.

As fontes iconográficas presentes nos cemitérios, além da sua qualidade estética, apresentam-se como signos a serem decifrados, permitem olhar o passado sob um novo prisma. Analisadas como índices de época, criados para representar a percepção de mundo dos seus construtores, são fontes importantes para o estudo das sociedades, oferecendo significativas informações sobre o seu cotidiano e imaginário coletivos.<sup>7</sup> Formas e estilos na arquitetura e na escultura respondem a circunstâncias sociais. Por essa razão, é adequado procurar, nesses tipos de artefato, elementos que iluminem nossa percepção da sociedade que os produziu.<sup>8</sup>

A análise do cemitério de Nossa Senhora da Vitória foi iniciada com o reconhecimento topográfico do terreno e do seu traçado. Em seguida procedeu-se à quantificação e catalogação das sepulturas construídas no período delimitado pela pesquisa, tendo sido analisados um total de 355 jazigos perpétuos. A dimensão dos túmulos foi analisada por área ocupada em metros quadra-

---

<sup>7</sup> VIDAL, D. G. Fontes visuais na história: significar uma peça. In: *Revista Varia História*. Belo Horizonte, n. 13, 1994, p. 129.

<sup>8</sup> BAXANDALL, M. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 224.

dos, com base em padrões estabelecidos pelo Código de Posturas Municipal: Padrão Pequeno (PP), túmulos com área menor a 2 metros quadrados; Padrão Médio (PM), túmulos com área entre 2 e 4 metros quadrados; Padrão Grande (PG), túmulos com área entre 4 e 6 metros quadrados; e Padrão Superior (PS), túmulos com área superior aos 6 metros quadrados estipulados como limite ao espaço ocupado. A princípio, considerou-se que a dimensão seria melhor expressa pelo volume. Entretanto, por este ser de muito mais difícil cálculo devido à diversidade de formas das sepulturas, e após constatar que os maiores túmulos em volume eram também os maiores em área ocupada, decidiu-se adotar esta última como critério de tamanho.

A datação dos túmulos foi dividida em três períodos: o primeiro, entre os anos de 1880 a 1900, fase dos túmulos datados mais antigos e início da consolidação econômica do cacau como principal produto da pauta de exportação da Bahia; o segundo, entre 1910 e 1930, fase da ascensão social da nova burguesia baiana ao poder político local; e o terceiro, entre 1940 e 1950, fase final do fenômeno do coronelismo regional e da ampliação da presença de novas camadas sociais nas construções tumulárias.

Abordar um tema difícil e instigante como a produção arquitetônica e iconográfica, e sua relação com a memória e a identidade de uma cidade, é um grande desafio. Muito ficou para ser feito. Esta é, pois, uma primeira tentativa de compreender o lugar dos mortos na construção da memória e de hierarquias sociais na cidade dos vivos.

## C A P Í T U L O I

### **Economia, sociedade e poder em São Jorge dos Ilhéus**

Se a memória se dissolve,  
o homem se dissolve.  
Octávio Paz

Procura-se, no presente capítulo, apresentar um quadro das relações sociais, econômicas políticas na região cacauera do sul da Bahia, sobretudo dos meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, contexto histórico da consolidação da lavoura do cacau como principal sustentáculo econômico do estado. É centralmente focado o município de São Jorge dos Ilhéus, o maior e mais importante da região no período. Essa foi uma fase de profundas mudanças no contexto sócio-econômico regional, mais claramente expressas nos seus principais municípios. Dessas mudanças surgiu uma determinada imagem da nova burguesia baiana, formada por lavradores e comerciantes enriquecidos pelo acúmulo de capital gerado pela produção do cacau. Essa nova burguesia gradativamente ampliou sua presença e visibilidade na sociedade. Ao dominar o poder no sul da Bahia, fez com que suas ambições e gostos aparecessem como manifestações comuns

a toda a sociedade.<sup>9</sup>

As práticas sociais desenvolvidas na região vincularam-se ao poder familiar, que serviu de matriz para identidades grupais. As práticas e os mecanismos de poder se expressam nas imagens e nos símbolos construídos. As propriedades rurais e urbanas, o retrato de família, os túmulos são formas de representação onde é possível enxergar a tentativa de confirmação e perpetuação da condição social de um grupo.

## Trajectoria da implantação da cultura do cacau

O município de São Jorge dos Ilhéus, situado no litoral sul da Bahia, tem a sua fundação historicamente ligada à introdução do sistema de capitánias hereditárias, ou donatárias, no século XVI. Os lotes, doados pela coroa portuguesa a particulares com suficientes recursos para o empreendimento, compreendiam várias dezenas de léguas frente ao mar e o que fosse possível penetrar para o interior. A capitania dos Ilhéus coube a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real, que obteve a carta de doação em 26 de junho de 1534. De acordo com Sales, a carta de foral, ou foral da capitania, figura às folhas 70 do Livro 10 da Chancelaria de D. João III, com data de 1º de Abril de 1536.<sup>10</sup>

Desde os primeiros engenhos do período colonial ao início do século XIX, a agricultura ilheense esteve baseada no cultivo de cana-de-açúcar e mandioca, cuja produção destinava-se ao consumo interno e à exportação para Salvador. Como afirma

---

<sup>9</sup> Sobre o assunto ver GUERREIRO DE FREITAS, A. E.; PARAÍSO, M. H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul*. Ilhéus: Editus, 2001.

<sup>10</sup> SALES, F. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1981, p. x.

Falcón, mesmo o processo de fracionamento das terras em sesmarias, implementado pelo governo durante o século XVIII, não foi suficiente para mudar o quadro econômico local.<sup>11</sup> Durante três séculos, a economia do litoral sul baiano pautou-se na exportação de madeiras destinadas à construção, na coleta de fibras vegetais, como a piaçava, e em uma pequena produção de açúcar e farinha para o consumo local e abastecimento do mercado soteropolitano.

Ao final do século XVIII foram introduzidas novas culturas, entre as quais cacau e café, responsáveis por uma lenta mas gradual mudança econômica e social. A referência mais antiga sobre o cultivo de cacau na Bahia data de 1655, quando o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas solicitou garfos brotados e amêndoas a Paulo Martins Garro, capitão-mor do Grão-Pará.<sup>12</sup> Os garfos ou as sementes deveriam ser enviados ao Ceará e dali transportados para a Cidade do Salvador. Na carta que enviou ao Pará o vice-rei confessou-se “afeiçoado ao chocolate” e julgou útil ao Brasil a intensificação do seu plantio, principalmente na Bahia, cuja região sul possuía um clima semelhante ao amazônico.<sup>13</sup> Alguns autores afirmam que o cacau foi trazido do Pará, em 1746, por um francês chamado Louis Warneaux e plantado inicialmente na fazenda Cubículo, à margem direita do rio Pardo. Zehntner assevera que o cacau foi trazido para a Bahia no final da década de 1750 e plantado, em primeiro lugar, no município de Ilhéus. Outros situam o início do plantio no começo da década de 1780, no governo do marquês de Valença.<sup>14</sup> A respeito da questão sobre o local das primitivas

---

<sup>11</sup> FALCON, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá, 1995, p. 39.

<sup>12</sup> CALDEIRA, C. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1954, p. 9.

<sup>13</sup> SILVA CAMPOS, J. da. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 522.

<sup>14</sup> Sobre o assunto ver TAVARES, J. da S. **O comércio de cacau, particularmente no Estado da Bahia**. Bahia, 1915; BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.

plantações, vale ressaltar que até o ano de 1834, quando foi elevado à categoria de vila imperial, o distrito de Canavieiras pertencia ao município de São Jorge dos Ilhéus.<sup>15</sup>

O crescimento do consumo de chocolate na Europa e nos EUA, assim como o desenvolvimento da sua industrialização nesses locais, estimulou as autoridades portuguesas a propagarem, entre os fazendeiros do sul da Bahia, o cultivo do cacau. A partir da década de 1770 a coroa portuguesa iniciou intermitentemente o incentivo, entre os agricultores da comarca de São Jorge, do plantio de novas lavouras para exportação, com o intuito de diminuir a dependência do comércio do açúcar. Lavouras alternativas como o café, cacau e algodão, tiveram seu plantio iniciado nas propriedades particulares e nas missões indígenas, ao longo do litoral.<sup>16</sup>

Como observa Mattoso, com a introdução de novas culturas, o governo português desejava transformar o sul da Bahia em um outro Recôncavo. Desde o final do século XVIII membros da administração colonial se empenharam em divulgar as possibilidades de exploração agrícola da região e vários estudos foram publicados sobre o assunto.

Dois notáveis da colônia, os irmãos Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá e José de Sá Bittencourt Câmara e Accioli, publicaram trabalhos sobre seu desenvolvimento econômico. A coroa compartilhava o entusiasmo deles, sobretudo, após a expulsão dos jesuítas, principais senhores da região até 1760.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> SILVA CAMPOS, *Crônica da capitania*, p. 225.

<sup>16</sup> MAHONY, M. A. *The world made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil (1882-1919)*. 1996. Tese (Doutorado em História), Faculty of the Graduate School of Yale University, p. 89.

<sup>17</sup> MATTOSO, K. de Q. *Bahia no século XIX, uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 65.

Ferreira Câmara, um dos principais proprietários de terras do sul baiano, produziu um importante trabalho sobre os aspectos geográficos e econômicos da comarca, apresentado perante a Academia de Ciências de Lisboa, da qual era membro. A obra abordou as oportunidades para o desenvolvimento econômico da comarca de São Jorge dos Ilhéus e a valorização do programa do governo português de introdução do cacau na região entre os anos de 1780 e 1783. De acordo com o texto, o clima e o solo da comarca eram favoráveis ao plantio de inúmeras lavouras devido às constantes chuvas, principalmente ao cultivo do cacau proveniente da região amazônica. Ferreira Câmara defendeu que o fruto representava uma excelente oportunidade de investimento, pois o valor do cacau exportado pelas colônias espanholas excedia as exportações de ouro do Brasil, devido ao intenso consumo do chocolate no mercado europeu. Uma outra vantagem apontada no cultivo do cacau, principalmente em relação à cana-de-açúcar, era a necessidade de pouca mão-de-obra no seu plantio e sua manutenção.

Por todas essas razões, entre os anos de 1780 e 1800, autoridades como o Marquês de Valença, governador da Bahia, e Baltasar Lisboa, ouvidor da comarca de São Jorge, esforçaram-se para introduzir o cacau e outras novas lavouras para exportação na região. Ferreira Câmara foi um dos primeiros a implementar em suas propriedades na comarca o projeto governamental pois, em 1784, o engenho Acaraí, em Camamu, já possuía “mais de seiscentos de pés vingados”.<sup>18</sup> Matias Cunha, no Relatório da Exposição Nacional de 1861, assim descreveu o processo de introdução do cacau no sul baiano:

Por volta de 1780, quando governava a Bahia o Marquês de Valença, se introduziu a cultura de

---

<sup>18</sup> FERREIRA CÂMARA, M. *Ensaio de descrição física e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus*. Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. 1 (1789), pp. 304, 307 e 310.

cacau na Bahia em diferentes pontos da antiga capitania de Ilhéus, tocando provavelmente a Ferreira Câmara o encargo das primeiras plantações. Isto tanto mais nos parece fora de dúvida quanto é certo que a 5 de agosto de 1783, o corregedor da comarca de Ilhéus (Nunes da Costa) comunicou ao governo da Bahia o plantio do café e do cacau, o qual fica com o excelente princípio de quatrocentos mil pés.<sup>19</sup>

O plantio intensivo do cacau encontrou uma série de dificuldades iniciais. Ferreira Câmara atribuiu parte do problema à concorrência do comércio de farinha e madeira para Salvador. Os preços do cacau ainda não eram atrativos para o produtor, pois estavam abaixo dos que eram cobrados em Portugal. O mercado para o cacau trazido do Pará e plantado na Bahia era bastante restrito e o seu plantio era limitado às áreas próximas aos cursos d'água. Por outro lado, o cacau exportado pelas colônias espanholas era de uma variedade superior, o criollo, natural da América Central e Venezuela.<sup>20</sup>

Um outro membro da família, José de Sá Bittencourt, irmão de Ferreira Câmara, prestou inúmeros serviços ao governo português na comarca de São Jorge dos Ilhéus, como o plantio de novas culturas (cacau e algodão) e a abertura de estradas ligando o litoral ao interior. No início do século XIX, Sá Bittencourt adquiriu, em hasta pública, a maioria das antigas propriedades jesuíticas e tornou-se o maior proprietário de terras da comarca. Em 1834 seus filhos adquiriram, em permuta, o engenho de Santana, a maior e mais antiga propriedade municipal, situada nos arredores da vila de São Jorge dos Ilhéus. O engenho estava sob posse do marechal

---

<sup>19</sup> BERBERT DE CASTRO, E. *Formação econômica e social de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 47.

<sup>20</sup> FERREIRA CÂMARA. *Ensaio de descrição*. p. 310 e 317.

Felisberto Caldeira Brant, grande negociante em Salvador e futuro marquês de Barbacena, que havia transformado a propriedade em uma das mais importantes da Bahia. O engenho chegou a possuir três centenas de escravos e a produção anual de dez mil arrobas de açúcar. As terras incluíam milhares de hectares, além de outras parcelas nos terrenos da vila e no rio Itaípe, adquiridas pelos jesuítas mediante legados pios.

Os vários ramos da família surgidos através das relações de casamentos desenvolvidas pelos descendentes de Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e José de Sá Bittencourt Câmara e Accioli, e a posse de importantes propriedades agrícolas e comerciais, consolidaram o seu prestígio político e econômico no sul baiano. Com a ampliação da rede de alianças matrimoniais, a família extensa Sá passou a controlar a maior parte das terras do município. Na metade do século XIX eles possuíam extensas plantações de café e cacau nas terras que corriam do sul ao norte do litoral do município, do engenho de Santana ao rio Almada. Os antigos engenhos e serrarias foram transformados em grandes fazendas de cacau. Seus donos usaram a mão-de-obra escrava para incrementar rapidamente o número de árvores de cacau, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.<sup>21</sup>

A difusão da lavoura cacauzeira no sul da Bahia deu-se a partir de dois focos principais: as bacias dos rios Almada e Cachoeira, em Ilhéus, de onde se alastrou para o interior e o norte; e o vale do Jequitinhonha, de onde se estendeu para o extremo-sul.<sup>22</sup> O início do cultivo comercial no município ilheense deu-se na década de 1820, às margens do Almada. Os pioneiros foram principalmente suíços e alemães com capital, que investiram na construção

---

<sup>21</sup> MAHONY. *The world made*, p. 293.

<sup>22</sup> BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural da Bahia. Monumentos e sítios do litoral sul*. Salvador, 1988, v. 5, p. 20.

de engenhos, onde plantaram cana-de-açúcar, café e cacau; e de serrarias, para a extração de madeiras. Índios diaristas e negros escravos formavam a base da mão-de-obra utilizada na derrubada de árvores, no plantio e na colheita das lavouras.

A abertura das matas às margens do rio Almada e dos seus afluentes, e a sua progressiva substituição pela roças de cacau e café foi inicialmente levada a termo pelos Weyll, Schimidt, Borel e Saueracker, entre outros, conhecidos pela população local como os “solitários do Almada”. Nas décadas seguintes chegaram os Lavigne, Scola, Sá Bittencourt, Homem d’El-Rei, Adami, Hohlenwerger, Galo, Moniz Barreto, Marques Valente e Cerqueira Lima, que se ligaram entre si em uma rede de relações sociais onde figuram o casamento, o compadrio e alianças políticas. No final do século XIX a zona do Almada, transformada no 4º distrito de paz do município, possuía algumas das mais importantes fazendas de cacau da Bahia como a Bonfim, de Otaviano Moniz Barreto; a Almada, de Pedro Augusto Cerqueira Lima; as de Pedro Marques Valente; a Ermo Nobre e Castelo Novo, da família Homem d’El-Rei; as da família Sá Bittencourt; a Bom Gosto, de Luiz Gaston Lavigne; a Provisão, de Domingos Adami; e a Óculos, de João Carlos Hohlenwerger.<sup>23</sup>

O plantio intensivo do cacau nas matas do rio Cachoeira deu-se a partir de uma colônia de estrangeiros, principalmente de origem alemã. Esses colonos foram trazidos por Weyll e Saueracker, entre os anos de 1823 e 1824, para substituir a mão-de-obra escrava em suas fazendas no Almada. O período da chegada dos colonos coincidiu com o período caótico da guerra de Independência. Várias dificuldades impossibilitaram a instalação dos colonos no Almada. Por ordem de D. Pedro II, incentivador da imigração alemã, a câmara de Ilhéus pagou diárias aos colonos pelo espaço de dois anos e mandou derrubar matas e preparar roçados à margem

---

<sup>23</sup> BORGES DE BARROS. *Memória sobre o município de Ilhéus*, p. 110.

esquerda do Cachoeira para os mesmos. “A colônia estabeleceu-se definitivamente no terreno que, estremando a fazenda Vitória, segue até o lugar denominado Cais, na extensão de uma légua pouco mais”.<sup>24</sup> Esses colonos alemães, junto a outros que chegaram no decorrer do século XIX, estavam cientes do crescimento da indústria chocolateira na Europa e investiram antes no cacau do que nas lavouras tradicionais da Bahia.

O povoamento das margens dos rios Cachoeira e Almada foi incrementado a partir do início do século XIX. O processo de incorporação dos seus férteis terrenos caracterizou-se por questões jurídicas envolvendo os limites das propriedades cacauceiras, disputas provocadas pela intensificação da demanda no mercado exterior e a conseqüente valorização do produto na pauta de exportação da província baiana. O aumento das exportações de cacau e a introdução de novos tipos de cacauceiro, na segunda metade do século XIX, modificaram o quadro agrícola do sul baiano, incorporando faixas de terras ainda inexploradas comercialmente como as encostas dos vales. A partir do ano de 1835, o cacau tomou parte regular nas exportações anuais da província. Nesse período, o valor do cacau era pequeno em relação ao total das exportações provinciais, mas foi um dos raros produtos agrícolas a crescer de importância na receita da Bahia no século XIX. O cacau, que de início conviveu lado a lado com o açúcar, a mandioca e o café, acabou por tudo abarcar, transformando o sul baiano numa região monocultora.<sup>25</sup>

Gradualmente, a fronteira oeste começou a ser dominada pelas plantações de cacau, expandindo-se para a área dos atuais municípios de Itabuna (antiga Tabocas) e Buerarema (antiga Macuco), na bacia do Cachoeira; e os de Uruçuca (antiga Água Preta) e Itajuípe (antiga Pirangi), na bacia do Almada. A construção de

---

<sup>24</sup> BERBERT DE CASTRO. *Formação econômica*, p. 51.

<sup>25</sup> APEB, SCP, Câmara de Ilhéus, maços nn. 5540 e 5459.

novas serrarias e engenhos havia cessado na metade do século XIX. Apesar da produção de açúcar e aguardente não ter sido interrompida, a partir dessa época os capitais eram investidos de preferência nas plantações de cacau. De acordo com Guerreiro de Freitas, em meados do século XIX, apesar de o produto já ter adquirido alguma importância, a produção do Pará ainda respondia por cerca de 80% do cacau exportado pelo Brasil. A Bahia participava com o restante, através da produção das comarcas do sul.<sup>26</sup> Mesmo não compreendendo a metade das exportações anuais do município, o cacau foi o produto que mais se desenvolveu na pauta de exportação local e as suas plantações eram maiores do que as de qualquer outro gênero produzido. Na década de 1860, a produção anual de cacau correspondia a mais de 48% das exportações, o café aproximadamente 5%, enquanto açúcar, madeira e outros produtos juntos correspondiam ao restante da produção municipal.<sup>27</sup>

A análise do Registro Eclesiástico de Terras, em que estão catalogadas duzentas e cinquenta e quatro propriedades, mostra nesse período a existência de sesmarias e fazendas com mais de uma légua em quadro, entre elas as pertencentes aos Sá Bittencourt, Homem d'El-Rei, Guimarães, Bastos, Cerqueira Lima, Sellmann, Aguiar e Silva, Gallo e Lavigne, muitas das quais produzindo cacau comercialmente.<sup>28</sup> Ao longo da lagoa Encantada existiam oito grandes propriedades e as dez léguas de terra às margens do rio Itaípe pertenciam em comum a cerca de duzentos indivíduos e famílias.

---

<sup>26</sup> GUERREIRO DE FREITAS, A. F. *Os donos do fruto de ouro*. 1979, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), FFCH/UFBA, Salvador, p. 12.

<sup>27</sup> BAHIA. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Presidente da Bahia comendador Manoel Pinto de Souza Dantas. 1/3/1866. Tipografia Tourinho, 1866; e APEB, SJ, CJI, maço 2400.

<sup>28</sup> APEB, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), pasta n. 4713.

As margens do rio Cachoeira, entre o atual Banco da Vitória e a vila de São Jorge estavam divididas em três sesmarias que permaneciam intactas. As terras após o Banco da Vitória e atual cidade de Itabuna estavam divididas em pequenas propriedades, à exceção das pertencentes ao suíço Ferdinand von Steiger-Müssengen e a Antônio Ribeiro da Silva. Os colonos estrangeiros e outros lavradores, principalmente sergipanos, fixados às margens do Cachoeira, formavam a maioria dos proprietários de terras nessa zona. Grande parte dessas propriedades era de pequeno porte, variando entre dez a cem braças de frente, sendo o cacau a principal lavoura, plantada ao lado do café e da mandioca.<sup>29</sup>

Conforme tabelas 1 e 2, a maioria absoluta das 93 propriedades municipais cujos registros declaravam a sua produção possuía plantações de cacauzeiros. Menos da metade dessas propriedades produzia mais de um tipo de lavoura e, onde era cultivada apenas uma lavoura, predominava a do cacau. Nas propriedades com duas lavouras, freqüentemente eram cultivados o cacau e a mandioca. Produtos tradicionais, como a cana-de-açúcar, têm uma participação bastante reduzida nos registros de produção. Aproximadamente metade das propriedades que registraram a forma de aquisição foi obtida através de compra, o que traduz uma vontade de se investir em terras municipais, principalmente para o cultivo do cacau. As demais propriedades registradas foram adquiridas através de herança ou, em menor número, através de doações.

---

<sup>29</sup> MAHONY. *The world made*, p. 271.

**Tabela1- Produção Agrícola Associada do Município de Ilhéus (1850-1860)**

<b>Produção Associada</b>	<b>Propriedades</b>	<b>%</b>
Cacau	54	58,06
Cacau/Café/Mandioca	09	9,68
Cacau/Mandioca	08	8,60
Cacau/Café	06	6,45
Mandioca	04	4,30
Coco	03	3,23
Café	02	2,17
Outras	07	7,55
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100</b>

Fonte: APEB - Registro Eclesiástico de Terras de Ilhéus (1857-1863).

**Tabela 2 - Produção Agrícola Isolada do Município de Ilhéus (1850-1860)**

<b>Produção Isolada</b>	<b>Propriedades</b>	<b>%</b>
Cacau	80	86,02
Mandioca	23	24,73
Café	17	18,27
Coco	04	4,30
Cana	03	3,22
Outros	05	5,37

Fonte: APEB - Registro Eclesiástico de Terras de Ilhéus (1857-1863).

**Tabela 3 - Formas de Aquisição das Propriedades Rurais**

<b>Formas de Aquisição</b>	<b>Propriedades</b>	<b>%</b>
Compra	91	49,19
Herança	86	46,49
Doação	08	4,32
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100</b>

Fonte: APEB - Registro Eclesiástico de Terras de Ilhéus (1857-1863).

Com o fim da disponibilidade de terras devolutas próximas ao litoral, a fronteira expandiu-se mais e mais em busca das melhores terras para o plantio do cacau, principalmente nas zonas de Água Preta e Sequeiro do Espinho, atuais municípios de Uruçuca e Itajuípe. Ao lado da expansão agrícola ocorreu o surgimento de novos povoados na zona rural, principalmente no final do século XIX. A maior parte desses povoados nasceu nas proximidades das grandes fazendas, quase todos às margens de algum curso d'água. Aos poucos não somente aumentava o número de lavradores de cacau na fronteira Oeste, como os agricultores das outras áreas haviam transformado as serrarias e os engenhos em fazendas de cacau. A produção de açúcar, aguardente, madeira e farinha não se extinguíram, mas limitou-se à demanda local, enquanto o cacau era o produto para exportação por excelência.

A expansão agrícola e comercial do cacau foi impulsionada, em grande parte, por duas correntes migratórias. Uma primeira, externa, era formada por europeus e árabes. Entre esses últimos, o mais importante fluxo migratório foi de libaneses/cristãos/maronitas, seguidos de sírios.<sup>30</sup> A segunda corrente, interna, constituiu-se principalmente de nordestinos, em sua maioria sergipanos e baianos do norte do Estado. A seca e o declínio das lavouras no nordeste brasileiro motivaram a transferência de massas populacionais para a fronteira agrícola sul baiana, sendo as terras do município de Ilhéus uma das mais procuradas. A partir do litoral e seguindo o curso dos rios, o fluxo migratório foi incorporando o território. Simples pousos de tropas logo se transformavam em vilas e cidades. Era como, no dizer de Melo e Souza, um “mundo sempre em movimento, [...] onde os homens inventavam arran-

---

<sup>30</sup> HALLA, R. D. **Imigração e adaptação dos sírios e libaneses na região cacaueira: o caso de Ilhéus (1910-1950)**. 1996. Monografia (Especialização em História Regional), DFCH/UESC, Ilhéus, p. 15.

jos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências”.<sup>31</sup>

O constante aumento da demanda externa valorizou o preço do cacau e a sua contribuição para as rendas provinciais. No ano de 1869, o presidente da província mencionou o cacau como um produto de significativo crescimento econômico, cujo valor para as exportações baianas somente poderia aumentar.<sup>32</sup> A safra do ano anterior, quando foram exportadas 57.078 arrobas de cacau pelo porto de Salvador, fez o presidente da província comentar que, “o cacau enfim começa a esperançoso, e sua cifra há de subir, porque é, talvez, a cultura de maior vantagem”.<sup>33</sup>

## Economia e política em Ilhéus no Império

O sul baiano, no século XIX, era eminentemente agrícola e, assim como toda a província, baseava grande parte da sua produção na mão-de-obra escrava, que aos poucos foi sendo substituída pelo trabalho livre. Como observa Mahony, os escravos foram instrumentos fundamentais para o estabelecimento da economia da lavoura cacauzeira da Bahia e para a sociedade que com ela se formou.<sup>34</sup> Evidentemente, nem todos os fazendeiros de cacau

---

<sup>31</sup> MELO E SOUZA, L. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e fortificações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 42.

<sup>32</sup> BAHIA. Relatório que apresenta à Assembléia Legislativa o Exmo. Barão de São Lourenço Presidente da mesma Província em 11/4/1869. Tipografia Tourinho, 1869.

<sup>33</sup> BONDAR, G. **A cultura de cacao na Bahia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938, p. 28.

<sup>34</sup> MAHONY, M. A. **Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Revista Afro-Ásia, nn. 25-26, Salvador, UFBA, 2001, p. 95-6.

possuíram escravos, nem a escravidão foi a única forma de mão-de-obra utilizada durante a fase de implementação do plantio comercial do cacau. Diferentes grupos sociais foram responsáveis pelo crescimento da economia cacauceira: aristocráticos plantadores de cana do Recôncavo, colonos europeus, nordestinos, escravos e libertos, índios pacificados e lavradores locais. O trabalho livre, de cunho familiar, desenvolvido desde a introdução e gradual ascensão do cacau permitiu que a economia do sul baiano crescesse sem aumentar o número de escravos utilizados em sua lavoura.

No distrito do Almada, segundo relatos orais, muitos dos libertos e as suas famílias permaneceram nas fazendas após a Abolição, passando à condição de pequenos proprietários ou rendeiros em pedaços de terra cedidos pelos seus antigos senhores. De acordo com informação verbal de um membro da família Homem d'El-Rei, logo após a Abolição, seu avô, Pedro Scola Homem d'El-Rei, “pegou a fazenda e dividiu com os escravos, deu a cada escravo uma parte.” Os negros libertos plantaram o seu próprio cacau “e depois venderam a Misael (Tavares), acabaram com tudo”.<sup>35</sup> De acordo com Pereira Filho, a lavoura atravessou sérias dificuldades impostas pela Abolição. Para a região cacauceira, a monarquia brasileira foi bastante cruel, jamais dando a menor assistência aos lavradores. Os homens do cacau sofreram prejuízos incalculáveis, destacadamente quando a alforria libertou os escravos e a lavoura sofreu com a falta de mão-de-obra.<sup>36</sup>

A mão-de-obra escrava do Almada foi também utilizada na exploração de minérios, a partir da década de 1880. A existência de jazidas minerais no Almada atraiu o investimento de capitais na aquisição e prospecção dos terrenos, inclusive de cacauicultores da região. Um dos maiores empreendedores desse projeto foi o

---

<sup>35</sup> Entrevista com Pedro Scola Homem d'ElRei. 4/2/1999. Ilhéus-Ba.

<sup>36</sup> PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959, p. 64.

tenente-coronel Gentil José de Castro, chefe político do Partido Liberal em Minas Gerais, protegido do visconde de Ouro Preto. Homem de vastos recursos financeiros e de grande influência na política imperial, Gentil de Castro conseguiu obter o privilégio de exploração de minérios em toda a comarca. Com a sua transferência para o município, assumiu a chefia do Partido Liberal local e iniciou uma intensa disputa com o partido conservador, pelo controle político do município.

O poder municipal, durante o período imperial, esteve nas mãos da família Sá devido, principalmente, ao seu prestígio social em Salvador e no Rio de Janeiro. Relações de vários tipos ligavam a família às elites políticas baianas que, como ela própria, controlavam politicamente a província através do domínio dos municípios. A presença na região de um chefe político da importância de Gentil de Castro, proporcionou aos liberais ilheenses a oportunidade de uma oposição mais agressiva ao domínio da família Sá Bittencourt.

Gentil de Castro radicou-se nas terras do engenho de Santo Antônio da Ribeira das Pedras, vizinhas à lagoa Encantada. De acordo com Aguiar, essa propriedade e a fazenda Almada eram, no período, as maiores produtoras de cacau do município, cada qual com cerca de duzentos mil pés plantados.<sup>37</sup> Os diferentes projetos políticos terminaram por afastar definitivamente os conservadores de Gentil de Castro, liberal convicto e abolicionista radical, que representava uma mudança nos valores culturais locais, tecidos em um ambiente com profundas raízes escravocratas. Assunto inclusive tratado com maior profundidade em obra anterior de nossa autoria.<sup>38</sup> Antes da Abolição, a riqueza das famílias era

---

<sup>37</sup> AGUIAR, D. V. *Descrições práticas da província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 266.

<sup>38</sup> RIBEIRO, A. L. R. *Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: EDITUS, 2001.

medida pelas quantidades de “peças” que possuíam. Eram então os Sá Bittencourt e seus parentes os maiores proprietários de escravos do município, cujos braços eram utilizados no plantio de cacau, mandioca, café e cana-de-açúcar. Evidentemente, o liberal mineiro tinha uma posição claramente contrária aos fazendeiros escravocratas, sendo por aquele taxados de “amarelos preguiçosos e exploradores de negros”.<sup>39</sup> Era toda uma concepção de mundo formada na estrutura social do Império que se modificava por força do processo histórico em curso.

Ambos os lados utilizaram-se de um discurso ideológico visando legitimar as suas ações. Discurso que, posteriormente, serviu de base aos partidos políticos liderados pelos coronéis Adami de Sá, herdeiro político da família, e Antônio Pessoa, antigo liberal abolicionista e principal aliado político de Castro nesse período. Os liberais ilheenses contestavam a legitimidade ética dos conservadores, acusados de construir o seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e privados, mantendo dessa forma o município em um profundo atraso material. Por outro lado, os chefes liberais Gentil de Castro e Antônio Pessoa eram taxados pelos conservadores de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio. Tal discurso engendrou alguns mitos na produção historiográfica sobre a região cacauera, assunto de que trataremos mais adiante.

A queda do regime político monárquico derrubou o gabinete de ministros chefiados por Ouro Preto. Sem o apoio político necessário para continuar suas atividades, Castro abandonou definitivamente a região, transferindo-se para o Rio de Janeiro. A proclamação da república fortaleceu os elementos conservadores no município de São Jorge de Ilhéus, que aderiram em massa ao novo

---

<sup>39</sup> PEREIRA FILHO. *Ilhéus, terra do cacau*, p. 27.

sistema político. A família Sá adaptou-se ao regime republicano, que utilizou elementos monarquistas em larga escala para formar o seu quadro administrativo.

## Família e poder

O capital gerado pela produção do cacau possibilitou a formação e a consolidação de inúmeras fortunas individuais, em um curto período de tempo. Parte do excedente econômico acumulado foi aplicado na criação e manutenção de partidos políticos, entre os quais dividiram-se as famílias locais. O momento crucial das disputas entre as facções ocorria quando das eleições para as vagas na Câmara Municipal, durante o Império, e para a Intendência Municipal, no período da República Velha. De acordo com Falcon, “ter a intendência significava controlar as máquinas administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática”.<sup>40</sup>

A disputa pelo domínio político e econômico do município dividiu-o em grupos antagônicos de cunho familiar: conservadores e liberais, no Império; e depois federalistas e constitucionalistas, na República Velha. Estes dois últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de adamistas e pessoístas, originadas dos nomes dos seus principais líderes: Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional. O coronel Adami era o herdeiro político da família extensa Sá. Latifundiários e escravocratas, os membros dessa família ocuparam o poder municipal quase que ininterruptamente durante o século XIX e início do século XX, dominando extensas faixas de terras e os principais cargos públicos. A ascensão de Seabra ao governo da

---

<sup>40</sup> FALCON. *Os coronéis do cacau*, p. 99.

Bahia, em 1912, levou a família e os seus aliados ao ostracismo político. Desde então, a chefia do executivo municipal passou ao coronel Pessoa, tradicional aliado de Seabra no sul baiano.

O coronel Pessoa, no período imperial, exerceu os cargos de promotor público municipal e deputado provincial, quando adquiriu prestígio perante a sociedade ilheense e reuniu, sob sua liderança, famílias contrárias ao grupo dominante em um partido local. Buscando ampliar sua base política no município, Pessoa articulou-se com dissidentes adamistas que, inicialmente, formaram um terceiro partido, a maior parte deles fazendeiros do distrito de Cachoeira do Itabuna ligados entre si através de uma intensa rede matrimonial, principalmente os de origem alemã, descendentes dos colonos vindos para a região nos anos oitocentos.

No panorama político imperial, os partidos Liberal e Conservador estavam associados às facções municipais, incorporando-as aos seus mecanismos. As designações de cargos em nível municipal, como os de juiz de direito, juízes de paz e comissários de polícia, eram baseadas nas indicações dos seus líderes locais. As facções incorporadas aos partidos do Império tinham como principal característica o personalismo encarnado pelos seus líderes, daí suas denominações locais derivarem dos nomes dos chefes políticos.

A liderança exercida pela família extensa Sá estava principalmente pautada na tradição do seu poder político e econômico, enquanto Pessoa construiu sua liderança com base no caráter moral de sua personalidade. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Pessoa se mostrou como um homem feito por si, através do esforço próprio, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Em seus discursos e em artigos na imprensa local, mostrava a si e aos seus correligionários políticos como a antítese da família Sá, descendente de antigos aristocratas escravistas que dominavam o município através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais a Guarda Nacional.

Durante a fase imperial, o comando da Guarda Nacional, recrutado localmente com a finalidade de fortalecer o governo central, esteve tradicionalmente ligado aos conservadores. Devido ao imenso prestígio social que lhe era atribuído, o posto de coronel da Guarda Nacional tornou-se um título seminobiliárquico, dado de preferência aos chefes mais ricos ou de prestígio incontestado. Isolados nos municípios distantes da capital e defendidos sistematicamente pelo partido nos seus excessos, os coronéis eram a personificação do poder. A explosão de coronéis na Bahia se deu no começo do século XX, quando o governo estadual, por iniciativa do ministro J. J. Seabra, obteve o privilégio de explorar a venda de patentes para reconstrução e remodelação da antiga Faculdade de Medicina de Salvador. Não fossem as exigências do governo como requerimentos, atestados, número limitado de oficiais para cada brigada, a maior parte dos fazendeiros de cacau do sul baiano seria oficial da Guarda Nacional.

Nesse contexto, o casamento tinha importância fundamental na ascensão ao poder, levando os chefes políticos a escolher cuidadosamente as alianças, seja para reforçar os laços de parentesco consanguíneo, com o intuito de resguardar a propriedade familiar de estranhos, ou para aumentar o seu poder, unindo-se a outras famílias de prestígio político-financeiro. Devido aos casamentos entre parentes, os troncos familiares se interrelacionavam, formando um poderoso sistema de dominação política e econômica.

A rarefação do poder público no Brasil favoreceu a ascensão dos coronéis, que exerciam informalmente grande parte das funções do Estado. Eram os chefes políticos locais que arcavam com as despesas de alistamento e da eleição propriamente dita.<sup>41</sup> De acordo com a informação verbal de Vitório Kruschewsky Badaró, descendente de um chefe político do início do século XX, “na época das eleições, meu pai (Francisco ‘Sinhô’ Badaró) fretava

---

<sup>41</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 25.

um trem com quatro classes. Ele vestia o eleitor da cabeça aos pés, porque naquele tempo tinha de ir de chapéu e gravata para votar”.<sup>42</sup>

Assim como a organização agrária nacional mantinha a dependência da população rural em relação ao grande proprietário, o governo estadual não podia prescindir da intermediação do fazendeiro em sua relação com o eleitorado. Daí surge um aspecto importante nas relações entre o poder público e o privado: a reciprocidade. De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduziam os eleitores; de outro lado, os chefes estaduais, que dispõem do erário, dos empregos, dos favores e da força policial.

Costuma-se atribuir o fenômeno do coronelismo à hegemonia social do proprietário de terras. Esse poder é exercido especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que constituem o lote de votos sob o seu controle. Esse era o quadro no município ilheense, fragmentado politicamente em diversas áreas de influência individual ou familiar. O agrupamento dos fazendeiros nos distritos sob a chefia de um deles e o dos chefes distritais sob a influência do chefe político municipal fez cada um desses distritos sofrer a influência política de uma ampla quantidade de famílias proprietárias de terras.

O fenômeno coronelístico, baseado no prestígio pessoal e familiar, estabeleceu uma rede de poder que partia da periferia para o centro, do nível micro para o nível macro. Faoro justifica a descentralização do poder através da dinâmica do sistema republicano. A introdução dos cargos eletivos, principalmente o executivo estadual, leva ao deslocamento do eixo decisório para as unidades da federação, num movimento que culmina na chamada política dos governadores, uma acomodação do poder central com as oligarquias estaduais, dominadas pelas famílias da elite rural.<sup>43</sup>

As relações familiares de parentesco direto e de afinidade

---

<sup>42</sup> Entrevista com Vitório Kruschewsky Badaró. 19/12/1996. Ilhéus-Ba.

<sup>43</sup> FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, p. 621, v. 2.

(casamento e compadrio), podem servir de instrumentos para a manutenção dos bens materiais e simbólicos constituintes do patrimônio das famílias. O casamento preferencial entre membros do mesmo grupo familiar, a endogamia, é uma forma de preservação da identidade grupal. No município de Ilhéus, esse tipo de casamento foi realizado com relativa freqüência entre primos herdeiros de propriedades vizinhas. A estratégia de matrimônios dentro do próprio grupo social, desenvolvida entre as famílias de grandes proprietários, possibilitou sua coesão e seu domínio, tanto econômico quanto político, no contexto regional.

O regime republicano dividiu o município de São Jorge dos Ilhéus em quatro distritos eleitorais: um urbano (Cidade) e três rurais (Itaípe, Cachoeira de Itabuna e Almada). Os distritos de Itaípe e Almada eram dominados politicamente pelo coronel Adami de Sá, enquanto o distrito de Cachoeira sofria a influência do coronel Antônio Pessoa. Podemos visualizar a inserção das relações familiares em torno do poder municipal em São Jorge dos Ilhéus através das cadeias sucessórias das famílias locais, feitas a partir da descendência dos casais fundadores. Conforme lista abaixo, desde um filho do casal José e Maria Vitória de Sá, brigadeiro José de Sá Bittencourt e Câmara, presidente da câmara municipal no início da década de 1840, ao seu bisneto Domingos Adami, derrubado em 1912, o poder municipal foi dominado pela família por sucessivas gerações. Esse fenômeno está efetivamente ligado ao período do ciclo econômico da lavoura cacaueteira no município ilheense e o caracteriza socialmente. Com a queda política dos Sá, uma nova rede familiar assume o poder local tendo por base o tronco familiar Berbert-Pessoa, cujos sobrenomes passam a ocupar os principais cargos políticos como os de intendente e presidente do conselho municipal até a revolução de 1930. Nessa ocasião, os cargos públicos foram colocados à disposição da oposição e o poder municipal retornou para as mãos de um membro da família Sá, com a nomeação de Eusínio Lavigne como primeiro prefeito de Ilhéus, cargo que exerceu até o ano de 1937.

## Cadeia Sucessória das Famílias Extensas Sá e Berbert – Pessoa no Poder Municipal (1842-1937)<sup>44</sup>

*José e Maria Sá Bittencourt*

- \* **Brigadeiro José de Sá Bittencourt** / Anna Gertrudes de Sá
  - \*\* **Ernesto de Sá Bittencourt** / Maria Amélia de Sá
  - \*\* Augusto de Sá Bittencourt / Maria Bárbara de Sá
  - \*\*\* Teodomira Augusta de Sá / **João Carlos Hohlenwerger**
  - \*\*\* Leonina Augusta de Sá / Luiz Gaston Lavigne
  - \*\*\*\* **Eusínio Gaston Lavigne**
  - \* Josefa Amélia Isabel de Sá / **João Batista Homem d'ElRei**
  - \*\* Luiza Teodolinda de Sá / Luiz Cogurne Adami
  - \*\*\* **José de Sá Adami** / Deodolinda Homem d'El-Rei
  - \*\*\* **Domingos Adami de Sá** / Teodolinda Homem d'El-Rei
  - \*\* **Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei** / Maria José Scola
  - \*\*\* Deodolinda H. d'ElRei / **José de Sá Adami**
  - \*\*\* Teodolinda H. d'ElRei / **Domingos Adami de Sá**
  - \*\* **Manoel Ascêncio H. d'ElRei** / Amélia Maria Hohlenwerger
  - \*\*\* **Manoel Hohlenwerger Homem d'El-Rei** / Maria A. Hohlenwerger
- ger
- \* **Egídio Luiz de Sá Bittencourt** / Rita Constança de Mello
  - \*\* Amélia Maria Mello e Sá / Ferdinand von Steiger-Mussengen
  - \*\*\* **Fernando Steiger Jr.**
  - \*\*\* Constança de Sá Steiger / Luiz de Magalhães Castro
  - \*\*\*\* Constança Steiger M. Castro / (I) Cláudio Adami de Sá  
(II) **João Mangabeira**
- \* Frederico Carlos de Sá Bittencourt / (?) Mello
  - \*\* Adelaide Mello e Sá / Joaquim José de Oliveira
  - \*\*\* **João Batista de Sá e Oliveira**

*Johann Heinrich Berbert / Anna Maria d'Oliveira*

- \* **Henrique Berbert Jr.** / Matilde Luiza von Mainsteinn
- \*\* Theodolinda Berbert / **Virgílio Calasans de Amorim**
- \*\* Libuça Berbert / **Ramiro Idelfonso de Araújo Castro**
- \*\*\* **Ramiro Berbert de Castro** (deputado federal)
- \*\*\* **Epaminondas Berbert de Castro** (deputado estadual)
- \*\*\* Dejanira Berbert de Castro / **Mário Pessoa da Costa e Silva**

*Antônio Pessoa da Costa e Silva / (I) Valeriana Gomes Pessoa  
(II) Francisca de Queiróz*

- \* Isaura Pessoa / **Durval Olivieri**
- \* **Mário Pessoa da Costa e Silva** / Dejanira Berbert de Castro
- \* **Astor Pessoa da Costa e Silva** (deputado estadual)

<sup>44</sup> À exceção de Maria e Anna Gertrudes de Sá todas as mulheres foram designadas com o sobrenome de solteira e destacados em negrito os homens que ocuparam a intendência ou o conselho municipal de Ilhéus. Os asteriscos representam as diferentes gerações.

Os aspectos relacionados ao patrimônio são parte integrante no processo de constituição de identidade. Existe, no contexto das relações entre patrimônio e família, uma complexa rede de sentimentos e simbologias. O patrimônio familiar é considerado como um capital simbólico e não apenas como uma materialidade. Através do parentesco, ordenam-se certas relações fundamentais de uma sociedade, entre eles as relativas à posse da terra. O fenômeno dos casamentos endogâmicos tem como um dos principais objetivos manter no grupo familiar o domínio sobre o patrimônio territorial transmitido por herança pelos pais do casal, geralmente primos entre si. Na Ilhéus dos fins do século XIX e início do século XX, o bem maior não era outro senão a posse de terras para o cultivo do cacau. O casamento entre primos herdeiros de terras vizinhas foi uma prática utilizada para assegurar a perpetuação do patrimônio rural. Como observa Santos, o casamento entre parentes provoca uma superposição de laços de parentesco, constituindo núcleos em torno dos quais é possível reagrupar relações que tenderiam a se dispersar com o passar das gerações, devido à bilateralidade do parentesco no Brasil, e renova a família extensa garantindo a possibilidade de continuidade simbólica do sobrenome e do seu significado.<sup>45</sup>

A relação entre parentesco e vizinhança pode ser constatada nos cemitérios rurais do município, tanto no cemitério da fazenda Cordilheira, no Cachoeira, quanto no da fazenda Almada, onde estão enterrados diversos membros das famílias locais, e onde a distribuição dos túmulos testemunha essa prática. Tal fenômeno funcionou segundo uma lógica semelhante à que ocorria nos partidos políticos ilheenses do período, geograficamente divididos em núcleos específicos de influência, os antigos distritos municipais, estabelecendo uma estreita relação entre família, poder e território.

---

<sup>45</sup> SANTOS, J. L. *Família e História: um estudo e um questão*. 1976. Dissertação (Mestrado em História), IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, p. 92.

Essas redes de alianças foram possíveis devido ao próprio sistema patriarcal, fazendo com que os laços intra e inter familiares fossem desenvolvidos em torno da parentela e da clientela. Como argumenta Mattoso, nesse período histórico era “no âmbito da família, ou das famílias, tomadas no seu sentido mais amplo, ou em torno delas”, que se tecia a trama das relações sociais.<sup>46</sup> Como o sistema de casamento estabelecido pelos grupos familiares em Ilhéus, tendeu à união entre parentes com terras vizinhas, foi criada uma territorialidade baseada no grande número de casamentos realizados entre parentes, ao mesmo tempo vizinhos e aliados políticos.

O grupo de parentesco é um multiplicador de solidariedades, agindo como fator de coesão de uma variada clientela, constituída por parentes, afilhados, agregados, escravos (no Império) e empregados. Quanto maior o número de clientes, maior o prestígio do chefe familiar. De acordo com Mattoso, para manter sua posição nas velhas famílias baianas, o chefe político necessitava “ocupar-se de toda uma herança de clientes fiéis por sua crença no poder desse parente protetor”.<sup>47</sup> O líder do grupo familiar tinha a função de articular os interesses familiares com os mecanismos de poder disponíveis. A extensão de sua influência organizava, em torno da sua pessoa, várias famílias que, mesmo economicamente independentes, compunham sua base de sustentação, sendo a reciprocidade um componente central desse relacionamento.

Conforme as tabelas 4 e 5, a maioria dos duzentos e trinta e nove matrimônios contraídos pelos troncos familiares Sá e Berbert-Pessoa, pesquisados entre o final do século XIX e início do século XX, foi realizada entre proprietários de terras inseridas no

---

<sup>46</sup> MATTOSO, K. de Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, pp. 207 e 211.

<sup>47</sup> MATTOSO, K. de Q. *Família e sociedade na Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 136.

mesmo território, compreendido pelos antigos distritos de paz. Em um universo de cento e oitenta e nove casamentos realizados com proprietários de terras vizinhas, cento e treze foram entre primos, do primeiro ao quarto grau, com o necessário desimpedimento por parte da igreja católica.<sup>48</sup>

**Tabela 4 - Alianças Matrimoniais Realizadas Entre Parentes (1880-1910)**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Vizinhos	189	79,1
Não-Vizinhos	50	20,9
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>100</b>

Fonte: ACDI: Registros de Casamento e APEB: SJ - Inventários de Ilhéus.

**Tabela 5 - Alianças Matrimoniais Realizadas Entre Vizinhos (1880-1910)**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Parente	120	63,4
Não-Parente	69	36,6
<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>100</b>

Fonte: ACDI: Registros de Casamentos e APEB: SJ - Inventários de Ilhéus.

A família extensa Sá, cujo núcleo formou-se a partir dos sobrenomes Sá Bittencourt e Homem d'El-Rei, de origem mineira, e Adami, Hohlenwerger e Lavigne, de origem europeia, possuía propriedades espalhadas por todo o município, mas concentrou-se principalmente nos distritos do Itaípe e do Almada. Por sua vez, o

<sup>48</sup> ACDI, Registro de Casamentos de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892); e APEB, SJ, Inventários de Ilhéus.

distrito de Cachoeira de Itabuna era a base territorial das famílias que se opunham politicamente ao primeiro núcleo, em sua maioria descendentes de europeus e sergipanos, cuja liderança girava em torno dos sobrenomes Berbert e Pessoa.

Com a consolidação econômica da lavoura do cacau, o município adquiriu uma nova dinâmica, com o gradativo abandono de outras lavouras e sendo alvo de intenso fluxo migratório. Porém, algumas famílias introdutoras da lavoura cacauzeira mantiveram uma situação de relevância no quadro sócio-econômico local. Os interesses materiais uniram diversas famílias em torno do sobrenome Sá, processo visível na persistência desse sobrenome em diversas gerações, transmitido pela linha materna. O próprio coronel Domingos Adami de Sá herdou o sobrenome através de três gerações de mulheres. Eram Sá sua mãe e sua avó materna e não os seus esposos. O seu bisavô materno, José de Sá e Bittencourt, herdou o sobrenome pela linha materna e o repassou aos seus filhos e netos. Dessa forma, cerca de um século e meio após a fixação dos primeiros membros da família no sul baiano, continuava a existir uma família extensa Sá reconhecível no município de São Jorge dos Ilhéus, cujo sobrenome estava associado ao exercício do poder local.

A família extensa Sá permaneceu identificável ao longo de mais de um século e meio da história regional. No começo do século XX, os membros da família poderiam traçar sua ascendência por todas as fases da economia cacauzeira, desde a formação das primeiras fazendas de cacau até a consolidação do município como seu principal produtor. Como a maior proprietária de terras municipais, a família podia reivindicar para si a construção do passado e assim justificar a dominação do presente.

O sobrenome comum identificava diversos proprietários individuais de terra, funcionando como um símbolo da família extensa e expressando historicamente uma linguagem de poder. A identidade política das oligarquias estava diretamente ligada a um governo baseado na estrutura familiar patriarcal.

## Memória e identidade

A representação histórica e a retórica política imbricaram-se na região cacauífera no século XX. A percepção que as facções políticas da elite do cacau tinham de si mesmas, e os argumentos desenvolvidos para sua fundamentação, vieram a dominar o discurso sobre o passado da região. Textos históricos, técnicos, jornalísticos e literários tiveram parte nesse processo, que ocorreu durante todo o século XX e ajudou a construir e disseminar o paradigma dominante da história regional.<sup>49</sup>

Conforme apontado anteriormente, os principais proprietários rurais, no século XIX, eram herdeiros locais e famílias economicamente fortes provindas do Recôncavo, de Minas Gerais e da Europa. No período de expansão do cacau, já existia na região uma sociedade fortemente estruturada do ponto de vista econômico, cuja ascendência não desapareceu com a Abolição e a República. Nas primeiras décadas do século XX, quando o cacau tornou-se o mais importante produto de exportação da Bahia, vários fazendeiros de origem humilde, proprietários de vastas plantações de cacau e de importantes casas comerciais, tornaram-se os novos ricos da sociedade baiana.

Ao adquirir suficiente capital para novos investimentos, esse grupo social passou a utilizar o seu poder econômico para obter o controle do poder público. Nas eleições ocorridas entre os anos de 1894 e 1912, seus membros, sucessivamente, elegeram o coronel Pessoa como intendente, além de elegerem diversos conselheiros municipais. Porém, os seus candidatos não eram oficializados pelo senado estadual, que tinha a prerrogativa de diplomar os eleitos, ou seja, legitimar a posse dos cargos do executivo e legislativo estaduais e municipais. As eleições, em que invariavelmente ambos os partidos declaravam-se vencedores, eram anuladas e

---

<sup>49</sup> MAHONY. *The world made*, p. 485.

os situacionistas empossados nos cargos.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu uma intensa luta política entre as famílias aristocráticas e a elite de novos ricos, que procurava se legitimar socialmente. Gradualmente, a nova burguesia encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, ao lado dos seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio sócio-econômico. O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes. As filhas eram matriculadas no convento das ursulinas, francesas, em Ilhéus, e os filhos enviados para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio de Janeiro. Estes últimos, os futuros bacharéis, passaram a representar ou substituir os coronéis nos cargos públicos utilizando, contudo, os mesmos mecanismos de apropriação do poder político.

Divididos em antagonismos, os dois grupos da elite caqueira não fizeram um pacto social, o que dificultou ligações matrimoniais e restringiu a participação da burguesia emergente na política e sociedade ilheense. Cada grupo criou uma imagem própria de si mesmo. Desse processo emergiu a identidade coletiva dos novos ricos, que foi claramente expressa na campanha política de Antônio Pessoa. Em seus discursos, os correligionários eram apresentados como responsáveis pelo progresso da região e geradores da riqueza explorada pela elite tradicional de Ilhéus e Salvador. Foi disseminado, entre os pequenos proprietários, através da propaganda política, o orgulho de não ser oriundo de família rica de berço, de ter vencido pelo próprio trabalho. Esse fenômeno está em harmonia com uma tendência geral no Brasil à época da Proclamação da República. Segundo Chalhoub, a libertação dos escravos e a política migratória foram os dois processos constitutivos fundamentais da formação de mercado de trabalho capitalista. E

acrescenta o autor: “pode-se dizer que a República foi proclamada sobre a figura do homem livre pobre, porque tinha para ele um projeto amplo, que era transformá-lo em trabalhador, ou seja, em fonte de acumulação de capital”.<sup>50</sup>

A forte resistência por membros da elite tradicional ilheense à ascensão dos novos ricos na política municipal associa-se à discriminação devido a sua condição social. Os Sá Bittencourt, Adami, Lavigne, Steiger, Homem d’El-Rei, Hohlenwerger, Cerqueira Lima, Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente, entre outros grandes proprietários municipais, pertenciam a algumas das mais importantes famílias baianas da época. Vários membros da família Sá foram agraciados pelo governo imperial por serviços prestados e haviam convivido com alguns membros da realeza européia, além de outros dignitários que visitaram o município ilheense, como o caso do príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo, em 1860. Em Ilhéus, Maximiliano hospedou-se na sesmaria Vitória, pertencente ao suíço Ferdinand von Steiger-Mussengen, genro e vizinho de Egídio Sá. O volume intitulado Bahia, em que o príncipe narra sua estada na província, foi dedicado ao “seu muito estimado e prezado amigo, o tenente-coronel Egydio Luiz de Sá Bethencourt, presidente da câmara de Ilhéos”.<sup>51</sup>

Evidentemente, essas famílias percebiam-se como uma elite branca aristocrata, socialmente superior aos humildes lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau. Os novos-ricos, descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova elite regional desprovida de sobrenomes de prestígio, os quais nitidamente demarcaram uma identidade própria através do discurso e do simbólico.

---

<sup>50</sup> CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 170.

<sup>51</sup> EDELWEISS, F. *Ensaio biográfico*. Salvador: CEB/UFBA, 1976, p. 26.

A exclusão política dos novos ricos fez com que Antônio Pessoa e seus correligionários iniciassem uma campanha sistemática de propaganda, com a criação de um órgão de imprensa próprio. Em 1901, uma sociedade formada por fazendeiros e comerciantes pessoístas fundou o jornal *Gazeta de Ilhéos*, através do qual expressavam uma retórica de ferrenha oposição à família extensa Sá, taxando-a como um “clá feudal”, formado por potentados e ditadores de raízes escravocratas e responsáveis pelo atraso material do município.<sup>52</sup> O órgão de propaganda do grupo adamista, o jornal *A Lucta*, foi fundado pouco depois. Como está explícito no próprio nome, o jornal tinha como objetivo combater o discurso pessoísta em seus editoriais.

Em artigos publicados pela imprensa, os partidos propagavam os seus discursos entre a população do município. O coronel Pessoa, principal articulista da *Gazeta de Ilhéos*, e os bacharéis João Mangabeira e Rui Penalva, além de Celerino Dantas, redatores do jornal adamista *A Lucta*, foram os responsáveis pela propaganda ideológica dos partidos locais. Os jornais eram o espaço por excelência de expressão dos valores da sociedade cacauera.

Em 1905, Leocádio Rodrigues, um fazendeiro de cacau pertencente ao grupo político de Pessoa, reclamou através da imprensa ter sido chamado de moleque por Nicolau Siúffo, fazendeiro italiano casado com uma Lavigne de Lemos. Rodrigues alegou ter sido assim chamado por ser negro e de origem humilde. Moleque era um termo antigo utilizado para designar jovens escravos, associado à idéia de irresponsabilidade. Ao usar esse termo, Siúffo teria tentado caracterizar Rodrigues como um cidadão de segunda categoria. O conflito entre Siúffo e Rodrigues, explicitado na imprensa local, mostra uma face da sociedade ca-

---

<sup>52</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéos*. 15/8 e 15/9/1901 e 8/1/1903.

caueira do início do século XX, em que ocorre uma clara tensão étnica.<sup>53</sup>

Em seus artigos, Pessoa identificou a família Sá e seus aliados como inimigos da região cacauera e elegeu como um dos seus principais alvos a utilização da mão-de-obra escrava por seus membros, entre os quais o intendente Ernesto Sá. Pessoa acusou seus adversários políticos de possuírem uma mentalidade atrasada e de manipularem as rendas municipais em benefício próprio, assim como os responsabilizou pela invasão violenta de roças de pacíficos posseiros estabelecidos na fronteira entre as terras cultivadas e a floresta virgem. Através desse discurso, Pessoa e os principais líderes do seu partido assumiram a estratégica posição de defensores dos pequenos lavradores, viúvas e órfãos de Ilhéus, e do progresso municipal. Os seus artigos afirmaram que tanto ele como seus aliados eram trabalhadores que tinham lutado duramente para conseguir o que possuíam, sem o benefício de heranças familiares, acesso às rendas municipais ou mediante poderosas alianças sociais e políticas com a elite soteropolitana.

O coronel Pessoa e seus correligionários apresentavam-se como produto do próprio esforço, eram homens feitos por si, bem à feição do projeto republicano de sociedade. Percebiam a si mesmos como lavradores e comerciantes sem tradição, como eram taxados pela elite tradicional, mas transformaram esse significado e fizeram disso um motivo de orgulho: eram frutos do trabalho, ao contrário da família Sá e de seus parentes e aliados.

Os pessoístas continuamente expressavam sua condição de homens modestos e, em relação aos membros da família extensa Sá, eles realmente o eram. O coronel Misael Tavares, a maior fortuna do sul baiano em seu tempo, era descendente de uma família de

---

<sup>53</sup> MAHONY, M. A. Afro-brazilians, land reform and the questions of social mobility in Southern Bahia (1880-1920). In: KRAAY, H. (Org.). **Afro-brazilians culture & politics**: Bahia (1790-1990). New York: M. E. Sharpe, 1998, p. 90.

pequenos lavradores, da zona do Cururupe, e começou a formação do seu capital investindo em tropas de burros que prestavam serviço às fazendas dos coronéis Henrique Berbert e Ramiro Castro. Posteriormente tornou-se negociante com uma casa comercial no distrito de Cachoeira de Itabuna, onde adquiriu sua primeira roça de cacau na década de 1890.

Pessoa tentou criar uma relação de identidade entre o seu partido e os pequenos fazendeiros e comerciantes, na maioria afro-brasileiros, que tinham impulsionado a fronteira oeste na segunda metade do século XIX. Buscou arregimentar apoio entre os grandes fazendeiros da mesma origem e criou uma base política sólida, repetidamente destacando o descaso da oligarquia pelos assuntos de interesse público, denunciando invasões de terras envolvendo membros da família Sá e constantemente reafirmando a sua condição de ex-escravocratas. Contudo, nunca foi mencionado que várias das famílias que formavam o seu grupo político haviam explorado a mão-de-obra escrava, apesar de em menor quantidade; ou que muitas delas tinham efetivamente aumentado suas propriedades expulsando pequenos lavradores de suas posses mediante o uso da violência e de fraudes jurídicas, conhecidas como “caxixes”. A partir da segunda metade do século XIX, a maior parte dessas famílias teve acesso à terra e ao capital comercial, iniciando dessa forma a sua ascensão social. Os principais líderes do grupo tinham vindo ou casado com membros de famílias com algum capital. Enquanto a maior parte dos pessoístas era formada por descendentes de afro-brasileiros ou mesmo de índios, como é o caso das famílias Amaral, Pacheco e Tavares, as famílias dos seus chefes políticos eram descendentes de portugueses e de outros europeus, sendo que alguns possuíam educação formal. De acordo com informação oral de um dos seus descendentes, mesmo sem o diploma universitário, os coronéis Antonio Pessoa e Ramiro Castro exerciam respectivamente a advocacia e a medicina como provisionados.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Entrevista com Mário de Castro Pessoa. 22/3/1999. Ilhéus-Ba.

O conflito entre adamistas e pessoístas estava inserido no contexto histórico do Brasil da época. Parte significativa da elite política imperial havia articulado sua permanência no poder, e a Bahia era uma das unidades da federação na qual essa elite mais claramente sobreviveu. Prova disso é que, apesar de estar intrinsecamente ligada ao poder monárquico, a família Sá manteve o controle político do município por mais de duas décadas na chamada República Velha. A sociedade baiana não sofreu uma transformação imediata com a introdução do regime republicano, principalmente no que se refere ao comportamento político e aos preconceitos étnicos. Como informa Rodrigues, os intelectuais brasileiros do início do período republicano foram altamente influenciados pelo darwinismo social e acreditavam que os problemas socioeconômicos do Brasil estavam ligados à mistura interétnica da população.<sup>55</sup>

Ao passar a controlar a Intendência Municipal, o coronel Pessoa redobrou seu esforço para mostrar-se como defensor do progresso da região e enfatizar a sua ligação com os pequenos fazendeiros e comerciantes, vindo a investir na construção de uma nova imagem da região do cacau. A partir desse período foram escritos diversos trabalhos científicos, memórias e crônicas sobre a região e o cultivo do cacau, muitos dos quais encomendados, nos quais é nitidamente perceptível a influência do discurso pessoísta.<sup>56</sup> Segundo essas obras, as plantações de cacau em Ilhéus tinham sido abertas unicamente pelo esforço braçal de pequenos proprietários e de suas famílias, sem nenhum outro capital. Os chefes pessoístas são enfaticamente apresentados como produtos

---

<sup>55</sup> RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Brasília: UNB, 1988, p. 5.

<sup>56</sup> Sobre o assunto ver ZEHNTNER. *Le cacaoyer*; BORGES DE BARROS. *Memória*; BRITO, R. *O livro de Ilhéus*. Rio de Janeiro: Tipographia Linconl, 1923; e BERBERT DE CASTRO. *Formação*.

do próprio esforço e defensores do progresso municipal, prósperos cacauicultores feitos por si.

Publicadas no exterior, essas obras propagaram essa versão histórica sobre a região nas mais importantes bibliotecas da Europa, dos Estados Unidos e do Brasil. A Memória sobre o município de Ilhéus, encomendada por Pessoa ao historiador Borges de Barros, pagou, de acordo com Mahony, um tributo aos self-made men plantadores de cacau, deixando de fora aspectos importantes sobre o crescimento da sua economia.<sup>57</sup> A maior parte das obras da época ignorou a lavoura cacauieira no período anterior à década de 1890, e não discutiu o papel desempenhado pelos fazendeiros e comerciantes com capital que investiram no desenvolvimento do espaço regional. Além de excluïrem o uso da mão-de-obra escrava, todas essas obras silenciaram a respeito da tradicional elite agrária e comercial e o seu papel na criação da economia cacauieira. A respeito do século XIX, diversos textos argumentam que os colonos alemães e migrantes nordestinos haviam formado a economia cacauieira, sendo quase todas as suas ilustrações e fotografias de fazendeiros e comerciantes pertencentes ao partido então dominante, e das suas propriedades rurais e urbanas.

O discurso desenvolvido por Pessoa e seus principais cor-religionários resultou numa visão distorcida, ou pelo menos incompleta, do período econômico dominado pela lavoura cacauieira no município de São Jorge dos Ilhéus. Nos anos trinta, Berbert de Castro, numa obra encomendada para as comemorações do cinqüentenário da cidade, reafirma que os colonos alemães do Cachoeira, dos quais descendia, e os migrantes nordestinos haviam lentamente construído a economia cacauieira. Os fazendeiros de cacau são apresentados como um grupo de homens que haviam trabalhado para a construção da riqueza regional, apesar das enormes dificuldades econômicas e sociais.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> MAHONY. *The world made*, p. 495.

<sup>58</sup> BERBERT DE CASTRO. *Formação*, p. 53.

Na época, esse discurso era estratégico para convencer o governo federal a intervir em favor da elite cacauera, em uma das crises cíclicas do produto. Ainda em 1931, o governo federal declarou uma moratória nas execuções das dívidas dos agricultores de cacau e, através de Tosta Filho, criou o Instituto de Cacau da Bahia (I. C. B.). O Instituto patrocinou vários estudos sobre a região cacauera, contudo, nenhum deles foi propriamente uma obra histórica. A maioria aproximou-se das idéias pessoístas: a lavoura cacauera foi um produto da constância de homens humildes, cujos braços eram o seu único capital.

A partir dos anos trinta, as idéias sobre a elite do cacau introduzidas por Antonio Pessoa foram centrais no discurso político da região cacauera e nas discussões sobre a sua história. Atingindo em cheio a produção historiográfica, essas idéias permaneceram praticamente inatacadas devido a uma série de razões. Elas continuavam a refletir a auto-imagem de um importante segmento da elite cacauera, gerando uma memória coletiva da nova geração de fazendeiros. A imagem de uma região formada pelo trabalho assalariado e livre de homens humildes permanecia como uma poderosa ferramenta da política local e um forte apelo na busca de recursos financeiros federais.

Por fim, poucas vozes se opuseram a essa versão do surgimento da lavoura. Os descendentes das famílias tradicionais do século XIX, evidentemente, não demonstraram interesse na discussão de um processo histórico bem diferente da versão estabelecida pela produção institucionalizada, em que apareceriam como exploradores da mão-de-obra escrava. Essa noção adapta-se bem ao mito brasileiro de democracia racial popularizado pela obra de Gilberto Freyre.

O mito regional desenvolvido pelo grupo dos novos ricos do cacau teve origem no projeto republicano que, em Ilhéus, foi claramente direcionado aos lavradores recém-chegados entre o final do século XIX e início do século XX. Estes passaram a disputar a riqueza e o poder no território do cacau, assim que criaram as

necessárias condições econômicas e uma identidade própria.

O discurso político e histórico implementado por uma determinada elite econômica regional difundiu-se progressivamente no corpo social, mas não somente por sua capacidade de convencimento e mobilização. De acordo com Burguière, é necessário tornar o discurso mais do que um projeto sobre a organização do poder, “mas uma maneira de se comunicar com os outros e compreender o mundo”.<sup>59</sup> A elaboração de uma imagem, que influiu na própria concepção arquitetônica e urbanística regional, foi parte do processo de legitimação do poder. É através da construção da memória que os grupos sociais definem suas identidades, delimitam seu território e organizam seu passado.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> BURGUIÈRE, A. Antropologia Histórica. In: LE GOFF, J. (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>60</sup> Sobre o assunto ver BACZKO, B. *Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984 e GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

## C A P Í T U L O   I I

### Memórias urbanas da “Capital do cacau”

A cidade é um livro de pedras.  
Vitor Hugo

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução urbana de São Jorge dos Ilhéus, destacando as diferentes transformações sociais e arquitetônicas, interligadas entre si, com ênfase no fenômeno de modernização da cidade, ocorrido entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Através dos processos de construção das condições materiais de vida e dos modos de viver, expressos em valores e comportamentos, é possível perceber a trajetória histórica de Ilhéus, que se traduz em profundas mudanças nas relações entre grupos sociais e no uso dos espaços. Busca-se refletir sobre a experiência social cotidiana do espaço público, considerando-o como lugar de práticas culturais conflitantes. A paisagem criada pelo homem atua como uma forma de registro histórico dos fenômenos sociais. Na formulação de Edward Relph, “são contextos visuais da existência cotidiana”.<sup>61</sup> Dessa forma, estudar a evolução

---

<sup>61</sup> RELPH, E. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: 70, 1987, p. 97.

urbana da cidade significa lidar com o processo de constituição da sua memória e com os diferentes agentes sociais que nele atuaram.<sup>62</sup>

A imagem da região cacauceira como uma terra rica e progressista teve em Ilhéus seu principal referencial. Esta cidade-símbolo do sul baiano sofreu as mais diversas intervenções por parte do poder público municipal e foi usada como modelo dos modernos padrões de civilização. Tais intervenções substituíram a sua fisionomia colonial e elementos estéticos considerados antiquados. A dimensão simbólica dessas intervenções nos possibilita discutir como o processo civilizatório se desenvolveu e tomou corpo na cidade sede do principal município produtor de cacau da Bahia.

### **A vila de São Jorge dos Ilhéus: séculos XVI e XVII**

O litoral sul baiano possui alguns dos mais antigos núcleos urbanos erguidos pelos portugueses no Brasil. No que se refere à questão urbanística, as suas cidades preservaram todas as tipologias da arquitetura urbana colonial.<sup>63</sup> Em sua relação com a topografia local, a maioria das cidades litorâneas desenvolveu-se sobre elevações costeiras, a exemplo de São Jorge dos Ilhéus, Camamu, Maraú e Porto Seguro.

Os preceitos em relação à localização das vilas vêm a propósito do critério de defesa militar. Era escolhido um local elevado para a construção da praça principal, onde se erguiam os edifícios públicos como o paço, a cadeia e a igreja matriz.<sup>64</sup> Como

---

<sup>62</sup> SANTOS, A. C. M. dos. Entre a destruição e a preservação. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997, p. 17.

<sup>63</sup> Sobre o assunto ver BAHIA, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *IPAC-BA. Monumentos e sítios do litoral sul*. Salvador, 1988, v. 5.

<sup>64</sup> SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997, p. 5.

conseqüência, o urbanismo desenvolvido foi o de dois andares: o superior ou cidade alta, sede do poder civil e religioso; e o inferior, ou cidade baixa, porto e centro comercial. Esse modelo foi aplicado em Ilhéus cerca de uma década antes de Salvador, o mais importante exemplar dessa tipologia na América.

A vila de São Jorge, santo homônimo do donatário, Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda e historiador da Casa Real, data da segunda metade da década de 1530. Originalmente, a vila foi situada na ilha de Tinharé, sobre o morro de São Paulo, na extremidade norte da capitania. A povoação foi transferida, posteriormente, para as proximidades de uma pequena baía no centro da capitania. O local escolhido foi o alto do outeiro localizado à margem esquerda do estuário formado pelos rios Cachoeira, Fundão e Santana. A elevação recebeu o nome de Santo Antônio e, depois, São Sebastião ou Unhão. As ilhotas existentes próximas ao litoral deram o nome definitivo à vila: São Jorge dos Ilhéus.

A foz comum dos rios citados forma uma pequena enseada abrigada dos ventos. Existe uma elevação em ambos os lados da boca da barra que se abre para o oceano Atlântico. Esses morros, que já formaram ilhas, uniram-se ao continente por uma faixa de areia. O centro da atual cidade de Ilhéus está situado sobre o terreno que liga o morro de São Sebastião às escarpas do norte. Isso obrigou o leito das águas fluviais a fazer uma forte curva para o sul. Quando o morro de Pernambuco, a leste da barra, foi unido aos terrenos baixos do Pontal de São João da Barra, as águas foram compelidas para o norte encontrando-se com o mar entre os dois morros.

Fenômenos geológicos como sedimentação arenosa, somados à regressão do nível oceânico, além da ação antrópica, modificaram, por mais de quatro séculos, o aspecto geral do sítio onde se implantou a vila de São Jorge. Vestígios de lama de mangue, pouco abaixo da superfície do solo, podem ser encontrados em toda a área central, nas atuais ruas Rodolfo Vieira, Araújo Pinho, 7 de Setembro e Ramiro Castro. O índice pluviométrico era bem maior, a mata atlântica ainda cobria os morros hoje ocupados por bairros da cidade. Em

seus vales corriam diversos riachos atualmente canalizados sob ruas, e nas margens amplos manguezais abrigavam uma rica fauna de marisco, que há milênios alimentou as populações indígenas situadas em volta. Existem, na atual área urbana de Ilhéus, quatro sítios conhecidos de antigos assentamentos indígenas: o da atual prefeitura, anteriormente à beira-mar; os morros da Boa Vista e da Tapera, ao norte; e o do Mambape, atual Nelson Costa.

Não existem muitas informações conhecidas sobre o aspecto inicial da vila de São Jorge, quando ainda estava localizada no alto de São Sebastião. Gândavo afirma que era a vila “mui formosa, e de muitos vizinhos, a qual está em cima de uma ladeira à vista do mar, situada ao longo de hum rio onde entram navios”.<sup>65</sup> Dentro de seus limites, algumas poucas ruas abertas nos seus trechos urbanizáveis, onde as maiores construções eram a casa dos jesuítas e a primitiva matriz de São Jorge. O cemitério estava situado ao sul da vila, na área da atual rua Nossa Senhora de Lourdes, como indicam diversos objetos encontrados pelos antigos moradores, que reurbanizaram o local no início do século XX, entre os quais uma lápide de arenito datada de 1555, um dos mais antigos registros funerários do Brasil, e inúmeras ossadas humanas.

No ano de 1556 foi criada a paróquia da Invenção da Santa Cruz da Vila de São Jorge dos Ilhéus, controlada pelos padres jesuítas. O conjunto arquitetônico dessa Ordem, formado pela casa e sua igreja, estava situado no topo da elevação. A inauguração do templo, em 1565, foi celebrada “com a pompa adequada aos recursos da terra”.<sup>66</sup> Possuía três altares de cedro, cancela de conduru, colunelos torneados, coro de pedra e piso em pedra lavada. No começo do século XX, ainda eram visíveis as ruínas da

---

<sup>65</sup> GÂNDAVO, P. de M. *Tratado da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, s.d., p. 89.

<sup>66</sup> SILVA CAMPOS, J. da. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 19.

primitiva Matriz de São Jorge, alicerces de casas e restos de calçadas de um subterrâneo, testemunhos seculares da ocupação humana no local.<sup>67</sup> Com o gradual abandono do morro de São Sebastião pela população da vila, a matriz foi transferida para o final de uma das ruas que se abriam aproveitando as antigas trilhas indígenas, na atual Antonio Lavigne de Lemos (figura 1).



**Figura 1** - Atual Matriz de São Jorge.

Foto: IPAC

Edificada na chapada do morro de São Sebastião, a casa dos jesuítas, consagrada a Nossa Senhora da Assunção, que já era padroeira de Camamu, possuía quatro aposentos ou celas para

---

<sup>67</sup> BORGES DE BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 70.

os religiosos bem acomodados em um sobrado, uma igreja e oficinas. Para a abertura ou ampliação da área em que foi construída a residência dos padres da Companhia de Jesus, demoliu-se a antiga cadeia pública.<sup>68</sup> A vila possuía, então, 150 fogos e três engenhos produziam a sua riqueza. Os habitantes viviam da lavoura, cuja produção era escoada em pequenos barcos, principalmente para Salvador. A população era estimada em pouco mais de mil portugueses.

Segundo Stuart Schwartz, no final do século XVI a produção em grande escala de mandioca foi deslocada para o litoral sul do Recôncavo, chegando até Cairu, Camamu e Ilhéus.<sup>69</sup> O plantio de mandioca foi iniciado apesar dos graves problemas enfrentados nessas áreas pelos ataques dos aimorés que, a partir das matas mais afastadas, empreendiam a conquista do litoral das capitâneas de Porto Seguro e dos Ilhéus. Em Ilhéus, os ataques indígenas paralisaram a produção agrícola, principalmente do açúcar. Mesmo com o início promissor, ao final do século XVI a lavoura estava reduzida a uma pequena produção de açúcar, madeira, mantimentos e algodão, devido à falta de investimentos e aos confrontos entre os colonos e a nação Aimoré.<sup>70</sup>

Ao final da rua de São Bento, antigo caminho indígena que partia do morro de São Sebastião em direção à mata, estava erguida a capela de Nossa Senhora das Neves, santa titular da vila. Essa capela foi transferida para um alto próximo, na década de 1560, com a denominação de Nossa Senhora da Vitória, sendo reedificada no início do século XVIII. Sua fundação está ligada ao início da luta entre os colonos e os aimorés pela posse da terra. O sucesso de algumas entradas contra os aimorés foi atribuído

---

<sup>68</sup> BERBERT DE CASTRO, E. **Formação econômica e social de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 36-7.

<sup>69</sup> SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 51.

<sup>70</sup> SILVA CAMPOS. **Crônica da capitania**, p. 60, 77 e 86.

pelos moradores à intervenção da santa padroeira. Por estar a capela danificada, os habitantes da vila deram princípio a uma outra. Mulheres e meninas carregavam à cabeça as pedras para o templo em procissão, orando pela vitória dos seus pais e maridos. Como reconhecimento, concluída a obra, colocaram nela a imagem da Senhora com o título da Vitória, trocando por este o das Neves.<sup>71</sup> Ao visitar a vila, no século XIX, von Martius registrou que, ao norte, “eleva-se a língua de terra em outeiro coberto de mata fechada, chamado pelos navegantes de ‘focinho de cão’, e em cujo topo domina a igreja de Nossa Senhora da Vitória” (figura 2).<sup>72</sup>



**Figura 2** - Igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Foto: Brandão e Rosário

---

<sup>71</sup> Sobre o assunto ver JABOATÃO, A. de S. M. *Novo orbe seráfico*. Rio de Janeiro, 1858/1862 e SANTA MARIA, frei A. de. *Santuário Mariano*. Lisboa, 1722.

<sup>72</sup> Von MARTIUS, K. F. P. *Viagem pelo Brasil*. In: SALES, F. (Org.). *Memória de Ilhéus*. Salvador: FUNCEB, 1996, p. 91.

Na década de 1880, a capela de feições barrocas incendiou-se, queimando-se inclusive a imagem da santa que, segundo a tradição, teria vindo de Portugal havia mais de dois séculos. A atual imagem foi feita em Salvador pelo escultor Peçanha, em sua oficina na ladeira do Taboão. A igreja foi reconstruída pelo coronel Domingos Fernandes da Silva, no início do século XX, em estilo neo-gótico, bem ao gosto da época. As suas colunas e os seus capitéis eram de “fino douramento,” sendo os castiçais, sacrários, descansos de missais lavrados em ouro e prata. O teto e as paredes possuíam pinturas sacras e foi erguido um altar em cada lado da capela.<sup>73</sup> Sua fachada foi bastante descaracterizada com essa intervenção, em lugar do barroco foram-lhe emprestadas linhas neo-góticas e adornos rococós, parcialmente removidos em uma reforma posterior.<sup>74</sup>

A partir do final do século XVII, a vila de São Jorge passou a ocupar terrenos fora do seu perímetro original, extra-muros, ao pé do outeiro do mesmo nome. Com a decadência dos poucos engenhos de açúcar, a produção de farinha e a extração de madeira tornaram-se os principais produtos exportados pelo porto, cujo ancoradouro foi aberto em um manguezal, situado entre a atual rua marquês de Paranaguá e avenida Dois de Julho. A farinha e a madeira eram destinadas principalmente ao consumo e ao abastecimento do mercado de Salvador e das armadas que tocavam seu porto.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> BORGES DE BARROS. *Memória sobre o município*, p. 100.

<sup>74</sup> ALBAGLI DE ALMEIDA, G. Notas sobre a evolução de Ilhéus. *Revista Especiaria*. UESC, ano II, n.º 3 e 4, Ilhéus, 2000, p. 173.

<sup>75</sup> VASCONCELLOS, S. de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro, 1864, III, p. 47.

## A vila desce o morro: Ilhéus nos séculos XVIII e XIX

De um modo geral, é a partir do século XVIII que a urbanização no Brasil se desenvolveu e a casa da cidade “torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho que só vai à sua propriedade no momento do corte e da moenda da cana”.<sup>76</sup> Contudo, de acordo com Milton Santos, a urbanização somente atingiu a sua maturidade no século XIX e levou ainda mais um século para adquirir as suas características atuais.<sup>77</sup>

A decadência das minas de ouro do interior do Brasil fez cessar, ao final do século XVIII, a corrente de povoamento vinda do litoral. Em muitos casos, ocorreu um processo inverso, o litoral renasceu e a agricultura recuperou a sua primazia. O povoamento costeiro no Brasil colonial foi distribuído com grande irregularidade. Existiam largas extensões do litoral inteiramente desprovidas de vilas, muitas das quais só se comunicavam com as restantes por via marítima. O historiador Caio Prado Jr., em uma das suas principais obras, avalia que os fatores naturais desempenhavam um importante papel nesse processo, pois o litoral brasileiro possui uma linha regular, “quase sem endentações”. Os abrigos, mesmo para embarcações menores, eram escassos. Os raros pontos favoráveis foram, por esse motivo, rapidamente aproveitados, e neles se concentrou a população.<sup>78</sup>

Da baía de Todos os Santos para o sul, as terras altas do interior aproximam-se do litoral e terminam nele, a pouca distância do oceano. Em alguns trechos a praia desaparece, para dar lugar a um último contraforte da serra que avança em promontório pelo mar. Nesta parte do litoral baiano existe uma série de rios paralelos

---

<sup>76</sup> BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1978, p. 56.

<sup>77</sup> SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 19.

<sup>78</sup> PRADO JR., C. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 40.

que possuem leitos navegáveis onde, na foz de cada um desses rios, formou-se um pequeno núcleo, como as vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), São Jorge dos Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e Caravelas. Este povoamento caracterizou-se pela sua concentração exclusiva na foz dos rios, não penetrando senão poucas léguas para o interior. Essas vilas formaram pequenos compartimentos estanques, muitas vezes com saída exclusivamente por mar e cuja economia se concentrava na produção de farinha e extração de madeira, exportadas para Salvador, Recife e Rio de Janeiro, caracterizando-se como uma área abastecedora dos grandes centros nacionais.<sup>79</sup>

Em Ilhéus, gradativamente, os moradores foram abandonando a chapada do morro de São Sebastião e ocupando os terrenos da baixada entre o manguezal e o mar. Passou, daí em diante, o morro a ser chamado morro da vila velha ou morro da matriz velha. Datam do início do século XVIII as construções da nova matriz de São Jorge, da igreja de São Sebastião, ao pé do morro do mesmo nome, e do colégio jesuítico de Nossa Senhora do Socorro, na atual praça J. J. Seabra.<sup>80</sup> Baltasar Lisboa, ouvidor da comarca de São Jorge dos Ilhéus, relata que entre 1797 e 1802 a vila possuía duzentos e oitenta fogos e dois mil habitantes, incluindo livres e escravos. Entre os habitantes,

Os principais fazem-se descendentes da nobreza do reino [...] as suas faculdades, os seus sentimentos e os seus desejos são inteiramente apropriados à sua situação; a idéia que tem da sua perfeição, e felicidade, consiste na figurada grandeza do seu nascimento e por isso não encontram objetos de prazer, senão naqueles a que estão acostumados: a caça, a pesca,

---

<sup>79</sup> Id. *Ibid.* p. 47-8.

<sup>80</sup> BERBERT DE CASTRO. *A formação econômica*, p. 37.

a lavoura da mandioca é o seu mais nobre emprego, que realça na serventia da Câmara, que preferem a toda outra consideração. Privadamente andam de fraldas de camisa, e se cobrem de uma única túnica de chita, a que chamam Timão, quando recebem algum hóspede de cumprimento. As suas casas são despidas de todo o ornato.<sup>81</sup>

Segundo Souza, a vila se desenvolveu ao longo da planície costeira, limitada por um maciço que dificultava a sua expansão e o acesso aos vales que atualmente compõem a sua parte interna, conhecidos pelas denominações de Gameleiro e Lavradouro. As possibilidades de expansão para o sul estavam restritas ao pontal de São João da Barra, antiga Parte d'Além, no outro lado da baía.<sup>82</sup> A primeira expansão urbana do início do século XVIII delimitou o traçado viário das principais ruas do antigo centro urbano, baseado em caminhos que se dirigiam ao local da atual matriz, em terrenos de uma aldeia tupiniquim; ao morro da Boa Vista, em direção ao Cachoeira; e às margens do Itaípe, onde muitos moradores possuíam plantações e benfeitorias.

Edificado em 1723, o colégio jesuítico de Nossa Senhora do Socorro era o mais importante edifício da vila no século XVIII. Os materiais empregados na obra foram o tijolo e o arenito, cuja origem era atestada pelas conchas marinhas existentes de permeio. Avé-Lallemant, ao referir-se ao colégio jesuíta, alegou que eram “muitíssimo originais as colunas do pórtico duma pedra arenosa, um conglomerado de areia”.<sup>83</sup> Os jesuítas foram os principais

---

<sup>81</sup> Apud SALES. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1981, p. 67.

<sup>82</sup> SOUZA, R. S. A. de. *A cidade e sua sombra: conformação urbana contemporânea e exclusão sócio-espacial em cidades de médio porte: Ilhéus-Ba*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). FAU/UFBA, Salvador, p. 60.

<sup>83</sup> Id. *Ibid.* p. 138.

construtores de Ilhéus na sua fase colonial, tanto na zona urbana, com os seus templos e oficinas, como na zona rural, onde ergueram engenhos e igrejas, como a de Santana, às margens do rio de mesmo nome, o templo rural mais antigo do Brasil.

O príncipe Wied-Neuwied, que visitou a vila na segunda metade da década de 1810, destacou ainda entre as construções jesuíticas um “belo paço solidamente construído à sombra de grandes árvores e coberto por um alpendre.” Ainda segundo o nobre europeu, a vila “se compõe de pequenas casas cobertas de telhas, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são mais ou menos regulares, cobertas de capim.” Somente aos domingos e dias de festas é que se viam pessoas reunidas em quantidade, “pois os habitantes das redondezas acorrem à vila, para missa”.<sup>84</sup> Algumas décadas mais tarde, Maximiliano de Habsburgo noticiava o isolamento da vila em relação aos outros núcleos urbanos: “o meio de comunicação com a floresta é o rio Cachoeira, e canoas são para isso usadas. Uma vez por mês um vapor visita o porto, dando a essa boa gente da região a ilusão de que está ligada com o vasto mundo”.<sup>85</sup>

A vila ocupava apenas os terrenos planos. As casas eram baixas e “desgraciosas”, na maioria de um único andar, “algumas não tem mesmo senão um andar térreo. Outras dispõem de uma varanda de grades, como antigamente, cujos modelos foram conservados na rua da Misericórdia no Rio de Janeiro”. Portugueses e colonos estrangeiros se ocupavam do comércio, “graças a eles o porto e certos quarteirões tem vida”.<sup>86</sup> De acordo com Brandão e Rosário, na primeira metade do século XIX, a vila continuava

---

<sup>84</sup> WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1989, p. 338.

<sup>85</sup> AUGEL, M. P. *A visita de Maximiano da Áustria a Ilhéus*. Salvador: CEB/UFBA, 1981, p. 13.

<sup>86</sup> SALES. *Memória de Ilhéus*, p. 117.

sendo “um pequeno burgo de ruelas estreitas e desalinhadas que desciam a encosta do morro de São Sebastião”.<sup>87</sup> Os manguezais ainda não haviam sido aterrados e ocupavam grande parte do atual centro comercial. Durante a época das chuvas, mais intensas no inverno, alguns logradouros ficavam ilhados, a exemplo de Pimenta, Dendê, Sapo, Trincheiras e Unhão.<sup>88</sup> O início do povoamento do Pontal de São João da Barra, na margem oposta da baía, deu-se na década de 1870.

Ao mesmo tempo, crescia o comércio com a capital do império. Madeiras e lenha de mangue eram exportadas para o Rio de Janeiro, de onde vinham transportadas em grandes veleiros mercadorias as mais diversas como cigarros, perfumes, tecidos e outros produtos manufaturados, inaugurando um intercâmbio econômico e cultural entre a futura capital do cacau e a capital brasileira.

O mais antigo registro da intervenção do poder público na infra-estrutura urbana data do início do século XIX e trata de uma discussão entre os vereadores ilheenses a respeito da organização de novas posturas “para regimen desta villa”. Entre as obras priorizadas estavam a construção de uma fonte de água nos terrenos da fazenda Pimenta e a estagnação de pântanos nos terrenos da vila, considerados como principais focos de doenças na região.<sup>89</sup> Ao longo do século XIX, uma das principais preocupações dos administradores locais refere-se à questão sanitária, principalmente no período de surtos de febres que grassavam na região. A falta de calçamento

---

<sup>87</sup> BRANDÃO, A.; ROSÁRIO, M. *Estórias da história de Ilhéus*. Ilhéus: SBS, 1970, p. 30.

<sup>88</sup> COSTA, J. P. da. *Terra, suor e sangue: lembrança do passado da região cacauera*. Salvador: EGBA, 1995, p. 16.

<sup>89</sup> Atas do Senado da Câmara de Ilhéus, 19 jun. 1829. Apud BORGES DE BARROS, F. *Ilhéus, documentos que interessam à sua história*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

das ruas, a existência de pântanos e baixas nos terrenos urbanos e os enterros nas igrejas eram considerados como os principais responsáveis pelas constantes epidemias.

## O discurso higienista e o exílio da morte: o surgimento dos cemitérios oitocentistas

A partir da segunda metade do século XIX, ensaiou-se no Brasil uma maior valorização da vida urbana. Para uma população que vivera por três séculos sob a influência das grandes propriedades rurais, a experiência urbana se mostrou como uma novidade. As cidades, até aquele período, estavam ligadas a uma dinâmica construída fora delas – na zona rural – baseada no cultivo da terra e no trabalho escravo.

As dificuldades por que passavam as cidades e vilas eram de todos os tipos: inexistência de água encanada e sistema de esgoto, ruas estreitas sem calçamento e iluminação precária. Em Ilhéus não havia sequer cais de desembarque que substituísse o transporte de pessoas e mercadorias em canoas e balsas para terra firme. Porém, de acordo com Pechman, os problemas enfrentados pelas vilas e cidades não eram problemas urbanos.<sup>90</sup> A cidade, no período, não era tematizada como uma questão. Serão os médicos higienistas, com suas pesquisas sobre os agentes causadores das epidemias, nas suas suposições sobre a contaminação do meio pelos miasmas, que inventarão os problemas urbanos. É a partir da nova condição urbana criada pela medicina que será possível incorporar a cidade e a população ao escopo do saber médico. De acordo com Machado, os médicos formularam uma verdadeira teoria da cidade,

---

<sup>90</sup> PECHMAN, R. M. O urbano fora do lugar? In: RIBEIRO, L.C.; PECHMAN, R. M. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 331.

desenvolvendo em várias instâncias uma reflexão sobre a morbidade urbana e explicitando a exigência de realização de condições de vida ideais, que se tornaram um importante instrumento de normalização da sociedade.<sup>91</sup> Ao legitimar-se como um saber sobre a cidade, a medicina se tornou a referência principal na elaboração de um projeto urbano e enraizou os princípios higienistas como norma de comportamento social.

A questão da salubridade levantada pelos médicos-higienistas articulou-se, de imediato, aos interesses do governo. A população brasileira era atingida duramente nos períodos de surtos epidêmicos, pela falta de drenagem dos pântanos, de calçamento das ruas, da regulamentação do comércio de alimentos e de construção de esgotos.<sup>92</sup> As exigências de salubridade passaram a estar entre as principais preocupações da época. Uma das questões básicas era a higiene urbana, com as ações nessa área direcionadas para a pavimentação das ruas e a criação de um sistema de esgotos. Outra questão central dizia respeito à circulação de ar, o que motivou o alargamento das ruas e a criação de jardins e passeios públicos. Quanto às prisões, aos hospitais, matadouros e cemitérios, considerados um risco para a saúde pública, os higienistas e administradores preconizaram sua instalação na periferia das cidades.<sup>93</sup>

O afastamento dos cemitérios e a conseqüente separação entre os vivos e os mortos ocorreram no final do Antigo Regime. Segundo João Reis, ocorreu uma redefinição das noções de poluição ritual, pureza e o perigo de contágio passaram a ser definidos a partir de critérios médicos, mais do que religiosos. Durante o

---

<sup>91</sup> MACHADO, R. *Nada do que é urbano lhe é estranho*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 29.

<sup>92</sup> FREIRE, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 260.

<sup>93</sup> HAROUEL, J.-L. *História do urbanismo*. São Paulo: Papyrus, 1998, p. 64.

século XVIII, por influência do Iluminismo, desenvolveu-se uma tendência contrária à proximidade entre os vivos e os mortos que, por recomendação médica, foram evitados por motivo de saúde pública. Era o começo da campanha contra as inumações no interior das igrejas e a favor da transferência dos cemitérios para fora dos núcleos urbanos. Essa nova atitude diante da morte era baseada na teoria dos miasmas, concebida pelos cientistas do século XVIII:

Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava.<sup>94</sup>

As exalações provindas dos cemitérios foram tidas como principais responsáveis pela disseminação de doenças, cuja contaminação se daria pelo ar. O discurso higienista encontrou nessas emanações as principais causas das altas taxas de mortalidade existentes. De fato, estas eram motivadas, principalmente, pelos graves problemas sociais do período, como a fome e a miséria por que passava a maioria absoluta da população. Algumas reclamações já haviam sido feitas, nos séculos XVI e XVII, contra o efeito nocivo à saúde humana ocasionado pelas emanações das sepulturas onde os cadáveres eram amontoados. A partir do século XVIII, médicos e intelectuais iluministas, como Voltaire e D'Alembert, e mesmo alguns sacerdotes, ampliaram a polêmica sobre os enterramentos nas igrejas.<sup>95</sup> Tradicionalmente, o sepultamento no adro do templo ou no chão das igrejas era de jurisdição sacerdotal e tarefa

---

<sup>94</sup> REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 75.

<sup>95</sup> CATROGA, F. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Livraria Minerva, 1999, p. 44.

das irmandades, corporações religiosas e de ordens terceiras. Os enterros em igrejas foram oficialmente proibidos na França, por Declaração de Luís XVI do ano de 1776, determinando-se inclusive a desativação do cemitério dos Inocentes, no centro de Paris, em 1780. Na Suécia, tais enterros foram proibidos em 1783; e, no Império Austro-húngaro, por editos de José II, entre os anos de 1784 e 1788.<sup>96</sup>

Em 1801, a Academia de Arquitetura Francesa promoveu um concurso de projetos sobre as cerimônias fúnebres e a organização de cemitérios. Todos os concorrentes criticaram a sepultura comum e fizeram a apologia ao túmulo individual e jazigos de família, dentro do melhor espírito da mentalidade de devoção familiar burguesa que então florescia.<sup>97</sup> Essas medidas foram postas em prática principalmente após a Revolução Francesa, quando foi instituída uma nova ordem trazida pelos Estados-Nação. Nesse contexto são criadas as leis de 12 de junho de 1804 e 7 de março de 1808, e as novas necrópoles de Paris como os cemitérios de Père-Lachaise, Montmartre e Montparnasse, ficando a morte sob o controle do poder político.

À morte domesticada, predominante desde a Idade Média ao século XVIII, em que a sacralidade do território dos defuntos se inseria no centro das cidades e funcionava como garantia simbólica da salvação coletiva no final dos tempos, sucederam-se os medos de inspiração higienista, aumentaram os receios em relação às emanções e ao mefitismo.<sup>98</sup> Com o aprofundamento das relações capitalistas e a conseqüente crença no progresso contínuo e o desenvolvimento do cientificismo respaldando o discurso médico-higienista, surgem os cemitérios civis a céu aberto. O decreto de 23 prairial

---

<sup>96</sup> Sobre o assunto ver ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

<sup>97</sup> REIS. **A morte é uma festa**, p. 78.

<sup>98</sup> CATROGA. **O céu da memória**, p. 44.

do ano XII (12 de junho de 1804), que assegurou, com pequenas modificações até a atualidade, a regulamentação dos cemitérios e funerais, é resultado da preocupação com os sepultamentos na França durante toda a segunda metade do século XVIII. Mais do que um texto regulamentar, o decreto de 23 prairial é uma espécie de fundação de um culto novo, o dos mortos. Estabeleceu-se que os corpos não mais seriam sobrepostos, mas sempre justapostos. A distância entre as valas e sua profundidade foram especificadas, assim como o prazo de sua reabertura e reutilização.

Os cemitérios públicos se espalharam e ocuparam partes das paisagens urbanas do século XIX. Ocorreu uma mudança completa de hábitos. Nesse cemitério moderno, o local da sepultura podia ser comprado e nele erguido um jazigo. Agonizava a antiga tradição, onde os mortos eram enterrados dentro dos limites urbanos, aos olhos da população, sob a responsabilidade das irmandades. Dentro da nova concepção de cidade, os mortos passaram a ser enterrados fora dos seus limites e em covas individuais sob a responsabilidade do poder público.

O discurso higienista sobre as inumações no interior das igrejas acentuou-se no Brasil a partir da década de 1830, integrado aos ideais civilizatórios da nação em formação. A organização civilizada do espaço urbano necessitava que a morte fosse higienizada, tendo como principal preocupação a expulsão dos mortos para cemitérios extra-muros.<sup>99</sup> A construção dos cemitérios a céu aberto foi intensificada a partir da segunda metade da década de 1850, quando o cólera e a febre amarela foram introduzidos no Brasil e, segundo Marcílio, provocaram uma enorme tensão na sociedade.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> REIS. *A morte é uma festa*, p. 247.

<sup>100</sup> MARCÍLIO, M. L. *A morte de nossos ancestrais*. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 74.

O governo provincial ordenou a construção do cemitério da vila de São Jorge dos Ilhéus no ano de 1854, com o intuito de substituir os enterros nos terrenos das igrejas urbanas. Nessa época, o interior e o terreno em volta da matriz de São Jorge e a igreja de São Sebastião eram os locais utilizados para o enterro da população local. A direção da obra ficou a cargo do juiz de direito Ermano Gonçalves do Couto, que iniciou sua execução utilizando a mão-de-obra de quatro negros libertos enviados pelo presidente da província. Couto escolheu, para a instalação do cemitério, uma área nos fundos da igreja de Nossa Senhora da Vitória, cujos terrenos foram desmembrados da fazenda Boa Vista e doados ao patrimônio da igreja pelo capitão Severiano José da Costa, com escritura de 27 de outubro de 1852.<sup>101</sup>

Os terrenos do capitão Severiano Costa foram doados como pagamento de uma dívida de seu pai, capitão Jerônimo do Santos Quaresma, da quantia de 352\$916 réis deixada em testamento para a capela de Nossa Senhora da Vitória. Em documentação judicial consta que a área doada, Boa Vista de Fora, “tinha a compreensão de duzentas braças e dez palmos craveiros.” Os terrenos da fazenda Boa Vista, contígua à vila, principiavam no rio denominado Malhado “partindo com as terras da Tapera e pelas pedras da Fonte da Cruz”, e foram herdados pelo capitão Severiano Costa de seu pai por compra a José Macário Mello, e este por compra que fez à fazenda pública da província, no ano de 1805, de acordo com os títulos da arrematação e traspasso apresentados pelo proprietário ao tabelião de notas Antônio Mendes de Castro.<sup>102</sup> Conforme comunicação do juiz Joaquim Brito, os limites da área doada à capela de Nossa Senhora da Vitória foram contestados pelos “heróis” confinantes Domingos Antônio Bezerra, dono da fazenda Pimenta e Fortunato Brasil, proprietário de pastos vizinhos. Com a

---

<sup>101</sup> APEB, SJ, CJI, 1853-1859, maço 2398.

<sup>102</sup> APEB, SJ, CJI, 27 out. 1855, maço 2397.

doação desses terrenos, a capela se tornou a única da vila a possuir bens de raiz.<sup>103</sup>

A construção do cemitério da vila em um local afastado e pouco habitado atendeu a decisão das autoridades provinciais em transferir gradativamente os enterramentos para fora do perímetro urbano. Seguindo o pensamento médico da época, foram postas em prática, pelo governo, medidas sanitárias visando melhorar o quadro da higiene pública da Bahia. Os cemitérios deveriam ser construídos de preferência em lugares altos e afastados, onde os ventos soprassem em direção contrária à dos núcleos populacionais.

Em resposta a um ofício da presidência da província, o juiz Ermano do Couto informou ter tomado algumas providências relativas à saúde pública da vila e, devido aos surtos de doenças infecciosas na província, via “a ocasião propícia para obstar o enterramento dentro dos templos cujas conseqüências têm sido também perniciosas à saúde pública pelo mal dirigido de um trabalho ou pela colocação em que se acham muitos templos, alguns assentados sobre baixas ou lugares pantanosos”.<sup>104</sup> Ainda segundo o juiz Couto, para uma maior eficácia dos novos cemitérios, era necessário que o governo criasse leis que determinassem a absoluta cessação do enterramento nos templos. A criação de um cemitério era uma das principais recomendações do secretário da Comissão de Higiene Pública, e o juiz encontrou a maior aquiescência da municipalidade a essa medida. Todavia, as obras dos cemitérios careciam de recursos tanto provinciais como municipais.

A localização do cemitério no alto da Vitória foi motivo de um embate entre o juiz de direito e os vereadores da vila. Em

---

<sup>103</sup> APEB, Relação das Capelas da Comarca. Comunicação do Juiz de Direito em Cumprimento do Aviso do Ministério dos Negócios da Justiça, 30 nov. 1853, maço 2397.

<sup>104</sup> APEB, SJ, CJI, 18 out. 1855, maço 2397.

uma representação enviada ao presidente da Bahia, os vereadores ilheenses defenderam o estabelecimento do cemitério no local “em que se acha as ruínas da antiga Matriz, [...] posto que não a sotavento do povoado e de fácil ventilação”.<sup>105</sup> Em outra correspondência, a Câmara Municipal se posicionou contra o local escolhido pelo juiz municipal, considerado pouco apropriado ao fim de afastar o máximo possível as inumações de cadáveres do centro da povoação, “não só porque se acha mui próximo a uma capela e estrada bastante freqüentada como por em breve tempo teria de ficar o cemitério no centro de edificações, por isso que para esta parte se vai progressivamente estendendo-se a vila”. O parecer de uma comissão da câmara elegeu o sítio denominado “oiteiro, por sua situação elevada, arejada e retirada das habitações e grande número de materiais aproveitáveis para o estabelecimento do cemitério, que ali sendo fundado concorrerá demais para o aformoseamento da vila”. O terreno proposto pela câmara para localização do cemitério era de propriedade de um dos vereadores municipais, Pedro Alexandrino de Barros, que o havia de ceder por um conto de réis.<sup>106</sup>

O juiz de direito respondeu alegando ser o preço cobrado excessivo para um terreno onde não se dava nenhuma das vantagens do alto da Vitória, “se a câmara municipal desta vila melhor se compenetrasse de seus deveres e não quisesse apadrinhar interesses particulares não opinaria de certo pela localidade”.<sup>107</sup> Uma Junta de Higiene Pública formada por acadêmicos de medicina da capital da província, que encontrava-se na vila, foi encarregada pelo juiz de direito de dar um parecer sobre o local ideal para a edificação do cemitério. A Junta, composta pelo dr. Manoel Aragão Gesteira

---

<sup>105</sup> APEB, SJ, CJI, 3 jan. 1855, maço 2397.

<sup>106</sup> APEB, SJ, CJI, 15 dez. 1955, maço 2397.

<sup>107</sup> APEB, SJ, CJI, 12 maio 1856, maço 2397.

e pelos acadêmicos Francisco José Teixeira, Antônio Duarte da Silva e Hermelino César da Silva, indicou, como local que reunia as melhores condições higiênicas, os terrenos da fazenda Pimenta, no subúrbio da vila (área da atual avenida Belmonte), pela “posição em que se acha, correnteza dos ventos e distância do centro da população”.

Porém, havia algumas sérias dificuldades como o péssimo acesso, através de mangues. Seria necessário o emprego de uma soma considerável para a sua melhoria. Além disso, havia a recusa do proprietário dos terrenos, Domingos Antônio Bezerra, em ceder a área necessária. O lugar proposto pela câmara municipal, no alto de São Sebastião, não foi considerado apropriado devido “aos ventos que ali reinam, SO/SE e L, e vindo estes para dentro da vila deveriam, por conseguinte, trazer consigo miasmas que dali se desprendessem”.<sup>108</sup> Segundo o parecer da Junta, existiam outros lugares de posição elevada e arejados com materiais aproveitáveis, melhor concorrendo para o aformoseamento da vila. O terreno próximo às ruínas da antiga Matriz era propriedade particular e somente o dono iria lucrar com a venda do terreno. O governo, além do dinheiro que despendesse para sua compra, teria que fazer grandes despesas por ser o local pedregoso e montanhoso.

Por fim, a Junta de Higiene referendou a localização do cemitério no alto da Vitória, onde o juiz Ermano do Couto havia mandado executar alguns trabalhos. O parecer refutou as dificuldades apresentadas pela câmara para a elevação do cemitério naquele local, como estar o terreno próximo à vila, e achar-se junto de uma capela e de uma estrada para onde a expansão urbana estaria se deslocando. A Junta argumentou que a vila estava localizada na baixada e os terrenos da Vitória em um lugar mais alto, inclusive próximos à fazenda Pimenta e cujos ventos de direção NO/N eram favoráveis. E, ainda segundo os higienistas, se não existisse uma capela na Vitória, “quantas dificuldades não lutariam as auto-

---

<sup>108</sup> APEB, SJ, CJI, 20 abr. 1856, maço 2397.

ridades a vista da superstição tão enraizada dessa população com os enterramentos dentro das igrejas?”<sup>109</sup>

Sobre a opinião dos membros da igreja a respeito do assunto, existe uma correspondência do vigário Salvador Calisto de Barros, endereçada ao juiz Ermano do Couto. Logo ao chegar à vila de São Jorge, para tomar posse da freguesia, o vigário havia sido informado que se tratava de fazer um cemitério e, indagando o lugar da obra, indicaram-lhe o outeiro que fica por trás da capela de São Sebastião, segundo ele “lugar impróprio por ficar muito próximo da povoação, pelo contrário sempre lancei as minhas vistas para o outro outeiro em que está edificada a capela de Nossa Senhora da Vitória”. O vigário Barros concluiu que este último era preferível por ficar bastante longe da vila como por ficar contíguo à mesma capela, onde com toda comodidade se poderia exercer as funções. Ao louvar o local escolhido pelo juiz, o vigário da vila manifesta a restrição da autoridade eclesiástica no controle sobre a morte. “Esse lugar escolhido por V. S. seria também por mim se fosse encarregado desse trabalho” (grifo nosso).<sup>110</sup>

Muitos dos atrasos na construção dos cemitérios modernos foram motivados pelas resistências ao enterramento civil, como também estavam ligados às dificuldades financeiras das povoações. A correspondência do juiz de direito faz referência ao problema de verbas e da mão-de-obra. O serviço de nivelamento do terreno do cemitério era moroso, devido ao número reduzido e à qualidade dos trabalhadores, conforme “o trabalho não se concluirá facilmente em poucos dias com os quatro africanos livres que V. Exa. enviou. É preciso a remessa de mais quatro [...]. Dos quatro africanos, dois serviço nenhum prestaram, já pela avançada idade de um, como pela embriaguês de ambos”. Para conclusão do nivelamento do terreno, foi preciso desmontar algumas elevações,

---

<sup>109</sup> APEB, SJ, CJI, 20 abr. 1856, maço 2397.

<sup>110</sup> APEB, SJ, CJI, 29 maio 1856, maço 2397.

continua ele: “faz-se agora preciso o seu cercamento o qual acha-se conveniente ser feito de madeira, pois de pedra e cal seria muito dispendioso”.<sup>111</sup>

Alguns anos depois do início das obras, a situação do cemitério ainda não havia se modificado. O padre Pedro Januário Cardoso, responsável pela guarda dos materiais da obra, julgou conveniente relatar ao governo da província,

o estado deplorável que se acha o cemitério que antes parece um pasto do que um lugar de descanso aos mortos. Se o Exmo. governo não atentar a esta necessidade reclamada, dando as necessárias providências a fim de se concluir este cemitério teremos de ver perdidos tantos diversos trabalhos e o dinheiro dos cofres públicos já ali consumidos, sobretudo as vantagens que tais cemitérios revelam à nossa civilização.<sup>112</sup>

Somente com as mudanças econômicas e sociais trazidas pela constante valorização da lavoura do cacau, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, o município passou a ter recursos suficientes para investir na melhoria dos equipamentos urbanos.

## **Progresso, civilidade e memória**

O século XIX foi um período de transformações, marcado pela explosão científico-tecnológica, pela consolidação de um estilo burguês de vida, pela emergência das camadas populares

---

<sup>111</sup> APEB, SJ, CJI, 12 abr. e 2 jun. 1856, maço 2397.

<sup>112</sup> APEB, SJ, CJI, 30 set. 1859, maço 2397.

urbanas e pela internacionalização do capitalismo. Conforme Pesavento, embora a maior parte do mundo ainda fosse predominantemente rural, a cidade tornou-se o palco por excelência dessas mudanças.<sup>113</sup>

A primeira grande mudança no aspecto urbano do Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da corte de João VI, em 1808. O soberano português procurou “civilizar” a sua capital americana, “expurgando-a das antigas construções, dos becos estreitos dos velhos tempos do isolamento da colônia em relação às novidades do mundo”.<sup>114</sup> A cidade fluminense foi o centro que irradiou essas alterações, que pretendiam estender a todo o território a nova estética urbana. Os antigos traçados urbanos passaram a ser progressivamente retificados e alargados à medida em que se realizavam as reconstruções.

Assim como os portugueses que, desde o período colonial, tinham a França e a Inglaterra como referência de civilização, os brasileiros procuraram nesses países as matrizes da modernização, de maneira que, ao iniciar-se a implementação das reformas urbanas, os modelos adotados foram os modernos padrões arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos na Europa.<sup>115</sup> Da França veio o grande exemplo europeu da renovação urbanística: a reconstrução de Paris, em meados do século XIX, levada a termo por Napoleão III e executada pelo barão Haussmann.

O objetivo de Napoleão III era fazer de Paris a “capital das capitais.” Para tanto, Hausmann colocou em prática um urbanismo que

---

<sup>113</sup> PESAVENTO, S. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (Orgs.). *Cidade, povo e nação*, p. 379.

<sup>114</sup> LEMOS, C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 46.

<sup>115</sup> ALMEIDA, M. do C. E. *A victoria da renascença baiana, a ocupação do distrito e sua arquitetura na 1ª República (1890-1930)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU/UFBA, Salvador, p. 201.

se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortavam o território da cidade. O principal objetivo era apagar a imagem da cidade “antiga, velha e insalubre.” A urbanização de Haussmann pretendeu dar uma ilusão de homogeneidade do espaço urbano, com as grandes vias impondo uma imagem de modernidade. Para Harouel, o caráter uniformemente monumental das fachadas dissimula a realidade social das zonas atravessadas, “tanto nos bairros aristocráticos como nos bairros populares é a mesma imagem de cidade que se impõe”.<sup>116</sup>

As obras de reforma mudaram por completo o perfil de Paris, derrubando quarteirões inteiros de pequenas construções e ruelas estreitas, para construir boulevards e tornar a cidade mais aberta.<sup>117</sup> Esse modelo de urbanismo consiste na possibilidade de reformar o território preexistente, remodelando-o sobre ele mesmo. Sobre a antiga Paris foram construídos boulevards, parques e avenidas. Ao mesmo tempo, foram projetados o sistema de abastecimento de água e esgotos e as linhas para o desenho dos novos edifícios.<sup>118</sup> O modelo de transformação foi executado em torno de dois eixos: a remodelação do espaço, pondo em prática um projeto urbanístico; e a renovação arquitetônica. A reforma do traçado urbano, a arquitetura e as belas-artes seriam as responsáveis pela nova imagem da cidade. Ao redesenhar o espaço de forma planejada, o urbanismo faz aparecer no espaço, enquanto projeto, o desejo da reordenação ideal e nos leva a tentar compreender a formulação de uma imagem pensada e desejada em um determinado momento histórico.

Haussmann procurou enobrecer o novo ambiente urbano com instrumentos tais como a busca da regularidade, a obrigação de manter uniforme a arquitetura das fachadas nas praças e ruas

---

<sup>116</sup> HAROUEL. *História do urbanismo*, p. 112-3.

<sup>117</sup> PEIXOTO, N. B. *Paisagens urbanas*. São Paulo: SENAC, 1999, p. 233.

<sup>118</sup> RELPH. *A paisagem urbana*, p. 53.

principais. A retitude das ruas era um dos axiomas do urbanismo clássico, ligado à perspectiva monumental. Um outro ponto, como vimos, refere-se à regularidade das fachadas. O urbanismo clássico enfatizou a decoração externa: “a cidade é como uma decoração de teatro. O essencial é a aparência, a fachada”.<sup>119</sup> A transformação de Paris, durante o Segundo Império, foi favorecida por uma série de fatores como a existência de leis avançadas - a lei sobre a expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850 - que permitiram realizar um programa urbanístico coerente em um período de tempo reduzido. A Paris moderna demonstrou o sucesso da gestão pós-liberal e se tornou o modelo para as demais cidades do mundo.<sup>120</sup>

As transformações urbanas, no correr do século XIX, implicaram em todo o mundo capitalista um novo modo de viver e pensar a cidade. A expansão das cidades no mundo ocidental é consequência da evolução da economia capitalista.<sup>121</sup> No Brasil oitocentista, o processo de urbanização, que surgiu da expansão comercial resultante da integração nacional no mercado exterior, fez com que as principais cidades das zonas monocultoras em expansão crescessem vertiginosamente, principalmente os portos marítimos. Daí, segundo Emília Viotti da Costa, “o caráter exótico das cidades litorâneas mais voltadas para a Europa do que para o hinterland”.<sup>122</sup>

As antigas estruturas urbanas se revelaram inadequadas às transformações que a sociedade experimentava. Ao longo do século XIX, o capitalismo subverteu as condições materiais de existência

---

<sup>119</sup> HAROUEL. *A história do urbanismo*, p. 68.

<sup>120</sup> BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 589.

<sup>121</sup> LANA, A. L. A cidade controlada: Santos (1870-1913). In: RIBEIRO; PECHMAN. *Povo, cidade e nação*, p. 311.

<sup>122</sup> VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: s.n., 1997, p. 200.

e apresentou aos núcleos coloniais novas atividades econômicas e novas exigências quanto aos serviços urbanos. A propósito do caso particular de Ilhéus, Borges de Barros aponta que,

Nos dias do 1º e 2º Império foi extraordinário o seu desenvolvimento devido à cultura do cacau. Entretanto, apesar do desenvolvimento, a cidade apresentava um aspecto antiquado (grifo nosso), como as demais do Estado, de ruas estreitas e tortuosas, sem serviço de água, sem iluminação suficiente. A primitiva iluminação era de “azeite de peixe” em grandes lampeões quadrangulares, colocados nas esquinas e distribuídos na distância de vinte metros. Posteriormente foi substituída pelo querosene, em lampeões menores, colocados nas paredes e postes de madeira.<sup>123</sup>

O maior problema que o governo baiano enfrentou durante o desenrolar do século XIX, principalmente depois da década de 1870, relacionava-se ao desenvolvimento agrícola, com a importação de culturas diversificadas. As dificuldades de comunicação entre capital e o vasto interior, pela falta de estradas e as secas cíclicas do sertão, afastaram o colono dessa região, a não ser para a instalação de currais para as boiadas; ou para, entre as décadas de 1840/60, ir em busca de ouro e diamantes.<sup>124</sup>

No início do período republicano, a única região baiana que experimentou um surto de progresso material foi o litoral sul, mais especificamente no eixo Ilhéus-Itabuna, cuja economia, baseada no cacau, sobrepujou o Recôncavo açucareiro. Ao se transferir o pólo dinâmico da economia baiana para a região do cacau, Salvador

---

<sup>123</sup> BORGES DE BARROS. *Memória sobre o município*, p. 79-80.

<sup>124</sup> MATTOSO, K. de Q. *Bahia: século XIX, uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 65.

passou a ser entreposto e centro para comercialização e exportação do produto. Porém, essa atividade não produziu uma acumulação de capital na cidade. A maior parte dos capitais excedentes foi reinvestida em outras capitais e cidades, principalmente o Rio de Janeiro. O sul baiano já não se reabastecia em Salvador, mas diretamente em Vitória, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais.<sup>125</sup> Essa ampliação das relações comerciais com outros centros fora da Bahia influenciou diretamente as novas concepções urbanas propostas para Ilhéus.

A partir do final do século XIX, o urbanismo ensaiou os seus primeiros passos na região sul baiana, buscando o enquadramento das cidades na lógica higienista, a renovação urbana a partir dos seus princípios de melhoramento e embelezamento e, principalmente, a criação de uma imagem de civilidade. A construção dessa imagem em Ilhéus se fez por meio de uma rede de narrativas, que enfatizavam lugares e aspectos urbanos que melhor traduziriam a idéia de progresso e modernidade. A narrativa memorialista e a literatura são algumas das formas através das quais esse processo teve lugar.

Vários são os relatos deixados por memorialistas, em sua maioria imigrantes vindos do norte da Bahia e do estado de Sergipe, sobre a cidade daquele período de grandes mudanças. Essas memórias nos dão conta não somente dos aspectos urbanos, como também das relações e práticas sociais, do próprio cotidiano imerso em um ambiente voltado para a lavoura do cacau. No período, o fluxo migratório para a região tornou-se mais intenso. As constantes secas em outras regiões e a fama das riquezas trazidas pelo cacau foram as principais causas dessa busca pelo sul da Bahia. Ilhéus era um dos portos mais procurados. O governo estadual procurou amenizar os efeitos da seca sobre o pequeno lavrador e trabalhadores rurais do norte baiano, concedendo passagem

---

<sup>125</sup> Id. *Ibid.*, p. 80.

grátis e ração de carne e farinha para os que migrassem para as terras devolutas do sul do estado. Muitos migraram por conta própria ou financiados por parentes e conhecidos já estabelecidos com plantações, em sua maioria sergipanos.<sup>126</sup>

A falta de estradas, mesmo de pedestres, constituía um dos principais problemas para a economia da região. O tráfego da cidade para o interior era feito em canoas até os portos fluviais de Castelo Novo, do Engenho de Santana e Banco da Vitória, verdadeiros marcos entre a zona povoada e a mata virgem. No final do século XIX, a cidade começou a alterar o seu traçado colonial, mesmo sofrendo ainda com as enchentes dos rios, cujas águas alagavam por semanas parte da zona comercial próxima ao porto.<sup>127</sup> Borges de Barros relata que,

Naquela época as ruas eram em geral direitas e mais ou menos regulares em largura e a nova edificação corrigia os **defeitos** do antigo povoado. As casas em sua maioria eram assoalhadas, havendo o gosto **moderno** e sólida construção, várias e bem vistas, assim como alguns sobrados. Seus principais edifícios eram a Matriz e as capelas de São Sebastião e Nossa Senhora da Vitória<sup>128</sup> (grifos nossos).

Nesse período, as fortunas aumentaram rapidamente. Muitos dos imigrantes chegados há uma ou duas décadas tornaram-se grandes proprietários e o acúmulo de capital possibilitou um maior refinamento nos seus hábitos. A ostentação da sua nova posição social estava presente no vestuário, nas doações às igrejas e instituições, nos monumentos arquitetônicos, assim como

---

<sup>126</sup> COSTA. *Terra, suor e sangue*, p. 15-6.

<sup>127</sup> LAVIGNE, E. *Paz e humanismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968, p. 85.

<sup>128</sup> BORGES DE BARROS. *Memória sobre o município*, p. 75.

nas residências: o palacete, na cidade; e o jazigo, no cemitério. Segundo o coronel Antônio Pessoa, apesar de ainda existirem casas de palha, principalmente na rua das Quintas (atual Manoel Vitorino), a cidade começou a ganhar cada vez mais construções de tipo moderno. Com o desenvolvimento do comércio, os vapores passaram a escalar mensalmente no porto e fundeavam na baía por falta de cais, sendo o embarque e desembarque de passageiros feito de canoas e o de mercadorias em balsas. A viagem para Salvador fazia-se através de lanchas e barcos a vela, sem cômodos. Com os ventos contrários, a chegada aos portos de destino podia levar de três a quatro dias “de viagem penosa”.<sup>129</sup>

Durante o século XIX, a melhoria na comunicação entre as cidades litorâneas promoveu a disseminação da nova linguagem e do novo partido arquitetônico, tendência essa que dependia do acúmulo de capital. A partir da segunda metade dos oitocentos as cidades passaram a conhecer duas modalidades de residências: a local, ainda ligada às tradições regionais e a uma economia incipiente; e a moderna, de influência estrangeira, fruto da prosperidade. Um dos aspectos recorrentes das idéias e práticas no planejamento urbanístico é a importação de modelos formulados nos países centrais e o abandono do barroco.<sup>130</sup>

Decorrente da Revolução Industrial e inspirado no racionalismo filosófico das Luzes, o urbanismo progressista tinha como base a idéia de modernidade. A cidade deveria adaptar-se ao seu tempo e afirmar tudo aquilo considerado como progresso, sendo a estética modernista acompanhada pelo desprezo ao antigo. Quanto mais rica a sociedade, como a cacauieira dos fins do século XIX, mais rápida a alteração da paisagem urbana, enquanto

---

<sup>129</sup> PESSOA, A. **Um testemunho do passado**: meio século de Ilhéus contado pelo coronel Antônio Pessoa. In: Revista Espelho, Rio de Janeiro, 1937, p. 6.

<sup>130</sup> RIBEIRO L.C.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO; PECHMAN. **Povo, cidade e nação**, p. 54.

que as cidades que não possuíam uma economia forte tenderam a preservar os seus antigos padrões.

De acordo com Falcon, no litoral sul, os principais coronéis concentraram suas atividades no município ilheense, o mais importante da região, “sob a influência do progresso e da civilização”.<sup>131</sup> Esse progresso desenfreado provocou mudanças radicais no cotidiano, “Ilhéus vivia a vertigem do desenvolvimento”.<sup>132</sup> Segundo Pesavento, a consolidação do sistema capitalista e o florescimento da sociedade burguesa, “cujo discurso louvava as excelências do sistema e a sua capacidade de construção do bem-estar,” transformaram o progresso no mito do século XIX, referendado pelos princípios evolutivos, pelo cientificismo e pelo impacto causado pela reforma burguesa das cidades.<sup>133</sup>

Entre as décadas de 1870 a 1890, Ilhéus começou a emparelhar-se com os principais núcleos urbanos do litoral e do interior da Bahia. As margens dos rios do seu município estavam densamente povoadas e contavam com grandes fazendas para a cultura do cacau, cuja colheita era exportada para Salvador.<sup>134</sup> O constante crescimento econômico e populacional, trazido pela lavoura cacauzeira, fez que os chefes políticos ilheenses pleiteassem na Assembléia Provincial, no início da década de 1880, a elevação da vila à categoria de cidade. Segundo Berbert de Castro,

Ilhéus era uma vila mui importante. Para lá  
vinha correndo grande migração. Era outro  
celeiro da província, mas a lavoura da mandioca

---

<sup>131</sup> FALCON, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá, 1995, p. 37.

<sup>132</sup> PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959, p. 68.

<sup>133</sup> PESAVENTO, S. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Contexto, v. 15, n. 29, 1998, p. 24.

<sup>134</sup> SALES. *Memórias de Ilhéus*, p. 151.

fora substituída por outra mais rendosa, qual a do cacau. Outra prova do desenvolvimento do município sulista estava em que, no último alistamento, dera Ilhéus o número de 225 eleitores. O governo acabara de lhe reconhecer a importância, considerando sede do 6º distrito eleitoral (cabeça de distrito).<sup>135</sup>

O império estava, no período, sob a direção política do partido Liberal. O gabinete de ministros era chefiado pelo conselheiro baiano José Antônio Saraiva, e presidia a província o conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, futuro marquês de Paranaguá. O projeto de elevação foi apresentado pelo cônego Manoel Theodolindo Ferreira, e o subscreveram: o vigário João Paranhos, o coronel J. J. de Almeida, o vigário Luís Batista, dr. Virgílio de Carvalho, Elpídio Baraúna, dr. Euclides Requião, o tenente-coronel Ápio Medrado e dr. Antônio Carneiro da Rocha.

A lei que elevou a vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade, com a mesma denominação, foi assinada pelo presidente da Bahia em 28 de junho de 1881. Poucos eram os núcleos urbanos da Bahia que, na época, possuíam o status de cidade. O fato de Ilhéus ter sido alçada a esta categoria foi uma demonstração inequívoca de reconhecimento, por parte do governo, da sua importância no contexto econômico do estado. Apesar de a cidade ter ainda pequenas dimensões, as suas ruas principais já possuíam alguns sobrados. Existiam duas escolas públicas, cadeia e casa de câmara.

O crescimento urbano estava diretamente relacionado com o desenvolvimento da lavoura do cacau, cuja produção anual era de centenas de milhares de arrobas, remetidas para Salvador e daí exportadas para o hemisfério norte. Segundo informações

---

<sup>135</sup> BERBERT DE CASTRO. *Formação econômica*, p. 17.

de Aguiar, as pequenas plantações de dois a cinco mil cacauzeiros “vão anualmente aumentando pelas margens dos rios e lagoas, de forma que já há quem possua mais de 100 mil pés de cacau com uma renda mínima de 50:000\$000”.<sup>136</sup>

Para adequar Ilhéus ao quadro de expansão econômica e populacional, a elite ilheense teve a pretensão de aproximá-la dos modelos de urbanização dos centros considerados civilizados e produzir na cidade de estilo antigo uma imagem do progresso desejado. O sentido evolucionista e alegórico dos planos de remodelação urbana do período rejeitou a cidade de traços coloniais, ao destruir seus antigos logradouros e substituir os aspectos figurativos dos seus edifícios na intenção de representar a modernidade.

## A cidade ideal: Capital do Cacau e Princesa do sul

De acordo com Queiróz, numa sociedade não industrializada, a cidade possui variadas funções, como centro comercial e pólo de relações e comunicação. Em todos os casos a cidade é sempre “um elemento da organização do meio rural circundante e sede de seu poder”.<sup>137</sup> Historicamente os coronéis buscaram desenvolver, na sua área de influência, um centro urbano que constituísse o fulcro de suas atividades políticas e comerciais. Esses agentes sociais agiram como fundadores, a exemplo do coronel Firmino Alves em Itabuna, ou como protetores do progresso das cidades, como é o caso dos coronéis Pessoa e Tavares em relação a Ilhéus.

As primeiras tentativas de intervenção na cidade de São Jorge dos Ilhéus partiram de uma elite letrada. O plano da cidade

---

<sup>136</sup> AGUIAR, D. V. de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 264.

<sup>137</sup> FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975, p. 180.

ideal foi atribuição de um grupo de intendentes constituído por bacharéis, em sua maioria,<sup>138</sup> e por grandes proprietários rurais como Domingos Adami de Sá e Misael Tavares que administraram o município durante a República Velha e o Estado Novo. O plano da Ilhéus ideal, a “Capital do cacau,” como era chamada pela imprensa baiana, foi levado a termo por esse grupo de administradores, a maioria deles com formação superior, influenciada por concepções europeias de urbanização.

A modernização da cidade de Ilhéus foi iniciada de fato a partir do século XX. Segundo Souza, o primeiro administrador modernizante foi Domingos Adami de Sá (1904-1908), que iniciou as obras do antigo porto, a rede de esgotos, calçamento de ruas e estradas para o interior do município.<sup>139</sup> A administração Mangabeira-Lavigne de Lemos (1908-1912) deu seguimento a essa política: instalou redes de água e esgoto; calçou as principais ruas com paralelepípedos; levou a termo, por meio de desapropriações, vasta série de demolições; inaugurou o primeiro trecho do cais do porto; e lançou as primeiras pontes de alvenaria nas estradas. De acordo com Francisco Mangabeira, biógrafo de Mangabeira, esse foi um período pleno de energia e espírito público, “cujas realizações transformaram a capital do cacau”.<sup>140</sup>

Cardoso refere-se desfavoravelmente ao aspecto da cidade anterior às reformas, com seu casario “pesado e inestético, irregularíssimo e tristonho, [...] com suas linhas de arquitetura bisonha e inexpressiva, dos seus primeiros povoadores, ao tempo do Brasil colonial”.<sup>141</sup> Nas construções e reformas postas em prática, tanto pelo poder público como por particulares, buscou-se um sentido

---

<sup>138</sup> Grupo de bacharéis formado principalmente por João Mangabeira, Arthur e Eusínio Lavigne, Durval Olivieri e Mário Pessoa.

<sup>139</sup> SOUZA. *A cidade e sua sombra*, p. 84.

<sup>140</sup> MANGABEIRA, F. *João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 62.

<sup>141</sup> CARDOSO, J. *Ilhéus, a pérola da Bahia*. Ilhéus, 1929. (Folheto).

monumental. Tendo o traçado urbano o poder de testemunhar as características socioeconômicas e culturais de uma cidade, a modernização, a infra-estrutura e o saneamento foram confundidos com os princípios estéticos, de maneira que expressaram os padrões burgueses de viver.

Povoados, vilas e cidades surgem em profusão, fruto da expansão da lavoura cacaueteira, constituindo-se em um fenômeno típico do século XX. Os espaços urbanos que se formam, distintos e hierarquizados, estão marcados pelas tensões sociais. O centro do núcleo, área socialmente privilegiada, era geralmente dominado pela igreja matriz, cujas proporções deveriam estar de acordo com a riqueza local. Em volta do largo da matriz e nas ruas adjacentes localizam-se, de preferência, os principais prédios públicos e particulares. Esse é o espaço de maior visibilidade, em que as intervenções urbanas patrocinadas pela municipalidade e por particulares ocorrem com maior frequência. Em volta desse centro estão situadas as residências mais modestas e o pequeno comércio, zona de transição para a periferia mais afastada. Nesse espaço habitam as camadas mais pobres, à margem da cidade ideal, escondido e esquecido do poder pela municipalidade.

Na época das fortunas fugazes oriundas da lavoura do cacau, podia-se medir a fortuna dos coronéis, assim como a miséria dos trabalhadores, pelas casas que possuíam. Gustavo Falcon informa que

A maior parte dos coronéis ainda não trocara as sedes das fazendas pelos palacetes urbanos, símbolo de maior 'status' na região. As antigas ruas estreitas e tortuosas ganharam alinhamento e alargaram-se para abrigar os sobrados ajanelados dos fazendeiros abastados, advogados e membros da elite local, bem como as casas comerciais de todos os tipos.<sup>142</sup>

---

<sup>142</sup> FALCON. *Os coronéis*, p. 45.

A renovação urbana e expansão da cidade de Ilhéus mudaram radicalmente a sua aparência, com a construção de novos edifícios com fachadas regulares, praças, alinhamento e alargamento das ruas, sob um novo plano elaborado e executado pelos administradores progressistas.

O discurso urbanístico reformador se apoiou em certos princípios básicos. A questão urbana emergiu como transformação da vida social. Era preciso mudar a cidade para mudar a vida. Esse discurso aparece, no início do século XX, intimamente associado às idéias de reforma social.<sup>143</sup> São correntes as concepções que vêem as intervenções urbanas desse período como uma tentativa de superar o atraso do Brasil frente à modernidade das metrópoles internacionais. Tais concepções são reforçadas pela entrada do país no comércio internacional e pelo fato de as elites brasileiras terem passado a usar a cidade como base para a sua atuação comercial e política. O intercâmbio mais profundo com os produtos e com a civilização moderna acarretou uma negação do passado e um desejo de identificação com o modelo europeu.<sup>144</sup> Desde o início do século XIX, a Europa, principalmente a França, teve um lugar privilegiado junto às elites intelectuais brasileiras. O “modelo francês” de modernidade marcou o período entre a Independência e a década de 1930.<sup>145</sup>

Carvalho afirma que o início do regime republicano foi um período caracterizado por uma intensa movimentação de idéias, em geral importadas da Europa, e pelo rápido avanço dos valores burgueses, como a febre do enriquecimento e o domínio de valores materiais. À cidade do Rio de Janeiro coube o papel de

---

<sup>143</sup> TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos. In: RIBEIRO; PECHMAN. *Povo, cidade e nação*, p. 325.

<sup>144</sup> Sobre o assunto ver SEVCENKO, N. *A Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>145</sup> RIBEIRO; PECHMAN. *Povo, cidade e nação*, p. 15.

cartão-postal da República, dentro do espírito francês da “belle époque”.<sup>146</sup> A principal atividade do governo baiano, no início do século XX, foi o empenho na modernização de Salvador, iniciada em 1903 com a inauguração dos serviços de energia elétrica da rua Chile e, sobretudo, pelo governador Seabra (1912-1916), “com a utilização dos recursos do cacau, seguindo o modelo das reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro”.<sup>147</sup>

Para Vincentini, a reflexão histórica sobre a cidade moderna “expõe o plano como manifestação recorrente da história do poder”.<sup>148</sup> As intervenções urbanas em Ilhéus tinham como principal objetivo criar uma nova imagem de cidade e de sua elite, em conformidade com os modelos estéticos importados. Esse processo permitiu à burguesia cacauzeira dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional. Os principais fazendeiros e comerciantes utilizaram a cidade como um lugar estratégico para representar seu prestígio político e social. As ruas e praças mais importantes de Ilhéus passaram a ser conhecidas pelos nomes dos seus moradores mais ilustres ou dos principais chefes políticos, o que inegavelmente dava uma maior visibilidade social e status ao homenageado, imortalizado em uma placa de mármore ou busto de bronze.

De acordo com o depoimento de um memorialista local, ao final do século XIX as ruas principais, como a Conselheiro Saraiva (atual Antonio Lavigne de Lemos), Pedro II, coronel Adami (atual Jorge Amado) e do Barroso, eram ainda “bastante estreitas e calçadas de pedras brutas já lisas dando notícias do seu arcaico passado”.

---

<sup>146</sup> CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39 e 42.

<sup>147</sup> VASCONCELOS, P. de A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2001, p. 263.

<sup>148</sup> VICENTINI, Y. **Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas**. Curitiba: EdUFPR, 2001, p. 10.

Porém, os edifícios mais importantes eram construções recentes pertencentes aos maiores fazendeiros e comerciantes. Pereira da Costa cita alguns, pertencentes a membros do partido pessoísta, ao qual ele próprio era ligado: o Palácio das Figuras, assim chamado pelas estátuas nele existentes, do coronel Domingos Fernandes; duas casas gêmeas com frente de azulejo, de João e Alfredo Amorim; e as casas de José do Amaral Pacheco e Rodolfo Vieira.<sup>149</sup>

Dessa época seria ainda possível citar, entre as mais importantes edificações urbanas, o Palácio da Intendência ou dos Grifos, iniciado em 1897, construído sobre as ruínas do colégio dos jesuítas. Borges de Barros assim descreve o palácio:

Internamente é bem disposto e mobiliado com luxo e elegância. No pavilhão superior ficam o salão nobre é bem mobiliado e a pintura de muito gosto. As salas de audiência e do júri são as únicas no gênero e dignas de referência em todo o Estado, a principiar pelo mobiliário até as pinturas.<sup>150</sup>

O Palácio da Intendência, inaugurado durante a administração do coronel Domingos Adami de Sá, em estilo neoclássico, serviu de inspiração para as futuras construções urbanas (figura 3). A administração municipal, no período Mangabeira-Lavigne de Lemos, tentou impor esse estilo arquitetônico a todos os prédios da cidade, exigindo a construção de platibandas decoradas com acrotérios e relevos.<sup>151</sup> Os exemplares máximos desse novo estilo arquitetônico em Ilhéus foram construídos entre as décadas de 1910 e 1920: a sede da fazenda Pimenta uma réplica do Palácio do Catete, propriedade da família Berbert de Castro, o prédio

---

<sup>149</sup> COSTA. *Terra, suor e sangue*, p. 28.

<sup>150</sup> BORGES DE BARROS. *Memória*, p. 96.

<sup>151</sup> CEDOC/UESC. *Cidade de Ilhéus*, 8/8/1908, p. 1.

da Associação Comercial; e o palacete Misael Tavares, símbolos evidentes do poderio social e econômico dos coronéis do cacau (figuras 4, 5 e 6).



**Figura 3** - Palácio da Intendência, na praça Doutor Seabra, inaugurado na década de 1910.

Foto: IPAC



**Figura 4** - Palacete da família Berbert de Castro, sede da antiga fazenda Pimenta (década de 1910).

Foto: IPAC



**Figura 5** - Palacete da família Berbert Tavares (década de 1920).

Foto: Brandão e Rosário



**Figura 6** - Prédio da Associação Comercial de Ilhéus, com estátua de Sappho em primeiro plano (década de 1920).

Foto: Brandão e Rosário

O cacau modificou sensivelmente as paisagens da zona rural, ao diminuir a selva e ao abrir fazendas. A sua cultura foi também o fator que levou à modernização na área urbana, com o alargamento das principais ruas e a construção do porto, da ferrovia, dos palacetes dos coronéis no centro. Mas também criou áreas periféricas formadas pelos barracos dos operários e estivadores nos morros da Conquista e São Sebastião. O discurso de memorialistas e cronistas retratou negativamente os vestígios do passado colonial urbano. Borges de Barros louvou a intenção da intendência em desapropriar e demolir uma das sacristias da igreja de São Jorge, de “estilo antiquado,” para o alargamento e embelezamento da praça Ruy Barbosa.<sup>152</sup>

Esse preconceito em relação ao estilo colonial foi um dos fatores preponderantes para a demolição, na década de 1920, da igreja setecentista de São Sebastião (figura 7), que deu lugar à nova catedral diocesana, construída em estilo eclético, com planta de Salomão da Silveira, templo da modernidade e do fausto. O largo da igreja era um dos principais pontos de referência da vida política e social de Ilhéus. De acordo com Lavigne, a igreja que ficava ao lado “da velha matriz e a igreja da Vitória formava a trindade das velhas igrejas de Ilhéus”, por muitos anos serviu de sede de seção eleitoral e “representou um papel histórico nas lutas políticas da terra”.<sup>153</sup> Conforme relato de Wied-Neuwied, no início do século XIX, a festa de São Sebastião era comemorada com danças e mascaradas barrocas:

Erguia-se um alto mastro, enfeitado de bandeiras e, no dia da festa, homens mascarados percorriam a pequena vila, ao som dos tambores e fazendo toda sorte de brincadeiras. Durante o dia chegavam a dar tiros de espingarda nas ruas, ao passo que, durante a noite, o som de violão e das mãos, batendo em

---

<sup>152</sup> BORGES DE BARROS. *Memória do município*, p. 99.

<sup>153</sup> LAVIGNE. *Paz e humanismo*, p. 163.

acompanhamento dos batuques, ressoava por toda a parte. Os mais ricos custeavam esses festejos; costumava-se representar a vida do santo por mascaradas, cenas de teatro, combates e coisas semelhantes. As pessoas que representam nessas pantomimas são escolhidas alguns dias antes, e vestidas apropriadamente. No dia de São Sebastião, havia dois partidos que se guerreavam, os portugueses e os mouros; cada qual tinha seus capitães, seus tenentes, suas insígnias. Erguera-se junto da igreja uma fortaleza feita de galhos de árvores; os mouros tomam a imagem do santo e levam-na para sua fortaleza, até que na última noite o partido oposto toma-a e condu-la para a igreja, com o maior respeito. A representação durava vários dias, durante os quais o povo não saía da igreja. Os índios, às vezes, tomavam parte ativa nas representações e nas cerimônias externas.<sup>154</sup>



**Figura 7** - Antiga igreja jesuítica de São Sebastião (século XVIII)

Foto: P. Pinillos

---

<sup>154</sup> WIED-NEUWIED. *Viagem ao Brasil*, p. 359-360.

A demolição da igreja de São Sebastião, planejada pelo poder público com a benção do primeiro bispo diocesano, serve como referência para o contexto histórico do período. Essa intervenção causou uma acirrada discussão entre os que defendiam uma completa mudança da arquitetura urbana e os contrários à destruição do patrimônio colonial. Para os reformadores, encabeçados pelo arquiteto Salomão da Silveira, a igreja de São Sebastião, com suas raras torres oitavadas, representava o estilo de uma época associada ao atraso material anterior ao fausto trazido pelo cacau e que, dessa forma, deveria dar lugar à construção da suntuosa catedral da cidade, marco do progresso e da riqueza regional. Os seus terrenos, que haviam recebido por séculos os corpos dos ilheenses mortos, e suas paredes, que haviam presenciado centenas de festas em honra ao santo padroeiro e abrigaram secularmente missas e seções eleitorais, foram substituídos pela imensa catedral de colunas gregas e abóbadas românicas misturadas a elementos góticos, símbolo incontestável do progresso material trazido pelos frutos de ouro (figura 8).



**Figura 8** - Catedral de São Sebastião (década de 1930).

Foto: Brandão e Rosário

Ao iniciar a sua administração, em 1924, o intendente Mário Pessoa empenhou-se nas chamadas obras de embelezamento e lançou as bases do planejamento urbano. Pessoa criou o código de posturas, “avançadíssimo para a época e um dos primeiros do Brasil”, e encarregou o engenheiro municipal Manoel Accioli Ferreira da Silva de levantar a planta cadastral da cidade e do Pontal de São João da Barra, a primeira da Bahia.<sup>155</sup> Ao remeter um exemplar da planta, orçada em doze contos de réis, ao governo do estado, o intendente afirmou que “em dias não muito remotos, ele e seus sucessores, obedecendo sempre ao trabalho que ora lhe fazia presente, teriam apagado os últimos vestígios coloniais da antiga capitania”.<sup>156</sup>

O código de posturas, criado pela Lei Municipal de 1º de outubro de 1924, regulamentou a política municipal quanto às intervenções urbanas e dividiu a cidade em duas zonas: a urbana e a suburbana. A primeira englobava as ruas e praças da cidade em um raio de três quilômetros, no interior do chamado perímetro urbano, área prioritária para as reformas. A zona suburbana consistia numa faixa de também três quilômetros, entre a zona urbana e a zona rural. O capítulo referente às construções e reconstruções, na seção que trata do porte e do estilo dos prédios, proibia a edificação ou reedificação de prédios de um só pavimento, no perímetro central.<sup>157</sup> Foram criados incentivos fiscais, com isenção de impostos para construção, recuo e reconstrução de prédios urbanos, alinhando-os conforme a planta cadastral, estendendo o benefício a todo prédio existente no perímetro urbano que fosse completamente reconstruído.<sup>158</sup>

---

<sup>155</sup> PESSOA, M. de C. *No tempo de Mário Pessoa*. Salvador: EGBA, 1994, p. 30.

<sup>156</sup> SILVA CAMPOS. *Crônica da capitania*, p. 395.

<sup>157</sup> ILHÉUS. *Código de posturas do Município de Ilhéus – Estado da Bahia*, Lei n. 277 de 1º de outubro de 1924. Typografia Indiana, de Inocêncio Cezimbra & Cia, 1925, Cap. III, Seção I, Art. 199º

<sup>158</sup> Lei Municipal n. 258, de 23 fev. 1924.

Durante a administração do intendente Mário Pessoa, foram alinhadas, com desapropriação de prédios particulares, “todas as ruas que ainda se ressentiam desse defeito”.<sup>159</sup> Cogitou-se transformar Ilhéus num Rio de Janeiro em tamanho menor, seguindo modelos e denominações urbanas cariocas, como a avenida Beira-Mar, também conhecida como avenida Copacabana, “com seus passeios de quatro metros de largura, os seus belos bangalows e os modernos e elegantes postes de iluminação elétrica, com três luzes, exatamente iguais aos da avenida Atlântica, no Rio de Janeiro”.<sup>160</sup> Em sua segunda gestão (1938-1942), Mário Pessoa ergueu uma réplica do Cristo Redentor no prolongamento da avenida Beira-mar, em frente à entrada do antigo porto. A conclusão das obras do porto foi uma das intervenções mais importantes da década de 1920. Este equipamento, ao lado da ferrovia ligando a cidade às principais zonas produtoras de cacau no interior, criou a base para que a cidade se tornasse o centro da região cacauzeira e a consolidou como um dos maiores centros agro-exportadores do país.

A partir da revolução de 30, foram introduzidos novos modelos administrativos, cuja principal característica era a adoção do planejamento como elemento ordenador do desenvolvimento urbano. A administração de Eusíbio Gaston Lavigne (1930-1937) foi responsável pela elaboração dos dois primeiros planos diretores da cidade: o Da Rin-Gonçalves e o Peltier de Queiroz chamados pelos nomes de seus autores. Um dos principais problemas para efetivar a expansão urbana derivava da situação geográfica, que exigia a realização de obras de maior porte. Foram feitos na época, os cortes nos morros da Conquista, Vitória e Boa Vista, que permitiram a abertura das avenidas Itabuna e Canaveiras. Data também do período a criação dos bairros da Cidade Nova, antiga

---

<sup>159</sup> PESSOA, M. *No tempo de Mário Pessoa*, p. 53.

<sup>160</sup> Id. *Ibid*, p. 71.

fazenda Opaba da família Pacheco; e do Malhado, na fazenda Velosa, pertencente à família Lemos. A avenida Itabuna foi construída em terrenos da fazenda Bela Visão, do coronel Miguel Alves Dias.<sup>161</sup> A desapropriação e o loteamento dessas áreas motivaram uma intensa luta judicial entre a prefeitura e os proprietários dos terrenos citados, defendidos pelo dr. Epaminondas Berbert de Castro, cuja família era proprietária de uma das áreas em litígio, a fazenda Pimenta, onde se erigiu o atual bairro da Conquista.

Com o desenvolvimento das atividades portuárias e industriais, os contingentes de trabalhadores que se incorporavam à vida urbana passaram a ocupar o morro da Conquista e os terrenos alagadiços entre a antiga estação ferroviária e os morros vizinhos, antiga ilha das Cobras. Os extremos da cidade, a ponta da Pedra, ao sul, e a ponta de Areia, ao norte, sofreram o mesmo processo de ocupação e integraram o locus da pobreza. Com a progressiva ocupação e urbanização dessas áreas, os seus primitivos moradores foram deslocados para novas áreas periféricas, levando a que outros morros e vales fossem ocupados. Conforme a análise de Souza, os planos diretores do período tinham uma preocupação funcional e estética e ensaiaram um zoneamento com índices urbanos diferenciados justamente por não incorporarem as áreas de ocupação informal, situadas além do perímetro urbano:

Nenhum deles teve uma preocupação efetiva, embora muitas vezes declarada, de trabalhar a cidade como um todo, isto é, incluindo nas suas análises e proposições, soluções para a pobreza urbana. Essa pobreza, que sempre se constituiu numa informalidade transitória, na medida que os pobres estão sempre se mudando e sendo

---

<sup>161</sup> SOUZA. *A cidade e sua sombra*, p. 85.

expulsos pela cidade formal [...], e por isso continuou sendo como uma sombra, que se move, seguindo seu dono.<sup>162</sup>

A política de renovação urbana de São Jorge dos Ilhéus é uma das mais significativas entre as cidades baianas do período, pelo seu caráter simbólico de ostentação e pela tentativa de criar um novo momento histórico e esquecer um passado recente. A imprensa local anunciava incessantemente as mudanças no perfil arquitetônico da cidade. O escritor Amaro Amorim argumentava que “a cidade se edificava com elegância de urbanismo e visões nítidas de progresso”, que o que se fazia “era dinamismo, renovação”. A imprensa soteropolitana dava testemunhos dos “primores da encantadora princesa do sul”, segundo palavras do professor Lopes Pontes.<sup>163</sup> Souza Brito assim descreve a Ilhéus do período:

Cidade formosíssima e de estylo moderno. [...] Actualmente todas ou quasi todas as construcções estão reformadas, podendo gabar-se a cidade de Ilhéos, de ser uma das primeiras cidades do interior do Estado, em belleza de construcções. Lindos palacetes ornam as suas ruas asseiadadas, quer públicos, quer particulares.<sup>164</sup>

As intervenções imprimiram a monumentalidade e a grandiosidade ao espaço urbano. Esse processo trouxe em seu bojo a exclusão quando, ao produzir um espaço público, privilegiou o seu uso pelas elites e deixou de fora as camadas populares, relegadas

---

<sup>162</sup> Id. *Ibid.*, p. 76.

<sup>163</sup> Apud SILVA CAMPOS. *Crônica da capitania*, p. 405.

<sup>164</sup> SOUZA BRITO. *O livro de Ilhéos*, p. 15.

a “um território da exclusão e da não-vigência de normas”.<sup>165</sup> A civilidade e a crença no progresso estão presentes nas intervenções e nos modelos construídos. Esses aspectos serão prodigamente enfatizados pelos jornais, cronistas, memorialistas e outros literatos quando procuram os indicadores de progresso e modernidade. As suas obras demonstram a importância desses ideais da elite tanto no que se refere a costumes quanto à própria idéia de cidade. Ilhéus desejava ultrapassar o brilho das cidades do Recôncavo e da Chapada Diamantina, atitude condizente com um dos portos mais importantes da Bahia e principal núcleo urbano da zona que, em poucos anos, se tornaria a mais rica do Estado. Nas palavras de Agripino Grieco,

Sem que isso importe em condição de inferioridade, nada mais dessemelhante de São Salvador que a cidade de Ilhéus. Quase nada se encontra aqui de palácios velhos, de tradicionalismo secular. Quase tudo novo, mal acabado de sair do prelo. A cidade desdobra-se, recompõe-se, vence o pântano, cresce sobre o mar. [...] Falta uma igreja secular e a catedral a construir-se, não sei se não será um tanto desgraciosa e mastodônica de proporções. Há muita contigüidade de construções, onde as vivendas se encostam estreitamente umas às outras, para não perder terreno. Nota-se algum pitoresco na irregularidade das ruas que não foram previamente riscadas no papel, [...] e as colinas de em torno, bastantes curiosas nos seus recortes assimétricos, abrigam em geral a população pobre. Em suma, esta localidade de quatro séculos encanta-nos com a sua Segunda infância, com todas as

---

<sup>165</sup> RIBEIRO L. C.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: \_\_\_\_.; PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação**, p. 59.

suas loucuras, de criança pródiga, de fedelho que esbanja porque tem muito. Observa-se qualquer coisa de paulista neste fervedouro de atividades e justas ambições de triunfo.<sup>166</sup>

O território da cidade evoluiu gradativamente: conquistou o mangue, invadiu os terrenos das fazendas em sua volta e galgou os morros. Proprietários rurais e negociantes passaram a procurar o núcleo urbano, incrementando formas do viver urbano. A reforma urbana foi resultante do capital agrário e comercial associado com o capital estrangeiro, fruto da consolidação das relações econômicas capitalistas e do modo de vida burguês. Outra característica foi o surgimento de bairros periféricos habitados por feirantes, comerciários, ferroviários, prostitutas, pescadores, estivadores e pequenos lavradores e comerciantes.

A burguesia passou a investir nos imóveis erguidos nas principais ruas do centro urbano, cujas obras expulsaram dessa área a população mais modesta, que se aloja nas zonas periféricas como os morros do Unhão e da Conquista, e o Malhado. Novos loteamentos e especuladores apropriavam-se e privatizavam as áreas de expansão da cidade. Os terrenos iam ganhando preço, os espaços saneados iam se transformando em modernos e aprazíveis bairros residenciais e de veraneio, como a Cidade Nova e o Pontal.

Novos serviços e equipamentos eram reclamados, fato que não passou despercebido aos chefes políticos que passaram a incorporar o assunto aos seus discursos. Demoliam-se os símbolos do passado colonial, que deveria ser esquecido. Ao romper com o passado colonial, Ilhéus deixou de ser um local de encontros episódicos, marcados essencialmente pela vida administrativa e religiosa, como nos dias de eleições, quando os jagunços enchiam-na, e de festas religiosas. A partir daí, desenvolveu-se vida regular,

---

<sup>166</sup> API. *Diário da Tarde*, 22 mar. 1935, p. 1.

marcada pela diversidade de indivíduos, serviços e mercadorias.

Além da introdução de novos modelos arquitetônicos, o crescimento da cidade caracterizou-se pela construção de novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas comerciais, armazéns e teatros. Esse amplo processo de transformação urbana aliado às mudanças impostas pela modernidade criou novos costumes com o passeio de automóvel pelas principais ruas alargadas ou o *footing* no fim de tarde. A modernidade que se procurava era identificada com a instauração de padrões burgueses de espaço públicos e privados, materializados em ruas, jardins, clubes, residências e também nos cemitérios. A Ilhéus moderna, ao tempo que passava por reformas que incluíam redes de esgotos, de abastecimento de água, ainda via passar pelas ruas calçadas as tropas de burros, trazendo o cacau das fazendas para os armazéns do porto. Em animais também se transportavam o leite e a água potável, retirada das fontes pelos aguadeiros, vendidos nas residências.

Mas Ilhéus desejava esquecer os resquícios desse passado. A separação entre duas épocas, em que duas cidades completamente desiguais se contrastam, encontra-se presente na maior parte dos relatos das memórias do período. Os relatos remetem a uma cidade investida de marcos e lugares simbólicos, em um processo onde atuaram políticos, médicos, arquitetos e engenheiros. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Ilhéus que aparece nas memórias, muitas das quais encomendadas, transforma-se em ritmo acelerado. Os seus antigos traços e as características desaparecem da narrativa e fica patente, nas fotografias que as ilustram, a imagem do moderno apagando o antigo. Os memorialistas empenham-se em destacar os novos aspectos adquiridos, como os serviços de iluminação e abastecimento de água, e não só na cidade como também nos distritos mais importantes. As narrativas dão, ainda, ênfase à nova fisionomia urbana que se delineou com a abertura de novas ruas, o alargamento das antigas, as melhorias do porto. Para os memorialistas parece não haver qualquer vestígio do tempo anterior ao cacau.

De acordo com Hobsbawm, a invenção das tradições é desenvolvida em um processo de formalização e ritualização, “mesmo que apenas pela imposição da repetição”.<sup>167</sup> Assim, a narrativa memorialista ganhou contornos de verdade e identificou o seu discurso à história local. É possível afirmar que, nos relatos dos memorialistas, “memória e história são atividades que se sobrepõem, [...] há uma confiança na capacidade da memória de constituir um registro preciso e verdadeiro”.<sup>168</sup>

Segundo Rouanet, muitos projetos de cidade derivam diretamente de concepções de mundo. A relação com um conjunto de idéias e valores, de crenças e normas de ação, é especialmente forte no caso das cidades ideais e utópicas.<sup>169</sup> Buscando a satisfação dos seus interesses individuais, a burguesia ilheense tentou impor seu próprio estilo expresso em equipamentos urbanos, na indumentária, nas festas, nos seus túmulos e em normas de comportamento transformados em lei pelo Código de Posturas do Município.

Em Ilhéus, mais do que resolver os problemas urbanos gerados pelo crescimento, foi posto em prática um urbanismo que visava consolidar a idéia de que a Princesa do Sul representava o ethos da região cacauera por excelência. De acordo com Pesavento, pensar o urbano como representação implica reconhecer que a cidade comporta “os sonhos daquilo que um dia se desejou que a cidade se tornasse”.<sup>170</sup> Superada uma visão antitética entre o real e o imaginário, ou seja, entre a objetividade das condições concretas

---

<sup>167</sup> HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 12.

<sup>168</sup> BREFE, A. C. F. A cidade das memórias: a São Paulo dos memorialistas. In: *Revista História*. UNESP, São Paulo, v. 15, 1996, p. 165.

<sup>169</sup> ROUANET, S. P. A cidade iluminista. In: SCHIAVO; ZETTEL. *Memória, cidade e cultura*, p. 1.

<sup>170</sup> PESAVENTO. *Entre práticas e representações*, p. 387.

de existência e a subjetividade das formulações mentais, poder-se-ia dizer que a cidade, tal como as instituições, não se reduz ao simbólico, mas não pode existir sem a constituição de uma ordem simbólica imaginada, que articula “uma rede de significações dotadas de uma relativa coerência e cujo acesso é codificado e sancionado socialmente”.<sup>171</sup>

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Ilhéus viveu o desejo de suas elites de transformar o espaço no sentido de fazer da cidade real a cidade ideal. Tomando sua matéria-prima daquilo que já estava posto, as representações do urbano se construíram a partir de dados da realidade objetiva, mas a eles atribuíram um significado particular. As representações do urbano, projetando a “cidade que se quer sobre a cidade que se tem”, expressam uma vontade política, uma intencionalidade no norteamento do real.

Na relação estabelecida entre urbanismo e política, os lugares públicos desempenharam um importante papel, resultante de dois elementos utilizados para a homenagem a uma determinada data ou personalidade: o nome e a imagem. Os palacetes, assim como os jazigos monumentais, foram erguidos como verdadeiro símbolo do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social.

---

<sup>171</sup> CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 142.

<sup>172</sup> RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: s.n., 1985, p. 17.

## C A P Í T U L O   I I I

### O lugar dos mortos na cidade dos vivos

*Ce n'est plus l'âme qui est indestructible,  
mais la famille, le nom.*

Michel Ragon

Em Imagem e imaginário na história, Michel Vovelle argumenta que o cemitério engloba toda uma simbologia, figurativa ou não, expressa na arquitetura e na estatuária, e associada a uma consciência diversificada da morte, aos afetos familiares e às relações sociais, que tem um equivalente cívico nos monumentos públicos e nos memoriais.<sup>173</sup> Neste capítulo é analisado o papel do espaço cemiterial e das práticas funerárias em Ilhéus na construção da memória e de hierarquias sociais, à luz de concepções sobre a morte no Ocidente. O uso do cemitério como fonte e objeto de pesquisa acrescenta novas dimensões à interpretação da história, permitindo uma melhor compreensão dos processos pelos quais os grupos sociais constroem representações de si mesmos e da

---

<sup>173</sup> VOVELLE, M. **Imagem e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX.** São Paulo: Ática, 1997.

sociedade como um todo. O período que se estende desde finais do século XIX até meados do século XX foi determinante para o surgimento de novos comportamentos e atitudes em relação ao viver e ao morrer no sul baiano.

## Trajatória das representações e práticas relativas à morte

De acordo com Philippe Ariès, os mais antigos cemitérios datam de aproximadamente 40 mil anos, verdadeiras sepulturas coletivas, sem dúvida familiares. Daí em diante, o cemitério ou a sepultura serão o signo permanente da ocupação humana, testemunhando a relação entre a morte e a cultura. Essa relação começa com as sepulturas e estender-se-á a outras espécies de representações materiais.<sup>174</sup>

A cultura cristã fez enterrar os corpos dos mortos, inicialmente dos santos e mártires, em um espaço especialmente consagrado para tal.<sup>175</sup> Mais precisamente, o enterramento de cadáveres no interior dos locais de culto é uma prática essencialmente católica. Entre os judeus era expressamente proibida a inumação no interior das sinagogas, como também não era permitida a presença dos mortos no interior dos templos. A proibição será reafirmada pelas Igrejas Protestante e Ortodoxa, sendo que, nessa última, tal tipo de funeral somente era permitido à família real.<sup>176</sup>

Apesar da familiaridade com a morte, os povos da Antigüidade temiam a presença dos mortos e os mantinham a uma razoável distância. Como observa Ernest Becker, a idéia da morte, o temor a

---

<sup>174</sup> ARIÈS, P. *Images de l'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1983, p. 7.

<sup>175</sup> DEBRAY, R. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 28.

<sup>176</sup> LIGOU, D. La crémation. In: THOMAS, L. V. *La mort aujourd'hui*. Paris: Antropos, 1977, p. 9.

ela, historicamente levou o homem a tentar evitá-la, dissimulando-a e negando-lhe o papel de destino final da existência.<sup>177</sup> Eis porque os cemitérios do período eram construídos fora das cidades, ao longo das estradas ou em propriedades particulares, como entre os romanos, no perímetro externo. A repugnância à proximidade dos mortos foi ultrapassada pelos cristãos antigos. Ariès aponta que essa mudança traduz a diferença entre a atitude pagã e a atitude cristã em relação aos mortos. Os cristãos irão expressar uma familiaridade indiferente em relação às sepulturas. Essa nova atitude, a morte domesticada, emerge em torno do século V depois de Cristo, com a penetração dos cemitérios no espaço urbano, e desaparece no final do século XVIII, quando essa aproximação deixou de ser tolerada.<sup>178</sup> Nesse período não havia uma completa separação entre a vida e a morte, ou seja, na formulação de João Reis, “entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e dos mortos”.<sup>179</sup>

A evolução do espaço cemiterial é testemunho da intenção de romper-se a proximidade cotidiana entre vivos e mortos. Deslocados para as áreas periféricas dos núcleos urbanos, os cemitérios foram cercados por muros que os encobriam e dissimulavam. Até o século XVIII, o cemitério era constituído por um pátio de forma retangular, em torno da igreja, onde eram depositados os corpos daqueles que não podiam pagar as taxas de enterro no interior dos templos. Entre as paredes que o cercavam, uma geralmente era da lateral ou dos fundos da igreja, sendo nas demais construídos carneiros sobre os quais havia um ossuário utilizado para o depósito dos crânios e membros das sepulturas coletivas, periodicamente abertas e renovadas. Mesmos os restos

---

<sup>177</sup> BECKER, E. *A negação da morte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 9.

<sup>178</sup> ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 34-5.

<sup>179</sup> REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 4.

mortais dos mais ricos terminariam nesse local, pois ainda não existia a concepção moderna de que os mortos deveriam ter um espaço privado destinado à perpetuidade.

A individualização das sepulturas caiu em desuso no século V da era cristã. Na antiga Roma a maioria da população, inclusive os escravos, possuía um lugar de sepultura normalmente assinalado por inscrições que expressavam a vontade de preservar a identidade do túmulo e a memória do morto. Os sarcófagos de pedra continham o nome do morto e o seu retrato, porém esse comportamento desapareceu em torno do século V. As inscrições e os retratos não mais aparecem e as sepulturas passam a ser anônimas. Segundo José Carlos Rodrigues, os mortos foram entregues à Igreja para esperar a ressurreição e as sepulturas passam a ser coletivas, ao menos para a maioria da população.<sup>180</sup> Durante todo o período medieval e início da modernidade, a valorização da individualidade cedeu lugar à sepultura coletiva em lugar sagrado, dentro ou nas proximidades das igrejas.

O movimento de retorno à valorização da individualidade dos mortos, com o ressurgimento dos túmulos privados e das inscrições funerárias, foi fruto das mudanças relativas às concepções quanto à passagem para a vida eterna. Esse é um processo que, a partir da alta Idade Média, desenrolou-se lenta e continuamente, estando intimamente relacionado às transformações pelas quais passou o ocidente. A sociedade começou a desenvolver um desejo de eternidade. Tornou-se inaceitável que os seus membros, principalmente aqueles que a encarnavam e com quem ela se identificava mais diretamente, estivessem sujeitos a desaparecer.<sup>181</sup>

Foram os burgueses, ao progressivamente adquirirem influência econômica, os principais fomentadores do mecanismo de utilização do cemitério para a afirmação social e política,

---

<sup>180</sup> RODRIGUES, J. C. *O tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 122.

<sup>181</sup> HERTZ, R. *La muerte e la mano derecha*. Madrid: Alianza, 1990, p. 90.

associando a individualização contínua das sepulturas com o desenvolvimento do capitalismo. Aos poucos, as sepulturas passaram a ter uma nova concepção funcional, sendo construídas com teto, com a pretensão de proteger os corpos nelas depositados, fenômeno contemporâneo de uma representação nascente: a da sepultura como habitação familiar.<sup>182</sup> Entre os séculos XV e XVII, a família passou a se apropriar do local da inumação e a reunir os corpos dos parentes mortos em um só lugar. O anonimato foi sendo substituído pelas inscrições sobre as lápides e pelas imagens retratando a figura do morto, “em um processo de personalização do defunto que será reforçado no século XVII e que desembocará em importantes práticas contemporâneas”.<sup>183</sup>

No Brasil, até o século XVIII, não era comum a pompa funerária e a ostentação tumulária. Os corpos eram geralmente depositados em campa lisa, sem inscrições ou indicações de posição social ou individualidade do morto. Segundo Adalgisa Campos, “nossas populações pretéritas não dão adesão ao luxo tumulário”.<sup>184</sup> Apesar disso, de acordo com o estudo de Reis sobre a morte na sociedade oitocentista, havia entre as igrejas e dentro delas “uma geografia da morte que refletia as hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva”.<sup>185</sup> Mesmo as sepulturas comuns, de ocupação provisória, estavam separadas de acordo com sua localização em relação aos altares e demais lugares privilegiados

---

<sup>182</sup> URBAIN, J. D. *La société de conservation: étude sémiologique des cimetières de l'occident*. Paris: Payot, 1978, p. 91.

<sup>183</sup> RODRIGUES. *O tabu da morte*, p. 130.

<sup>184</sup> CAMPOS, A. A. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994, p. 294.

<sup>185</sup> REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 127.

no interior das igrejas. A proximidade do morto com as imagens sacras fazia com que o enterro dos corpos dentro dos templos fosse altamente valorizado pela sociedade da época.

O enterro no interior dos templos era também um meio de não cortar totalmente os laços com o mundo dos vivos. Nesse período, as igrejas eram comumente utilizadas para outras atividades além do ofício religioso, por exemplo, como salas de aula e seção eleitoral.<sup>186</sup> Dessa forma, havia uma íntima relação dos vivos com o local das sepulturas dos mortos. As sepulturas eram geralmente retangulares com oito a dez palmos de profundidade, cobertas de pedra de líoz, mármore ou madeira, sendo numeradas para evitar que fossem abertas as de uso mais recente. Normalmente, pessoas de todas as condições sociais podiam ser enterradas nos templos, porém estava estabelecida uma distinção quanto ao local e ao tipo de sepultura. Uma primeira divisão se fazia entre o interior da igreja e o adro, na sua parte externa. A cova fora do corpo da igreja era bastante desvalorizada. Nesse local eram geralmente enterrados os escravos e as pessoas sem recursos para pagar o enterro no seu interior.

Como vimos, uma outra divisão era levada a termo no interior, homóloga à organização social dos vivos: a proximidade com os altares. Essa atitude se relaciona à prática dos medievos de valorizar a proximidade entre a sepultura e os túmulos de santos e mártires da igreja católica. Além disso, a construção de carneiros no subsolo dos templos, pelas irmandades, constituiu nova forma de diferenciação no espaço da morte. Foi um marco importante para uma morte mais individualizada. Esse tipo de sepultura modificou o lugar dos mortos no espaço sagrado das igrejas e marcou a separação entre o culto dos mortos e o ofício religioso.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> REIS. *A morte é uma festa*, p. 171.

<sup>187</sup> REIS. *O cotidiano da morte*, p. 129.

Sob a influência do iluminismo, o cientificismo antimetafísico reforçou o sonho do controle da morte através dos avanços científicos e acentuou a estranheza do homem moderno frente ao definhamiento do corpo. Essa nova atitude diante da morte enfatizou o que Fernando Catroga chamou de “drama ontológico”, originado do choque entre o desejo de prolongamento da existência humana e a convicção da inevitabilidade do seu fim. O período caracteriza-se pelo sentimento da morte de si, em que a recusa da perda “se exprimia na dor, em pompas, em panos negros, em sinais exteriores de luto; é também o período dos monumentos funerários com esculturas e epitáfios desesperados”.<sup>188</sup>

Como observa Edgar Morin, a dor expressa nos funerais e a dissimulação da decomposição do cadáver são motivadas pelo horror à perda da individualidade. A obsessão humana pela sua sobrevivência está associada à preocupação em tentar salvar a sua individualidade para além da morte biológica. Assim, “o horror da morte é a consciência da perda da sua individualidade [...]. Consciência, enfim, de um vazio que se abre onde havia plenitude individual”.<sup>189</sup>

Com o fim das inumações no interior dos templos, a Igreja perdeu parte do seu poder espiritual sobre a sociedade. A secularização dos cemitérios fez com que aos templos restasse o papel de sede de batizados, casamentos e sufrágios, insuficientes para o completo domínio espiritual dos fiéis. Apesar da manutenção de alguns elos importantes, como a participação nos funerais, mantendo o controle sobre a extrema-unção e a encomendação da alma, foi inevitável a separação simbólica do corpo do morto para o corpo do templo. Da mesma maneira, foi inevitável a construção de sepulturas nas quais estava assegurada a liberdade em

---

<sup>188</sup> CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Livraria Minerva, 1999, p. 45.

<sup>189</sup> MORIN, E. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 33.

relação aos padrões religiosos. A administração dos cemitérios de diversas cidades passou a agenciar as construções tumulárias dando sugestões, propondo figurinos, calculando custos e, em certos casos, proporcionando a visita de artistas para a interpretação da vontade do contratante, fato que promoveu uma nova concepção estética no espaço da morte.

Em seu estudo sobre os cemitérios brasileiros, Prado Valadares nota que o investimento do supérfluo no túmulo faz parte do processo de diferenciação social, “especialmente quando se pretende prestígio para o nome de família”.<sup>190</sup> A acumulação material será utilizada na tentativa de preservar a identidade e memória individual. Para Vovelle, o período situado entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930 se converteu na “idade de ouro do cemitério”, época da construção em larga escala dos jazigos perpétuos. Segundo esse autor,

A família burguesa, em filas cerradas, se aglomerou dentro desse hábitat póstumo: época das capelas e dos monumentos funerários, de uma explosão vertical que irrompeu nas lápides e estelas bastantes simples do cemitério anterior a 1850, formando uma arquitetura hieróclita. Episódio tanto mais notável por estar registrado na pedra.<sup>191</sup>

Parte dos obstáculos encontrados para a construção dos cemitérios oitocentistas derivaram das dificuldades financeiras da maioria das vilas e cidades. Concomitantemente, havia uma rejeição de ordem cultural. O fim das inumações ad sanctos, no interior dos

---

<sup>190</sup> VALADARES, C. do P. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cimiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, v. 1, p. xxxvi.

<sup>191</sup> VOVELLE, M. *Imagens e imaginário na história*, p. 328.

templos, foi encarado pelos setores mais tradicionalistas como uma ameaça à memória histórica das comunidades e dos grupos familiares, e à crença na ressurreição final dos corpos. Em Ilhéus, foco do presente estudo, membros de famílias mais abastadas continuaram a ter sepulturas no interior dos templos em suas propriedades, como o caso dos Sá Bittencourt na capela do engenho de Santana.<sup>192</sup> Quando isso não era possível, cemitérios particulares foram construídos nas propriedades, para abrigar os corpos dos parentes e das pessoas ligadas à família. Esse tipo de comportamento demonstra a vontade de preservação de um elo simbólico entre as gerações. O local onde estavam enterrados os antepassados também deveria receber os corpos dos membros das gerações posteriores. Era uma forma de distinção no contexto de uma sociedade cada vez mais plural onde negros, descendentes de índios, sírios, libaneses e nordestinos de origem humilde buscavam cada vez mais uma maior visibilidade social.

Artigo publicado pela Gazeta de Ilhéus, intitulado “Sacrilégio”, denuncia o abandono da capela do engenho de Santana e a proibição, por parte dos seus proprietários, do enterro de pessoas que não pertencessem à família no cemitério local:

A capela de Santana, situada no Rio de Engenho, districto de Ilhéus, sentimos dizê-lo está em condições deploráveis [...] porque tornando-se proprietários de terras os senhores Sás, apossaram-se da mencionada capela como se fora uma propriedade sua, a ponto de nela darem sepultura aos restos mortaes de seus parentes, com exclusão absoluta de quaisquer estranhos que habitassem nas proximidades. É assim que ali encontram-se lápides

---

<sup>192</sup> Há, na sacristia da capela, uma lápide datada de 1880, de Ritta Constança de Mello e Sá.

e lousas tumulares, em pedaços, com inscrições,  
e todas elas referentes a pessoas da família Sá.<sup>193</sup>

A secularização dos cemitérios a céu aberto trouxe em seu bojo o princípio igualitário presente no Evangelho e apropriado pelos valores da democracia-liberal. O cemitério foi, em princípio, transformado em espaço público onde deveriam estar excluídas as diferenças entre as camadas sociais, território onde todos os cidadãos poderiam igualmente ter sepultura ou cultuar a memória de parentes e amigos através de visitas periódicas. Entretanto, gradualmente foi se instaurando a distinção dos funerais e das sepulturas a céu aberto. A parentela, aos poucos, substituiu as irmandades e ordens religiosas como a célula essencial da gestão da memória dos mortos e suas diferenças econômico-sociais.

As visitas aos túmulos, essa espécie de comemoração, eram feitas sem a presença eclesiástica e tornaram-se mais comuns nas datas de aniversário dos falecimentos e, principalmente, no dia de finados. Tal prática tem os seus momentos mais significativos nas preces dos familiares dirigidas à salvação das almas dos antepassados, na limpeza e na deposição de arranjos florais na sepultura. Mesmo pública, essa prática social era quase restrita à família, que reforçava a sua coesão ao rememorar os antepassados que lhe serviam de referência identitária. Em menor número, eram organizadas visitas coletivas promovidas por companheiros de profissão ou de associações culturais e políticas, que davam à lembrança dos mortos uma função social. Esses grupos evocadores deram um caráter de comemoração escatológica e profana à memória dos seus mortos mais representativos.

Para Catroga, o cemitério foi se transformando em um campo teatral, “aonde se representavam as cenas da vida humana, cercadas

---

<sup>193</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéos.*, 24 jul. 1902, p. 2.

do falso brilho com que se adornam os vaidosos”.<sup>194</sup> Ficou cada vez mais clara a distinção que substituiu a concepção de igualdade na morte e criou, nos cemitérios abertos, as bases para a preservação, através de signos, da memória individual e familiar. O espaço cemiterial deve ser concebido como um local por excelência de reprodução simbólica do universo social e das expectativas metafísicas dos membros de uma dada coletividade. Esse simbolismo é decorrente de uma forte ligação entre o culto dos mortos e a memória individual e coletiva.<sup>195</sup>

Em seu *O mundo como teatro*, Peter Burke aborda a relação existente entre a história e a memória social, essa última construída em um complexo processo de seleção e interpretação, sendo evidente a homologia entre como o passado é registrado e recordado.<sup>196</sup> Historicamente, as lembranças que os homens constroem sobre o seu próprio passado e formam suas visões de mundo são elaboradas mediante discursos através do escrito e das imagens. A humanidade sempre construiu imagens materiais para tentar reter e transmitir lembranças, mais particularmente os monumentos comemorativos. A partir do século XIX, os monumentos públicos exprimiram e ao mesmo tempo moldaram a memória nacional na chamada era da invenção das tradições. Nessa perspectiva, o espaço exerceu um papel fundamental. As imagens que se deseja recordar deveriam ser colocadas em locais particulares, os teatros da memória.<sup>197</sup>

No ocidente em geral, as sepulturas individuais nos cemitérios expressam o desejo de uma sobrevivência na memória coletiva. A morte do indivíduo não é decretada somente pelo aspecto orgânico; as instituições sociais também desempenham um importante papel nesse processo. Na formulação de Rodrigues, a

---

<sup>194</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 76.

<sup>195</sup> URBAIN. *La société de conservation*, p. 85.

<sup>196</sup> BURKE, P. *O mundo como teatro*. Lisboa: Difel, 1992, p. 237-8.

<sup>197</sup> Id. *Ibid.*, p. 241.

morte física não é bastante para realizar a morte nas consciências. As lembranças do morto possibilitam a continuidade da sua presença no mundo dos vivos, de modo que a consciência não consegue pensar o morto como tal e lhe atribui “uma certa vida”.<sup>198</sup> Os anos oitocentos consolidaram o esforço da conservação individualizada dos despojos mortais. De acordo com Vovelle,

Le cimetière, ville des morts, reproduit en décalque, dans le zoning social que la hierarchie des grands monuments et des concessions perpétuelles puis momentanées dessine jusqu'à la fosse commune, l'image de la ville des vivants.<sup>199</sup>

Os túmulos passaram a constituir um bem imóvel, privado e transmissível por herança, forma simbólica de assegurar a preservação da memória do proprietário e da sua família. Esse processo, evidentemente, está associado à capacidade que os sobreviventes tinham para perpetuar o patrimônio herdado. Os custos de investimento na elevação de monumentos funerários não tinham retorno financeiro e, assim como o que era gasto em outras pompas, revelam a importância do supérfluo no campo simbólico para a legitimação social.

As fotografias colocadas em jazigos acentuam a função da imagem de perpetuar a existência do indivíduo morto. São, em sua maioria, fotos em porcelana cobertas por vidro e encaixadas em molduras de bronze com motivo floral. Segundo Koury, o retrato mortuário era uma forma social aceitável e fez parte do imagético familiar, cumprindo o papel de “manter viva a memória

---

<sup>198</sup> RODRIGUES. *O tabu da morte*, p. 29.

<sup>199</sup> VOVELLE, M. et alli. *La ville des morts*. Essai sur l'imaginaire urbain contemporain d'après les cimetières provençaux. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1983, p. 14.

do falecido e, ao mesmo tempo, relativizar a sua ausência”.<sup>200</sup> A fotografia mortuária integra um conjunto iconográfico que se convencionou chamar retratos de família, ligados aos rituais de passagem e que objetivam registrar momentos sacralizados.<sup>201</sup> Esse fato é ilustrado nos túmulos onde um grande número de parentes faz-se representar pelas fotografias dispostas em cachos, símbolos da família extensa (figura 9).



**Figura 9** - Cemitério Nossa Senhora da Vitória. Fotos com arranjos florais sobre coluna – túmulo da família Nascimento (década de 1930). Foto: do autor

---

<sup>200</sup> KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória: ensaios de antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 13.

<sup>201</sup> LEITE, L. L. M. **Retratos de família**. São Paulo: EDUSP, P. 1993, p. 159.

Como o registro fotográfico tem por finalidade amenizar a dor dos “entes queridos” quando da evocação do falecido, um dos seus principais atributos seria retratar a tranqüilidade e a paz do fotografado. Por meio de convenções sociais e simbólicas, a fotografia deve não somente deter o processo de deterioração do cadáver, mas também fixar uma espécie de imagem ideal da personalidade retratada, “uma espécie de máscara de eterna presença pela paz que emanava [...], uma espécie de boa morte e de sua presença eterna junto ao Senhor e no olhar para os seus ainda vivos”.<sup>202</sup>

De acordo com Afonso Santos, é próprio dos monumentos, como os cimiteriais, comunicar um conteúdo ou um significado de valor, visando recordar um fato ou uma personalidade. Desse modo, a arquitetura de caráter privado se transformou em comunicadora de valores reais ou atribuídos e “não somente assinala a condição social ou econômica dos proprietários mediante o luxo, como também repetindo símbolos de prestígio que se tomam emprestados dos monumentos-modelos”.<sup>203</sup> O jazigo de mármore ou granito, a estátua, o epitáfio e as fotografias afirmam o novo culto dos mortos, consolidado pela gestão familiar e pelas visitas ao cemitério.

## Reformas urbanas e espaço cemiterial

Como foi discutido no capítulo anterior, São Jorge dos Ilhéus é um exemplo típico de adequação da feição da cidade a uma profunda mudança histórica. A mudança urbana deu-se em consonância com as transformações trazidas pela lavoura cacauieira,

---

<sup>202</sup> KOURY. *Imagem e memória*, p. 68.

<sup>203</sup> SANTOS, A. C. M. Entre a destruição e a preservação. In: SCIAVO, C.; ZETTEL, J. *Memória, cidade e cultura*, p. 119.

de modo que as construções e o traçado antigos eram interpretados como pertencentes a um ciclo histórico encerrado.

O notável florescimento da nova arquitetura em Ilhéus foi possibilitado pelo crescimento econômico e pelo progresso material que a cidade conheceu a partir do final do século XIX. Através de fontes iconográficas do período, é possível enxergar um casario harmonioso que passou a formar a base do cenário urbano. A principal cidade da região sul baiana estava bastante diferente da pequena vila litorânea presa entre o mangue e a praia, cuja economia baseava-se na exportação de madeiras e de gêneros alimentícios. Na sede de urbanidade e progresso o passado colonial, considerado anti-estético para os padrões modernos, teve poucos testemunhos preservados.

A arquitetura constitui a arte da utopia, já que torna mais visíveis e legíveis os valores morais e políticos. Dessa forma, as novas edificações públicas e particulares erguidas em Ilhéus (prédios, estátuas ou túmulos) deveriam traduzir a imponência e o prestígio que os habitantes se arrogavam através dos títulos concedidos à cidade: Capital do Cacau e Princesa do Sul. Através do seu reordenamento, expresso pelas formas arquitetônicas e pelos projetos urbanísticos postos em prática, Ilhéus vai se configurando aos poucos como espaço da projeção de uma organização social desejada.

Ao tomar a cidade como uma vasta trama de relações e a sua arquitetura como lugar de experiência e de memória, temos no cemitério um espaço privilegiado, pleno de significado e carregado de símbolos de sociabilidade. Talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas do urbano esteja nas alegorias escultóricas, entre elas as cemiteriais; nos monumentos que, no pensamento do período em questão, contribuíam decisivamente para o embelezamento dos equipamentos urbanos.

A valorização do cacau baiano no mercado internacional, na passagem do Império para a República, trouxe um aumento substancial nas arrecadações municipais, através dos impostos sobre a comercialização do produto, possibilitando por parte do poder público um maior investimento nos equipamentos

urbanos. Um dos traços mais marcantes desse processo, em Ilhéus, foi a reforma do cemitério público, inaugurada no dia de finados de 1913. O que existia anteriormente era cercado de estacas, já bastante aumentado devido a uma maior densidade demográfica. A única parede existente, na sua entrada, encontrava-se arruinada, não sendo raro encontrar animais pastando sobre as sepulturas devido à existência, na ladeira que lhe dava acesso, de um pasto denominado de “Zé das Neves”, onde ficavam as tropas que chegavam do interior carregadas de sacos de cacau e outras mercadorias. Até então, o espaço da morte não era valorizado na sociedade ilheense e poucos eram os investimentos públicos em sua infra-estrutura. O seu isolamento não se restringia apenas à distância física do núcleo urbano, mas se expressava também na ausência de um projeto institucional que o integrasse ao discurso modernizante e às práticas burguesas do período.

Como vimos, a partir de meados do século XIX as burguesias da Europa intensificaram a prática de culto aos mortos, motivadas pela busca de distinção e de reforço da sociabilidade familiar. Essa prática político-simbólica deu maior ênfase à glorificação dos “grandes homens”. Tais consagrações, de evidente caráter político, davam-se principalmente nos “funerais-pretexto” e cortejos fúnebres com a pompa à altura do morto ilustre.<sup>204</sup> Momento especialmente importante para a confirmação de solidariedades familiares ou políticas, merecedoras de registros para a posteridade, como no enterro de um importante comerciante e político de Ilhéus, assim registrado pelo jornal local: “tendo sahido o féretro da casa do finado, compareceram quase trezentas pessoas. Uma machina de photographia nos reproduziu”.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> VOVELLE. *La mort et l'occident*, p. 625-6.

<sup>205</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéus*, 12 out. 1902, p.1.

O coronel Antônio Pessoa, um dos maiores defensores do projeto progressista municipal, foi o primeiro administrador local a perceber a importância estratégica do cemitério como uma das principais referências para os novos padrões urbanos e como peça importante no jogo político. Logo ao assumir a intendência, cogitou a construção de um novo cemitério que substituísse o antigo, do qual foi aproveitado tão somente o terreno. A superintendência técnica de toda a construção e o plano da mesma, ficou a cargo do dr. Durval Olivieri, engenheiro municipal, genro do coronel Pessoa e futuro intendente municipal (1928-1930), o último da República Velha. Olivieri foi responsável pela direção da maior parte das obras urbanas implementadas no período dominado pelo partido pessoísta. Referida como “obra importantíssima como não se encontra no interior”, a construção teve início em 17 de setembro de 1912. Conforme o memorialista Borges de Barros,

É uma construção imponente que não deslustraria as mais adiantadas capitais e não tem similar no nosso estado. Existia nessa antiqüíssima e opulenta cidade, e no seu ponto culminante, no alto do outeiro da Vitória, apenas um pequeno e estragadíssimo cemitério. Ali repousam ilheenses distintíssimos, tudo o que a população atual tem perdido de parentes e amigos desaparecidos na voragem do túmulo. Era mister reformar o cemitério, seria desumano conservar ao abandono aqueles **despojos veneráveis** (grifo nosso).<sup>206</sup>

O terreno do antigo cemitério já não comportava novas sepulturas. O coronel Pessoa resolveu ampliar a sua área, “mesmo

---

<sup>206</sup> BORGES DE BARROS. F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 101-2.

para aproveitar-lhe a situação, que a experiência já demonstrara não ser nociva à saúde pública”.<sup>207</sup> Mediu o novo cemitério 24,60 metros de frente, compreendendo a igreja de Nossa Senhora da Vitória, e 446,60 metros de perímetro total, com uma superfície de 9.812 metros quadrados, assim discriminados: 5.586 da área antiga, 3.710 da nova e 516 de dois espaços laterais à capela destinados a jardins. Entre as áreas antiga e nova foi localizado o ossuário, construído em alvenaria e cimento. Nesse espaço coletivo são depositados os ossos dos mortos inumados nas sepulturas comuns. Na frente da igreja da Vitória construiu-se um adro de 5 metros de largura, para o qual dava acesso uma escada de alvenaria com sete degraus, posteriormente substituída por uma rampa lateral.

A frente do cemitério foi gradeada de ferro sobre uma base de alvenaria com 2 metros de altura no total. Essa parte frontal inclui nove pilares artisticamente trabalhados. A entrada é feita por um imponente portão, tendo ao alto um dístico e uma placa comemorativa em mármore, onde lê-se a data de inauguração e o nome do intendente Pessoa (figura 10). Todo o conjunto é fechado em obra de alvenaria, sobre a qual assenta uma balaustrada na extensão de 422 metros, com 83 colunas encimadas por vasos e pinhais, e na qual empregaram-se 1.394 balaústres. Para a área nova, abriu-se, desde o portão, uma rua calçada de cimento com 124 metros de comprimento e 3 metros de largura. Ao fim da rua encontra-se uma escada de alvenaria, pela qual se tem acesso à parte nova do cemitério, onde se achavam originalmente espaços para trezentas e quatro sepulturas rasas, formando seis grupos separados por sete corredores calçados e cimentados (ver disposição geral na planta do cemitério em anexo).

---

<sup>207</sup> Id. *Ibid.*, p. 102.



**Figura 10** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória - portão de entrada.  
Foto: do autor

A reforma do cemitério, um dos principais símbolos do progresso material da cidade, ocupou um lugar central no discurso pessoísta. Em vários artigos seus nas gazetas locais o coronel Pessoa discorreu sobre o assunto, chamando a atenção para a importância do culto dos mortos e o esquecimento que o mesmo teve por parte da oposição, quando no poder:

A morada dos que se foram! Haverá por ahi quem a julgue uma obra de somenos, um esforço ocioso, um dispêndio indevido? Salvo se existem, sob a forma de homens civilizados, entes inferiores em sentimentos. Com effeito, a veneração aos mortos,

o zelo respeitoso aos seus despojos é um sentimento commum a toda a humanidade, mesmo aos mais rudimentares estados da cultura. Se alguém acha desnecessária a construcção de um cemitério, se alguém reprova, insulta, leva a chacota os que curam da morada dos mortos, é que esse alguém é capaz de crimes contra a própria natureza, e só merece que delle se fuja e nunca se lhe cite o nome abominável.<sup>208</sup>

O coronel Pessoa acreditava que a reverência aos mortos deveria ser traduzida na aparência das necrópoles. Segundo a sua concepção, era inaceitável que o município de São Jorge dos Ilhéus, de importância imediata ao da capital do estado, tivesse num dos seus pontos mais visíveis um cemitério cercado de estacas e coberto de mato. Para ele, esse

Era o attestado mais desgraçado que esta terra dava de si; era colorário, a aggravante, a prova provada das designações infames que então davam a Ilhéos. Na verdade, não se poderia suppor nada de bom acerca de um lugar onde nem os mortos mereciam caridade. Os observadores superficiaes, reputavam aquelle estacado plantado no alto da Victoria o signal evidente da fereza de ânimo, da selvageria sem nome dos habitantes deste mal afamado torrão. Os bons ilheenses lastimavam aquelle sacrilego abandono, e vezes sem conta ouvimos queixumes e imprecações contra os responsáveis por tal impiedade. Todos que alli tinham um parente, um amigo, sepultado, todos sem distincção de cor política, reclamavam indignados contra os administradores desumanos, culpados

---

<sup>208</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéos*, 2 nov. 1913, p. 1.

da miserabilidade do cemitério.<sup>209</sup>

A administração do cemitério foi posteriormente regulamentada pelo Código de Posturas, criado pela Lei Municipal n. 277, de 1º de outubro de 1924, na gestão do intendente Mário Pessoa da Costa e Silva, filho e herdeiro político do coronel Pessoa.<sup>210</sup> Na Seção VII do capítulo referente à Polícia Sanitária, encontram-se as disposições sobre os cemitérios e os enterramentos.<sup>211</sup> O controle da morte passou a ser oficialmente uma ocupação da administração laica com pouca interferência da igreja. O asseio e a fiscalização dos cemitérios municipais e dos enterros efetuados eram da imediata responsabilidade dos seus administradores, que deveriam não só observar as disposições do Código como as determinações da Diretoria de Higiene Pública.

## **Desigualdade econômica e contradição social no campo santo**

As sepulturas do cemitério reformado foram divididas em duas categorias, particulares e comuns. As primeiras eram as que, por aforamento perpétuo, eram concedidas pelo poder público a particulares. As que não possuísem aforamento perpétuo pertenciam à segunda categoria. De acordo com o artigo 666, sobre as sepulturas comuns não poderiam ser construídos mausoléu, jazigo ou carneiro. Era apenas permitido encimá-las de grade de ferro ou

---

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Conforme documentação da Câmara Municipal de Ilhéus, a existência de um código que organizasse as posturas no município vinha sendo cogitada desde a década de 1820.

<sup>211</sup> Código de Posturas de Ilhéus. Lei Municipal 277, de 1º de outubro de 1924. Impresso, pp. 158-165.

madeira e cruces, que não tivessem mais de 1,10 m. de altura, “e lápides ou emblemas que se possam retirar com facilidade, quando for tempo de abrir-se nova sepultura no local”.<sup>212</sup> Ou seja, aos enterrados nessas sepulturas comuns era dado o direito a uma memória temporária, sendo esta uma das principais distinções simbólicas entre elas e as sepulturas de caráter perpétuo. As pedras, grades ou cruces retiradas das sepulturas comuns, ao tempo de sua reabertura, eram conservadas no depósito do cemitério pelo espaço de seis meses, à disposição dos que as fossem reclamar. Findo esse prazo, procedia-se a sua venda em hasta pública, revertendo o resultado em benefício do cemitério.<sup>213</sup>

A reforma e a ampliação do cemitério da Vitória estiveram também relacionadas ao crescimento do fluxo migratório para a região cacauera. A cidade de Ilhéus, ao situar-se como principal porta de entrada da zona do cacau, constituiu-se em referência para a imagem de incorporação regional ao processo civilizatório, reforçando sua importância simbólica e, conseqüentemente, de sua elite econômica.

O próprio desenvolvimento da monumentalidade dos jazigos obedeceu a uma lógica hierarquizadora. As famílias da burguesia cacauera, disputando entre si a primazia da ostentação e seguidas de perto pelas camadas menos favorecidas que tentavam imitá-las na medida de suas possibilidades, elevaram monumentos que servissem como símbolos do seu status, tal como ocorria nas residências rurais e nos luxuosos palacetes urbanos. Assim foram constituídas no cemitério hierarquias que reproduziam as diferenças existentes na cidade aos seus pés.

De acordo com o Código de Posturas, as sepulturas particulares não poderiam ocupar superfície superior a seis metros quadrados, sendo de adulto, e quatro metros quadrados, sendo de

---

<sup>212</sup> Código de Posturas de Ilhéus, artigos 665 e 666.

<sup>213</sup> Id. Artigo 674.

criança. As sepulturas comuns teriam no máximo dois metros de comprimento por um de largura, guardando entre uma e outra o espaço de sessenta e seis centímetros.<sup>214</sup> Temos, então, uma outra distinção básica entre as duas categorias, a superfície máxima a ser ocupada, que privilegiava os que podiam arcar com as despesas de aquisição da sepultura perpétua.

Como o solo urbano em geral, o solo cemiterial tornou-se caro e sujeito a especulações. O aumento da especulação do espaço cemiterial, ligando um túmulo a outro na parte antiga do cemitério da Vitória, A e B, deixou estreitas passagens de difícil circulação e causou a destruição e ocupação do terreno de jazigos antigos, sacrificando as disposições originais. Os túmulos mais custosos foram preferencialmente construídos na área de expansão do antigo cemitério. A análise da localização das sepulturas indica a existência de zonas privilegiadas ocupadas pela maioria dos túmulos de padrão superior e grande, geralmente extrapolando o padrão sugerido pelo Código de Posturas, cujo número foi crescendo à medida em que nos aproximamos do marco cronológico final deste estudo (ver tabela 6). As famílias mais abastadas, ao adquirirem concessões perpétuas, principalmente a partir da década de 1920, priorizaram os terrenos próximos ao portão de entrada, situados ao longo da rua principal (Área B), o que proporcionava uma maior visibilidade aos seus túmulos (ver plantas em anexo, principalmente as plantas 1 e 3, e tabela 7).

**Tabela 6 - Dimensão dos túmulos por datação (1880-1950)**

<b>Dimensão</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Padrão Superior (+ 6 m2)	-	07	15	<b>22</b>	6,2
Padrão Grande (4 - 6m2)	02	07	32	<b>41</b>	11,5
Padrão Médio (2 - 4 m2)	18	66	140	<b>224</b>	63,1
Padrão Pequeno (-2 m2)	11	41	16	<b>68</b>	19,2
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>121</b>	<b>203</b>	<b>355</b>	<b>100</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

<sup>214</sup> Id. Artigos 667 e 668.

**Tabela 7 - Dimensão dos túmulos por área (1880-1950)**

<b>Dimensão</b>	<b>Vitória A</b>	<b>Vitória B</b>	<b>Vitória C</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Padrão Superior	01	20	01	<b>22</b>	6,2
Padrão Grande	13	22	06	<b>41</b>	11,5
Padrão Médio	49	61	113	<b>223</b>	62,8
Padrão Pequeno	16	23	30	<b>69</b>	19,5
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>126</b>	<b>149</b>	<b>355</b>	<b>100</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

A comparação entre túmulos de diferentes datações revela características significativas das diversas épocas. Os jazigos mais antigos do cemitério da Vitória, erguidos no final do século XIX e início do século XX, foram concebidos em forma de torreões e colunetas com nichos ou estátuas. Apesar do material custoso de alguns, esses túmulos possuem dimensões de padrão médio e uma simplicidade que vai aos poucos sendo abandonada para dar lugar à ostentação dos túmulos de padrão grande e superior, típica da nova burguesia cacaueira, a partir da década de 1920.

Estando entre os principais equipamentos urbanos de Ilhéus, o cemitério da Vitória passou a receber investimentos cada vez mais elevados para a construção de jazigos perpétuos. Diferentemente do aspecto de abandono que possuía e das sepulturas relativamente simples do século XIX, o gradativo aumento do número de jazigos perpétuos e a acelerada urbanização do cemitério ir-lhe-ão conferir um aspecto pétreo, sob o império do mármore e do granito, convencionados como materiais nobres e profusamente utilizados no revestimento dos túmulos, assim como o bronze nas imagens decorativas.

Os túmulos mais antigos e mais simples, entre as décadas de 1880 e 1900, foram construídos em alvenaria e recobertos preferencialmente de pedras de mármore. Naqueles cujos proprietários não empregaram recursos para revesti-los, apenas a lápide era desse material. Sobre tudo os que ainda se encontram nos cemitérios rurais conservam a singeleza e a afeição aos padrões cristãos, próprios de uma sociedade de cunho tradicionalista e patriarcal. Tanto nos cemitérios rurais como no cemitério da Vitória, os túmulos dessa

datação não buscam imitar igreja no seu todo, caso dos túmulos-capelas, mas parte delas como sacrários, nichos, altares e torres sineiras (figura 11).



**Figura 11** - Cemitério Nossa Senhora da Vitória.  
Túmulo em alvenaria com torre sineira  
(década de 1910)  
Foto: do autor

Conforme as tabelas 8 e 9, aos poucos o mármore foi sendo substituído pelo granito produzido industrialmente, enquanto as estátuas e as inscrições, primitivamente esculpidas nas lápides, dão lugar aos modelos estereotipados de bronze. Os jazigos perpétuos, cujas formas reproduziam partes componentes da arquitetura das igrejas como torres sineiras ou sacrários, foram construídos a princípio para funcionar como uma espécie de substituto do

teto eclesiástico, deslocado para um espaço mais secular.<sup>215</sup> No caso de Ilhéus, essa função foi superposta por outras, relacionadas ao processo no qual a lavoura cacauzeira consolidou a fortuna da nascente burguesia local.

**Tabela 8 - Material (associado) dos túmulos por datação**

<b>Material associado</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mármore/Cimento	20	58	27	<b>105</b>	29,6
Granito/Bronze	01	14	80	<b>95</b>	26,7
Granito	01	06	39	<b>46</b>	12,9
Mármore	05	25	07	<b>37</b>	10,4
Cimento	-	04	11	<b>15</b>	4,2
Granito/Cimento	01	02	16	<b>19</b>	5,3
Mármore/Bronze	-	03	09	<b>12</b>	3,4
Mármore/Granito	-	02	06	<b>08</b>	2,3
Mármore/Granito/ Bronze	01	01	06	<b>08</b>	2,3
Mármore/Azulejo	-	01	05	<b>06</b>	1,7
Azulejo	-	-	01	<b>01</b>	0,3
Granito/Cimento/Bronze	-	-	01	<b>01</b>	0,3
Cimento/Bronze	-	-	01	<b>01</b>	0,3
Cimento/Ferro	-	-	01	<b>01</b>	0,3
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>116</b>	<b>210</b>	<b>355</b>	<b>100</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

**Tabela 9 - Material (isolado) dos túmulos por datação**

<b>Material isolado</b>	<b>1880-1910</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mármore	26	90	98	214	31,7
Granito	04	25	148	177	26,3
Cimento	21	64	72	157	23,3
Bronze	02	18	96	116	17,8
Azulejo	-	01	06	07	0,9

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

<sup>215</sup> ARIÈS, P. *Images de l'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1983, p. 259.

Com a prosperidade econômica e a predominância do gosto alimentado principalmente pelos novos ricos, afirmou-se o recente culto dos mortos. Logo que os novos ricos perceberam que as suas fortunas os promoviam a membros da elite social regional, os seus esforços se dirigiram naturalmente para a construção de suntuosas sepulturas que simbolizavam a idéia que faziam de si mesmos. Desse modo, o cemitério da Vitória foi se urbanizando segundo uma lógica semelhante à da cidade dos vivos, com a predominância de túmulos verticais e, como complemento, uma intensa utilização de estatuária e de objetos decorativos.

Assim como no domínio dos vivos, onde, segundo Maranhão, “quem não tem haveres não tem dignidade”, no domínio dos mortos a propriedade é necessária para garantir uma individualidade respeitável. Essa é, de acordo com o autor, “a lei fundamental do novo cemitério, que inventa concessões ‘perpétuas’ de 60 ou 100 anos, para nutrir a esperança e a ilusão de que o ter continuará a ser”.<sup>216</sup>

## O cemitério como espaço de identidade familiar

Como afirma Rodrigues, os túmulos, além da sua óbvia função de servir de depósito aos corpos dos mortos, são também símbolos da unidade familiar.<sup>217</sup> O direito de enterro no túmulo da família exprime um sentimento de pertencimento. Da mesma forma, as práticas de filiação política e de outras ordens influenciaram decisivamente a territorialização do cemitério. O desejo de distinção e de demarcação da identidade familiar delimitou espaços específicos preferencialmente ocupados por alguns sobrenomes.

---

<sup>216</sup> MARANHÃO, J. L. *O que é a morte*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 38.

<sup>217</sup> RODRIGUES. *O tabu da morte*, p. 53.

As alianças de sangue e afinidade levaram à formação de unidades responsáveis inclusive pela construção de cemitérios em terrenos de propriedades particulares, como os cemitérios das fazendas Almada, de propriedade da família Cerqueira Lima, e Cordilheira, da família Lawinsky, construídos no final do século XIX, conforme datação dos túmulos mais antigos. Os sobrenomes dos ocupantes e as datas existentes nos túmulos indicam que, até o início do século XX, era costume entre as famílias enterrar seus mortos em local próximo às propriedades que lhes pertenciam, principalmente entre os que ainda não haviam transferido residência para a cidade.

No cemitério da fazenda Cordilheira observa-se o desejo, mencionado anteriormente, de uma maior visibilidade por parte das famílias de elite. Os túmulos maiores e mais antigos foram erguidos no alto de uma pequena elevação, o que os torna mais visíveis devido à sua localização estratégica em relação às sepulturas coletivas. Estas foram situadas na encosta anterior à elevação, como se houvesse a intenção de escondê-las das vistas dos visitantes. Nesse cemitério, os túmulos maiores e mais custosos estão agrupados em núcleos familiares, como os pertencentes à família Cordier, construídos sobre uma plataforma de grande dimensão, e da família Lawinsky, agrupados em uma área próxima.

Conforme tabela 10, a família usou profusamente o túmulo como forma de reforçar os elos internos e sua permanência entre as gerações. Do total de 355 jazigos perpétuos analisados no cemitério da Vitória, 309 apresentam no epitáfio referência a parentesco e, em muito menor grau, outros tipos de afinidade em relação ao morto.

**Tabela 10** - Relações de parentesco e afinidade registradas nos epitáfios

<b>Parentesco</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Filhos	12	42	82	<b>136</b>	38,3
Esposos	10	31	58	<b>99</b>	27,8
Pais	07	36	25	<b>68</b>	19,1
Irmãos	04	27	29	<b>60</b>	16,9
Netos	01	10	32	<b>43</b>	12,1
Família	01	08	15	<b>25</b>	7,0
Genros/Sogros	01	07	15	<b>23</b>	6,4
Cunhados	01	04	04	<b>09</b>	2,5
Sobrinhos	-	04	04	<b>08</b>	2,2
Padrinhos/Afilhados	01	04	01	<b>06</b>	1,6
Bisnetos	-	-	05	<b>05</b>	1,4
Avós	-	02	01	<b>03</b>	0,8
Tios	01	01	01	<b>03</b>	0,8
Amigos	-	-	02	<b>02</b>	0,5

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

Como bem observou Catroga, se, em alguns casos, a sepultura era construída com o objetivo de materializar a imagem que o morto quis conservar de si próprio, em outros projetava a idéia que os vivos faziam de si mesmos. Segundo esse autor,

A importância dada por estes à consagração monumental dos seus mortos revelava a densidade da sua assunção como herdeiros de uma linhagem: cada tumba é a fixação de um morto, por conseguinte, a expressão de uma individualidade, é como uma palavra de adeus dirigida ao morto pelos sobreviventes (...), e dentro dessa medida, os vivos aí experimentam qualquer coisa de sua imagem.<sup>218</sup>

---

<sup>218</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 95.

Da mesma maneira que os povoados, ou mesmo algumas ruas na cidade, eram habitados por certos grupos familiares, os espaços no interior do cemitério se definiam como um território de vizinhança que guardou padrões associados a laços de família. Os grupos familiares do período possuíam referenciais bastante definidos, tanto na zona rural quanto na urbana, que restringiam e regulavam os laços de afinidade. Determinados espaços cemiteriais são valorizados pela família como ponto de referência para o enterro dos seus membros. Essas finalidades identitárias e filiadoras do culto dos mortos faziam das sepulturas, sobretudo a dos antepassados que serviam de referência aos membros do tronco familiar, uma expressão semiótica da descendência grupal. As famílias, através dos jazigos perpétuos e de suas inscrições, passaram a identificar-se e a fazer render o investimento simbólico.

O investimento na construção foi de tal importância que algumas famílias chegaram a possuir uma dezena ou mais de túmulos, espalhados em toda a área do cemitério ou, quando possível, agrupados em terrenos geralmente próximos ao de um antepassado tido como referência familiar. Qual o perfil dessas famílias? Quem são os donos do espaço da morte? Para maior ilustração foram quantificados os sobrenomes mais constantes nos jazigos perpétuos. O sobrenome Lavigne aparece em 14 deles; Sá Bittencourt em 10; Kruschewsky e Lemos em 8; Berbert em 7; Pinto, Badaró, Nascimento, Schaun e Castro em 6; Tavares, Pessoa e Paiva em 5 jazigos. Comparando o levantamento dos maiores proprietários individuais de túmulos com o dos maiores proprietários rurais e urbanos, feito através dos lançamentos de impostos sobre imóveis, pode-se observar como diversos nomes se repetem nas listas:

<b>Proprietários de Túmulos Proprietários Rurais</b>	<b>Proprietários Urbanos</b>	
Manoel Misael Tavares	Manoel Misael Tavares	Albino Francisco Martins
Domingos Fernandes da Silva	Miguel Alves Dias	Manoel Misael Tavares
Indalácio Berbert Tavares	Manoel Rodrigues de Melo	Rodolfo de Melo Vieira
Antônio Lavigne de Lemos	Gabino Kruschewsky	José Correia Pinto
Gabino Kruschewsky	Henrique Cardoso e Silva	Domingos Fernandes da Silva
Manoel Berbert Tavares	João Mangabeira	José de Sá Adami
João Cordier dos Santos	Otaviano Moniz Barreto	Joaquim Lopes da Silva Filho
Manoel Rodrigues de Melo	Pedro Cerqueira Lima	Rosa Carolina Seabra
Moisés Daneu	Pedro Marques Valente	Eduardo Gomes Ribeiro
José Correia Pinto	Henrique Alves dos Reis	Pedro Levino Catalão
Cordolino Oliveira	Pedro Levino Catalão	Ramiro de Araújo Castro
Aurélio Moreira Sams	Jorge Maron	Miguel Alves Dias
Salim Bichara	Jorge Hage	Eufrásio Cardoso e Silva
Antônio Fernandes Badaró	José Correia Pinto	Josefina Lavigne de Lemos

As sepulturas perpétuas foram utilizadas como um marco da memória familiar, muitas vezes marco inaugural no caso dos recentemente enriquecidos. Segundo Kátia Mattoso, existe uma memória genealógica profunda em sociedades de emigrados, em que as referências a antepassados de duas ou três gerações são altamente valorizadas, sobretudo para afirmar a ascendência de um “colateral prestigioso, cuja atuação confere brilho à família em questão”.<sup>219</sup>

Uma das maiores correntes migratórias para o sul da Bahia, entre finais do século XIX e princípios do século XX, foi composta principalmente por famílias oriundas da Síria e do Líbano. A maioria dos sírios e libaneses que migrou para a região cacaueteira dedicou-se inicialmente ao comércio ambulante, pois a mercadoria nesse tipo de comércio poderia ser obtida a crédito. De acordo com o estudo de Roberta Halla, os primeiros imigrantes dessa procedência continuaram como mascates apenas o tempo suficiente para acumular capital e investi-lo em pequenas lojas de comércio a varejo. Na zona rural, abriram armazéns estabelecidos em pontos estratégicos como o cruzamento de estradas e, na cidade, pequenas lojas de armarinho e tecido localizadas nas praças centrais e vias

<sup>219</sup> MATTOSO. *Bahia no século XIX*, p.172.

principais, tais como as ruas Pedro II e Almirante Barroso.<sup>220</sup> Logo que prosperaram, esses comerciantes mandaram buscar parentes e amigos nos seus países de origem. Os recém-chegados recebiam mercadorias e eram despachados a mascatear. Com o passar do tempo, muitos abriram suas próprias lojas, em geral perto da primeira, e assim iam estabelecendo uma maior influência no comércio e uma certa inserção na sociedade cacaueira. Ao adquirir capital suficiente, alguns investiram na compra de roças de cacau, mas o comércio é a atividade básica do sírio-libanês. Nas palavras de Halla, “todas as suas atuações na sociedade local têm como ponto de partida o comércio, pois é ali que ele faz o seu nome, inserindo-se ou excluindo-se da vida social”.<sup>221</sup>

Como a maioria dessas famílias havia chegado com poucos recursos financeiros, a preferência de moradia recaía em locais situados fora do centro, mais adequados aos limites de suas posses. A antiga rua da Linha, atualmente subdividida em Bento Berilo e Mauá, assim chamada por nela passar a linha férrea, abrigou o maior número de imigrantes dessa procedência. Parentes e amigos iam se alojando nas proximidades, o que era fundamental para o convívio e manutenção de sua cultura, permitindo que conservassem hábitos comuns.

A tabela 11 mostra que, entre os 309 túmulos em que foi possível determinar a origem étnica dos ocupantes, existe uma predominância de euro-brasileiros nos grupos de descendência estrangeira.<sup>222</sup> Tal fato deve-se à corrente migratória formada por europeus ao longo do século XIX, configurada pelos túmulos dos seus descendentes. É possível perceber que, enquanto cresce o fluxo

---

<sup>220</sup> HALLA, R. **Imigração e adaptação dos sírios libaneses na região cacaueira, o caso de Ilhéus: 1910-1950.** 1996. Monografia (Especialização em História), FFCH, UESC, Ilhéus, p. 25.

<sup>221</sup> Id. *Ibid.*, p. 27.

<sup>222</sup> Descendentes diretos dos colonos europeus casados com nacionais.

sírio-libanês, a corrente migratória européia perde força no século XX, limitando-se então a alguns poucos comerciantes dedicados à exportação de cacau, suíços em sua maioria, os ingleses da estrada de ferro e seus empregados.

**Tabela 11** - Origem dos ocupantes dos túmulos do Cemitério da Vitória

<b>Origem</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Brasileira	12	62	131	<b>205</b>	70,4
Euro-Brasileira	11	10	25	<b>46</b>	15,8
Sírio-Libanesa	-	04	26	<b>30</b>	10,3
Européia	-	05	05	<b>10</b>	3,5
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>81</b>	<b>187</b>	<b>291</b>	<b>100</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

O jazigo perpétuo, transformado em um local de culto pelas visitas periódicas, era um capital simbólico necessário à identidade grupal. A prática de culto dos mortos fez com que cada indivíduo funcionasse como elo na cadeia da memória entre presente e passado, dando um sentido de continuidade às gerações através do tempo. O jazigo representou a expressão material da memória familiar no espaço simbólico do cemitério, dando a impressão de eternizá-la perante a sociedade.

## **Símbolos funerários e memória social**

Segundo Heinz-Mohr, etimologicamente a palavra símbolo deriva do grego *symballein*, que significa lançar junto, compor, reunir em lugar significativo.<sup>223</sup> Entre os cristãos, o símbolo foi utilizado como um testemunho vinculante entre o sagrado e o humano.

<sup>223</sup> HEINZ-MOHR, G. **Dicionário dos símbolos**: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Paulus, 1994, p. xix.

Nos afrescos de catacumbas e sarcófagos do início da era cristã são encontrados sinais simbólicos zoomorfos (peixe, pomba, cordeiro e serpente) e fitomorfos (árvore, ramo de oliveira e a rosa). A escolha dessas formas para explicar realidades não-materiais era baseada na sua oferta abundante nas representações bíblicas. A própria retomada de figuras mitológicas pagãs no sentido simbólico cristão era possível, desde que o mito não mais se relacionasse diretamente ao aspecto religioso anterior. A questão da natureza simbólica das imagens se associa à noção de alegoria, na qual a imagem é “a revelação de uma outra coisa que não ela própria”. A alegoria realiza a representação concreta de uma idéia abstrata. As representações são concebidas apoiadas nas condições reais de existência. É o contexto que fornece as bases da integridade das “idéias-imagens”.<sup>224</sup>

Como o cemitério a céu aberto perdeu muito da sacralidade em relação aos anteriores, muitos túmulos do período foram construídos simulando igrejas. Essas pequenas igrejas permitiam transportar para o terreno do cemitério público a sacralidade dos enterros no solo dos templos. Nesse sentido, a cruz também desempenhou um importante papel, como o símbolo por excelência do amor de Deus, da redenção do homem e triunfo da fé cristã.<sup>225</sup> A sua representação nas catacumbas e nos sarcófagos utilizados pelos primitivos cristãos era rara. A forma mais comum era o T (o tau grego), que corresponde à forma usada nas crucificações pelos romanos, sem a representação do Cristo. A forma síria, tendo Cristo na cruz, expandiu-se pelo ocidente e acabou por ser a mais difundida e aceita.<sup>226</sup> Com o avanço do cristianismo sobre as populações pagãs,

---

<sup>224</sup> Id. *Ibid.*, p. x.

<sup>225</sup> PÉREZ-RIOTA, J. *Diccionario de simbolos y mitos*. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

<sup>226</sup> HEINZ-MOHR. *Dicionário dos símbolos*; CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1991.

as cruzes difundiram-se na Europa durante a baixa Idade Média. Inicialmente de madeira ou pedra, a presença da cruz indicava que o local era agenciado pelo homem dotado de crença específica. A sua intensa utilização serviu, posteriormente, como expressão da dimensão religiosa dos cemitérios públicos.

A mediação religiosa teve na cruz a sua manifestação maior, sendo este símbolo muito freqüente nas sepulturas mais simples, a exemplo da representada na figura 12. A cruz, como ligação de pontos diametralmente opostos, simboliza a unidade dos extremos: o céu e a terra, o superior e o inferior, o positivo (ou vertical) e o negativo (horizontal), a vida e a morte.<sup>227</sup>



**Figura 12** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Sepultura comum com típico cercado e cruz de madeira.

Foto: do autor

---

<sup>227</sup> CIRLOT, J. E. *A dictionary of symbols*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

Conforme a tabela 12, a cruz é inegavelmente o símbolo por excelência da religiosidade presente nos túmulos, uma ligação inequívoca entre os homens e o sagrado. Porém, a configuração individualista e menos sagrada do uso de retratos e medalhões aumentou consideravelmente a partir da segunda década do século XX.

**Tabela 12 - Objetos simbólicos por datação**

<b>Objetos</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>
Cruz	16	95	204	<b>315</b>
Retrato	02	12	50	<b>64</b>
Estátuas	01	20	38	<b>59</b>
Medalhões	-	1	11	<b>12</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

Uma profusão de símbolos presentes no cemitério do município objetivava determinar o destino da alma. A subida da alma para o céu é indicada por anjos e ampulhetas aladas. Como a cruz, o anjo e a ampulheta simbolizam a relação ascendente e descendente entre o céu e a terra, entre a fonte da vida e o mundo material. O fogo, representado pelas tochas, e as flores entrelaçadas sugerem a vitória sobre a morte, assim como as coroas de louro representam a vitória da imortalidade. Alguns desses símbolos são antigos, até mesmo da época pré-cristã, que o século XIX reatualizou.<sup>228</sup>

A estatuária sacra faz-se notar de imediato e representa uma das tendências fundamentais do espaço do cemitério. Maior ênfase foi dada à estatuária feminina, que mais se relacionava com a sensibilidade romântica do período. Os principais modelos são as figuras femininas da “saúde” a lamentar-se sobre o túmulo (figura 13), ou da mulher acompanhada de crianças (figura 14).

A criança passou a ter uma dignidade no culto dos mortos, havendo um número razoável de túmulos destinados aos “anjos”.

<sup>228</sup> CHEVALIER; GHEERBRANT. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos; CIRLOT. A dictionary*; e HEINZ-MOHR. *Dicionário de símbolos*.

Nos textos bíblicos, as crianças estão associadas à candura (Mt. 18,3; Lc. 18,7). Na tradição religiosa, elas possuem algo de paradisíaco, próximas a Deus. Na arte cristã é comum a reprodução de anjos na figura de crianças, significando pureza (figura 15). Nessa figura, o anjo representado – um anjo/criança ajoelhado sobre uma almofada em atitude de oração, designado nos catálogos dos marmoristas da época como “anjo espreme-limão” – é apontado por Tânia Lima, em estudo sobre a iconografia dos cemitérios cariocas, como tendo tido uma notável persistência temporal durante



**Figura 13** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Imagem feminina em mármore carrara - túmulo da família Berbert (década de 1920).  
Foto: do autor

o período aqui estudado.<sup>229</sup> Esse talvez seja um elemento atestando influências do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, sobre o cemitério da Vitória.



**Figura 14** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Conjunto alegórico em mármore carrara representando a orfandade – túmulo da família Pinto (década de 1910). Foto: do autor

---

<sup>229</sup> LIMA, T. A. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidades sociais). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, v. 2, jan/dez, 1994, p. 106.



**Figura 15** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Anjo “espreme-limão” em mármore – túmulo da família Sá Daetwiller (década de 1930).  
Foto: do autor

Em Ilhéus, no total das 59 imagens sacras nos túmulos do período de estudo, com exceção da cruz, as imagens da Virgem são as mais comuns, destacando-se esta como mediadora mais requisitada, seguidas pelas imagens de anjos e de santos de devoção familiar (ver tabela 13). A imagem de Maria simboliza virgindade e maternidade, tornou-se testis fidei, testemunha e geradora da crença da salvação.

**Tabela 13** - Imagens sacras dos túmulos por datação

<b>Imagem</b>	<b>1880-1900</b>	<b>1910-1930</b>	<b>1940-1950</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Nossa Senhora	-	2	15	17	28,8
Anjo	1	11	4	16	27,2
Sagrado Coração	-	4	8	12	20,3
Santo Antônio	1	2	4	7	11,8
São José	-	-	2	2	3,4
São Jorge	-	1	1	2	3,4
Sagrada Família	-	-	2	2	3,4
São Pedro	-	-	1	1	1,7
			<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

Fonte: Acervo do cemitério municipal da Vitória.

São raras as imagens de santos da igreja católica no cemitério da Vitória. Dos trezentos e setenta e seis jazigos perpétuos, apenas 3,1% deles possuem tais imagens. Entre as doze imagens existentes, a de Antônio de Pádua é a mais popular, com sete unidades existentes nesse corpus. As demais imagens representam São José e São Jorge, duas de cada, e apenas uma unidade representa São Pedro.

As imagens de anjo não são originárias do contexto cimiterial, porém este espaço lhes confere uma posição proeminente. O símbolo emerge em posição destacada, como o anjo da fé, concepção mais humanista da morte, que atua como sentinela que vigia o corpo, anunciando o caminho ascendente para a salvação. A imagem possui, nos cemitérios, um papel bastante definido como referência nos túmulos de jovens e crianças, “anjos do céu”, como escrito nos epitáfios. Um outro tipo, o anjo adulto, que por vezes porta a tocha, representa uma sensibilidade religiosa diferenciada. De acordo com Vovelle, em certo aspecto, se não descristianizada, ao menos pouco ortodoxa. A partir da segunda metade do século, passou a ser esculpido com formas fluidas e feições femininas, mas conservou sua significação própria: “espalha as flores da lembrança e interroga com seu sorriso

enigmático. Com frequência também será associado ao defunto, transportando-o para o céu”.<sup>230</sup>

Em uma sociedade predominantemente católica, é corrente a concepção do cemitério como um local onde o corpo jazeria à espera da vida eterna. Nos símbolos tumulários estão muitas vezes representados aspectos das vidas dos seus ocupantes e que resultaram no seu emblema: um instrumento, uma espada, um livro, uma tocha. Esse processo no espaço da morte era homólogo ao contexto da cidade dos vivos, apesar da repetição de uma arte estereotipada e de catálogo nos túmulos. Visto que o sul baiano representava um importante mercado de arte, muitas das obras em mármore, presentes nos cemitério da Vitória, são de autoria de artistas de qualidade. Por mais que o escultor erudito estivesse sob a influência de determinadas escolas, ele trabalhava por encomenda para representar a idéia esperada pelo proprietário.

Reverenciar o morto, depositar e confiar seus restos mortais na “última morada”, implica a construção de um abrigo que pode variar em termos de soluções arquitetônicas, em geral seguindo a lógica dos recursos materiais de que dispõe cada família, indo do simples túmulo horizontal ao mausoléu. No cemitério da Vitória, muitos dos jazigos foram feitos por artistas estrangeiros e com materiais muitas vezes importados, com o objetivo de enaltecer o nome das famílias abastadas. Imagens em tamanho natural, esculpidas em um trabalho artesanal primoroso, em mármore carrara, procedente da Itália, ocupam primeiro plano nas construções, seguidas por outros elementos escultóricos de igual valor.

O caráter individualizador do nome da família foi uma das preocupações que motivaram a construção de jazigos e a aquisição de obras de arte para o seu enobrecimento. A comunidade representa-se no cemitério; as famílias usuárias tratavam seus túmulos

---

<sup>230</sup> VOVELLE. *Imagens e imaginário*, p. 331.

como se fossem prolongamentos das suas próprias casas. O caráter monumental que o local da “última morada” adquiriu era fruto da vontade de auto-afirmação social.

Os familiares vivos buscavam informar o artista sobre dados da vida do morto e sua família. Em alguns casos, era importante retratar, no metal ou na pedra, aspectos da vida do falecido que indicassem uma existência digna e próspera. Os maiores e mais custosos túmulos, em sua maioria erguidos entre as décadas de 1920 e 1930, sofrem influência da belle époque, porém em um período posterior. São referências explícitas à riqueza da cidade de Ilhéus, a “Capital do cacau”, que acabaram por determinar novas e reconhecíveis características. O traço que distingue esse período corresponde à diminuição, e mesmo ao esvaziamento, da simbologia escatológica tradicional, representada por tochas, ampulhetas, guirlandas e outros símbolos.

A belle époque se realiza com uma nova espiritualidade, procurando impregnar as alegorias com uma aparência de profundo realismo. As alegorias do período ganham sexo, expressam idade, refletem juventude, mas também assumem atitudes mais teatrais e melodramáticas quando pretendem traduzir a desolação ou a saudade, expressões comuns no romantismo. A belle époque incorporou novos elementos escultóricos que buscaram enfatizar uma nova concepção de beleza, procurando enaltecer a gestualidade teatral das figuras humanas e anjos.<sup>231</sup>

O cemitério da Vitória é basicamente dominado por túmulos de uma burguesia de origem recente, formada de imigrantes enriquecidos. A maioria deles indica o poder econômico dos seus ocupantes, muito especialmente os de “espantoso kitsch tumular à base de granito polido e figuras de bronze”.<sup>232</sup> Este último tipo torna-se comum a partir da década de 1930, quando os membros

---

<sup>231</sup> VALADARES. *Arte e sociedade*, p. 595-7.

<sup>232</sup> Id. *Ibid.*, p. 1091.

da primeira geração de lavradores enriquecidos começam a falecer e as suas famílias iniciam a construção de suas sepulturas, em um padrão de ocupação superior ao delimitado pelo código de posturas vigente. O período situado entre as décadas de 1890 e 1930 caracteriza-se principalmente como a fase de realização econômica de imigrantes e antigos pequenos lavradores locais. Estes, quando adquiriram um capital suficiente passaram a reconhecer a importância do simbólico para a sua ascensão social e a investir em túmulos monumentais.

Principalmente durante a última década do período aqui estudado, a industrialização da produção tumulária, levada a termo por marmarias mecanizadas associadas às fundições de bronze, massificou determinados protótipos estereotipados de baixa qualidade artística. As encomendas, feitas às casas mineiras e paulistas, não decorriam de um apurado critério artístico mas do desejo de afirmar sua individualidade e, conseqüentemente, de sua família. Esse processo determinou o ecletismo do espaço cemiterial a coexistência de vários estilos em uma mesma época. Determinados jazigos buscaram inspiração em estilos paradigmáticos como o classicismo grego-romano, pretendendo enobrecer, legitimar e envelhecer as linhagens regionais, muitas das quais bastante recentes.

O túmulo do coronel Misael Tavares constitui o exemplo maior da pompa tumulária em Ilhéus. Conhecido pela imprensa da época como o “rei do cacau”, foi o maior produtor individual do mundo. Nascido na zona do Cururupe, área predominantemente habitada por etnias indígenas entre Ilhéus e a antiga vila de Olivença, Tavares transferiu-se para o distrito de Cachoeira onde abriu uma pequena casa comercial e adquiriu a sua primeira roça de cacau. O comércio e a plantação prosperaram, o que lhe permitiu a aquisição de novas propriedades por todo o município. A sua ascensão econômica foi correspondida por amplo reconhecimento do seu prestígio social. Foi sócio remido da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e provedor da Irmandade do Senhor Bom Jesus

dos Passos, espécie de clube fechado de filantropos ilheenses. No ano de 1905, foi nomeado coronel comandante da 40ª Brigada da Cavalaria da Guarda Nacional de Ilhéus. Na política, ocupou os cargos de presidente do Conselho Municipal de 1912 a 1916 e de intendente entre 1917 e 1919.

A morte do coronel Tavares foi anunciada em artigo de primeira página do *Diário da Tarde*, em que ressaltadas suas qualidades tidas como exemplares:

O coronel Misael Tavares era um lutador incansável, apesar da sua idade avançada. Tendo uma origem humilde, vivendo uma mocidade laboriosa e obscura, conseguiu uma fortuna que é talvez a maior e mais sólida da Bahia, ultrapassando o seu nome as fronteiras da nossa terra como o “rei do cacau” por sem dúvida o mais opulento dos proprietários agrícolas da região. O seu nome ficou definitivamente ligado a todos os empreendimentos no sentido do maior progresso desta terra, onde aplicou sistematicamente os seus capitais, como por exemplo, em construções urbanas que são as mais importantes da cidade [...]. Todo o comércio fechou suas portas, em sinal de pesar, havendo as instituições de classe a que pertencia, hasteado a bandeira em funeral, e o prefeito encerrado o expediente municipal. Desde agora, a família atingida pela perda do seu chefe e as organizações a que pertencia em nosso meio, principalmente a Associação Comercial, tem recebido de toda parte telegramas e manifestações outras de solidariedade nesse transe em que desapareceu uma das individualidades marcantes da época do desbravamento da riqueza agrícola da região e um dos maiores pioneiros e realizadores da grandeza econômica da nossa terra.<sup>233</sup>

---

<sup>233</sup> API. *Diário da Tarde*, 9 fev. 1938, p. 1.

O coronel Tavares faleceu no Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde. O seu corpo foi embalsamado e exposto em câmara ardente na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sendo transportado de hidroavião para Ilhéus, em aparelho da Condor especialmente fretado. Ao chegar, o corpo foi levado para sua residência, onde foi realizada a missa de corpo presente pelo bispo diocesano, d. Eduardo Herberhold. Após o ato fúnebre, seguiu-se o enterro, sendo o caixão transportado em coche funerário, “com acompanhamento verdadeiramente excepcional, onde se via pessoas de todas as categorias sociais”. À beira do túmulo o doutor Ramiro Berbert de Castro “proferiu comovida oração, fixando em traços largos, a personalidade do capitalista ilheense apontando-o como um raro exemplo de dedicação ao trabalho”. Após os discursos, o caixão foi baixado à sepultura, onde foram depositadas inúmeras coroas de flores. Como último ato do ritual fúnebre, após o enterramento, o avião que havia trazido a Ilhéus o corpo “do grande servidor do progresso da cidade” levantou vôo de volta ao Rio de Janeiro, tendo feito evoluções sobre o túmulo do coronel Tavares, onde lançou uma grande braçada de flores.<sup>234</sup>

A pompa do túmulo não está expressa apenas nas dimensões e na nobreza dos materiais, mas também no lavor decorativo. A sua temática é eclética, ao mesmo tempo realista e alegórica, com a utilização de símbolos pagãos e cristãos. Um conjunto de figuras humanas contorcidas, homens, mulheres e crianças, em um painel de bronze assinado pelo artista italiano De Chirico, busca enaltecer biograficamente as ações do grande comerciante e fazendeiro, incluindo na ornamentação tumulária instrumentos de trabalho e símbolos ligados às suas atividades financeiras.

A representação de poder se dá através de elementos escultóricos sob a forma de uma figura humana subjugando um dragão aos seus pés (figura 16). Para os primeiros cristãos, o

---

<sup>234</sup> API. *Diário de Tarde*, 14 fev. 1938, p. 1.

dragão representa a incorporação do mal, identificando-se, nesse caso, com a serpente. As imagens em que o arcanjo Miguel e São Jorge são representados como matadores do dragão são bastante difundidas e devem datar do período em a Igreja reprimiu em vários países o culto pagão aos deuses.<sup>235</sup> A espada que a figura do túmulo porta é o instrumento da decisão, símbolo da força, bem apropriado à imagem de um capitalista e chefe político. Verifica-se também na sepultura a presença de imagens pagãs como a cornucópia repleta de frutos, expressando abundância, e o caduceu, símbolo do comércio e da prosperidade (figura 17).<sup>236</sup>



**Figura 16** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória.  
Imagem masculina de mármore carrara com dragão aos pés – túmulo da família Berbert Tavares (década de 1930).  
Foto: do autor

---

<sup>235</sup> HEINZ-MOHR. *Dicionário de símbolos*; e CIRLOT. *A dictionary of symbols*.

<sup>236</sup> Este símbolo está reproduzido no vitral das escadarias da Associação Comercial de Ilhéus, da qual o coronel Tavares foi sócio remido e presidente.



**Figura 17** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Imagens humanas esculpidas em bronze – túmulo da família Berbert Tavares (detalhe).  
Foto: do autor

O jazigo do coronel Tavares pode ser considerado um monumento religioso em um sentido não-ortodoxo, pois o ecletismo dos seus temas atesta um certo grau de desligamento dos símbolos católicos tradicionais. É o maior túmulo do sul da Bahia, em termos de dimensão e lavratura em pedra e bronze.<sup>237</sup> Tais predicados lhe conferem um caráter documental de maior valor,

---

<sup>237</sup> O túmulo mede 5, 40 m. de largura por 4, 40 m. de comprimento - área total: 23,76 m<sup>2</sup>.

pois é a maior evidência do desnível social e da vaidade tumulária existente no período de construção de rápidas e imensas fortunas, servindo como modelo exemplar da ascensão da nova burguesia baiana consolidada mediante o cultivo do cacau. A família de desbravadores com seus instrumentos de trabalho, retratada no túmulo, representa toda uma geração de homens e mulheres que desafiaram a mata atlântica e enriqueceram com a lavoura do cacau, da qual o coronel Tavares é a figura mais emblemática (figura 18). O trabalho na lavoura do cacau é representado no túmulo através da imagem da colheita levada a termo pelos trabalhadores rurais, do que deriva a fortuna do coronel Tavares (figura 19).



**Figura 18** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Conjunto escultórico em bronze representando uma família de desbravadores. Medalhão em bronze com arranjo floral – túmulo da família Berbert Tavares (detalhe).  
Foto: do autor



**Figura 19** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Conjunto escultórico em bronze representando a colheita do cacau – túmulo da família Berbert Tavares (detalhe).

Foto: do autor

Outros túmulos, como o da família Kruschewsky, correspondem ao ápice do processo de enriquecimento da burguesia cacaueira. Valadares observa que, em qualquer cemitério de comunidades enriquecidas, é visível o investimento nos símbolos que representam a ascensão e a afirmação individual no meio social “e o valor que seus descendentes atribuem e desejam usufruir”.<sup>238</sup> Família descendente de poloneses, os primeiros Kruschewsky se instalaram em Ilhéus às margens do rio Cachoeira no século XIX,

---

<sup>238</sup> VALADARES. *Arte e sociedade*, p. 1078.

estabelecendo plantações de cacauzeiros. Posteriormente desbravaram as matas da zona do rio do Braço, onde se tornaram grandes proprietários de terra. Entre os seus membros mais importantes está o coronel Gabino Kruschewsky, destacado fazendeiro e chefe político do município.

O túmulo é um monumento em forma piramidal, tendo no alto uma estátua de anjo em mármore carrara. A imagem do anjo adulto em tamanho natural, envolto em drapeados e panejamentos, com asas imponentes sobre um pedestal de mais de 2 metros, sugere a idéia da vitória. O anjo porta um ramo de palmeira que simboliza desejo de imortalidade, a vitória das almas sobre as angústias da morte (figura 20). A parte frontal apresenta o retrato do morto em medalhão e uma tocha invertida em bronze. A tocha faz parte da simbologia da luz, indicando a vitória da alma indivíduo sobre a morte e também a alegria (figura 21). Essa simbologia da



**Figura 20** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Conjunto escultórico em mármore carrara e bronze – túmulo da família Kruschewsky (década de 1920). Foto: do autor

luz desempenhou no mundo do pensamento cristão importante papel. Para a honra dos mortos e para consolo dos vivos, a chama é o símbolo da claridade do céu.<sup>239</sup>



**Figura 21** - Cemitério de Nossa Senhora da Vitória. Medalhão, tocha invertida e assinatura em bronze – túmulo da família Kruschewsky (detalhe).  
Foto: do autor

O caráter relativamente estereotipado e uniforme das sepulturas não tão destacadas quanto as das famílias Tavares e Kruschewsky tinha como modelo os cemitérios mais importantes do Brasil, como o de São João Batista, no Rio de Janeiro, o que contribuiu para a importação de estátuas de oficinas fluminenses e obras de artistas europeus na consolidação do cemitério da Vitória. Contudo, a imitação dos modelos de fora sofreu mediações

---

<sup>239</sup> HEIZ-MOHR. *Dicionário de símbolos*.

como o uso do cimento por artistas locais. As camadas sociais com algum capital tentaram solucionar a falta de recursos com imitações dos protótipos industrializados ou adquirindo-os em menor quantidade e tamanho. Os artesãos estrangeiros, cujos trabalhos eram altamente valorizados, eram substituídos pela mão-de-obra local. Guirlandas, ampulhetas e cabeças aladas de anjos em argamassa substituem as estátuas de mármore e bronze (ver exemplo figura 22). As guirlandas esculpidas em argamassa eram usadas nas fachadas das residências e aparecem nos túmulos como um sinal auspicioso, comemorativo do caráter vitorioso da vida do falecido (figura 23).



**Figura 22** - Cemitério Nossa Senhora da Vitória. Cabeça alada em argamassa colocada em coluna – túmulo da família Alves Dias (década de 1920).

Foto: do autor



**Figura 23** - Cemitério Nossa Senhora da Vitória. Ampulheta alada e guirlanda esculpidas em argamassa (década de 1920).

Foto: do autor

Como vimos, quando não era possível revestir o túmulo totalmente, ao menos a lápide deveria ser de mármore, com inscrições entalhadas sem maior riqueza de detalhes e criação. Somente com a disponibilidade de capital o jazigo completa o seu revestimento e ocorre uma maior incidência de detalhes e objetos decorativos. Contudo, é importante lembrar que a maioria da população, com míngua recursos financeiros e sem condições de possuir um jazigo perpétuo, era enterrada em sepulturas coletivas.

### **Costumes funerários: velórios, enterros, epitáfios e anúncios fúnebres**

Cada cultura desenvolve suas próprias práticas de luto ou sepultura, de acordo com valores associados à existência individual e coletiva. Historicamente, o período transcorrido entre a morte e as cerimônias de agregação da alma do morto à comunidade dos

antepassados, e de reintegração dos vivos à normalidade da vida social, foi transformado em um período de luto, “um ato social de exorcização da morte e de restauração da ordem”.<sup>240</sup> Para Thomas, os ritos fúnebres têm como principal objetivo superar o trauma e a desorganização social provocada pela morte entre os vivos.<sup>241</sup>

Um dos componentes mais marcantes dos funerais é a prática libertadora da presença do morto. No ocidente, o uso mais freqüente se refere à inumação, técnica pública que se reveste de uma simbologia capaz de tornar mais suportável a ruptura. A partir disso surgiu o gesto paradigmático de fazer retornar o corpo à terra, suprimindo a imagem da decomposição, dissimulando o cadáver.<sup>242</sup> Como observa Catogra,

As esperanças escatológicas semeadas pela religião judaico-cristã encontraram na descida à terra a mediação adequada à crença na ressurreição final dos corpos. Por isso, a inumação é inseparável de um ritualismo que tem nas práticas de conservação, de simulação e dissimulação as suas atitudes simbólicas mais significativas, características que podem ajudar a compreender o cariz predominantemente monumental dos cemitérios cristãos e os fortes elos existentes entre a memória e a morte.<sup>243</sup>

A dimensão ritualística dos funerais é um sinal evidente da importância dessas comemorações na produção e conservação

---

<sup>240</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 9 e 10.

<sup>241</sup> THOMAS, L-V. *La muerte, una lectura cultural*. Barcelona: Ediciones Piados, 1991, p. 115.

<sup>242</sup> URBAIN, J-D. Morte. In: *Enciclopédia Eunaudi*. Vida / Morte – Tradições – Gerações. v. 36, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 381 e ss.

<sup>243</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 13.

da memória e de sociabilidades. Os funerais são dramatizações coletivas, teatralizadas em um espaço cênico específico, onde oficiantes e assistentes desempenham seus papéis, e onde a evocação de entidades invisíveis e a organização simbólica buscam reforçar laços sociais. Os funerais, em princípio, como foi dito, são liturgias em que os vivos combatem a desarticulação social e dissimulam a corrupção do corpo causada pela morte. Ao lado dessa função, a liturgia cumpre o papel de reforçar a identificação familiar e grupal em um momento de reconhecimento de elos mútuos.

Os funerais são acontecimentos sociais em que os vivos fazem um espetáculo para si próprios, em que cada um dos participantes desempenha, ao mesmo tempo, o papel de ator e espectador, formando um complexo sistema de signos que revelam a posição social do morto em relação à parentela e à sociedade como um todo. Além da família, era comum os companheiros de trabalho ou de associações participarem ativamente na publicização da morte e na organização dos funerais e suas diversas etapas, como o velório, cortejo e discursos a beira-túmulo. Os epitáfios e artigos jornalísticos demonstram que, em Ilhéus, as categorias de trabalhadores com uma certa representatividade no corpo social, que tinham esse tipo de funeral, com uma certa representatividade no corpo social, eram as dos estivadores e ferroviários, as principais atividades proletárias urbanas do período.

Com a gradual secularização dos comportamentos fúnebres surgiu, nas camadas populares, a recusa em relação ao sepultamento anônimo, ao passo que cresciam as práticas de distinção, de individualização e de filiação nos setores sociais mais abastados. Sofisticou-se mais e mais o espetáculo dos cortejos fúnebres e aumentou sensivelmente o valor social da aquisição do jazigo perpétuo. As tentativas de preservação da memória individual, através da pompa do cortejo e dos enterramentos, provinham da conscientização de que a ascensão social e reconhecimento da coletividade também passavam pela pompa fúnebre, momento estratégico para a conquista de um espaço na memória dos indivíduos.

Os epitáfios são pródigos em expor as qualidades do morto. Para Ariès, as inscrições funerárias “significam o desejo de conservar a identidade do túmulo e a memória do morto”.<sup>244</sup> Neles são fixadas as virtudes identificadoras do evocado e “qualificada a herança espiritual a transmitir através de uma síntese edificadora da exemplaridade do finado”.<sup>245</sup> A família compõe inscrições conforme o discurso religioso do período, em grande parte laicizado. Mediante a análise dos epitáfios é possível perceber uma diferença entre as fórmulas de cunho religioso mais direto, “rogai por ele”, e as que privilegiam a conservação da memória do morto entre os vivos, “lembranças ou saudades eternas”, muito mais constantes. Nos 309 túmulos que possuem epitáfio, os sentimentos que mais se expressam são a “saudade”, presente em 123 epitáfios; “lembrança”, em 117 epitáfios; sendo que em 81 deles esses sentimentos são expressos como “eternos”. As orações e citações bíblicas estão presentes em apenas 49 epitáfios e vão diminuindo à medida que o século XX avança.

De acordo com Pierre Verger, em estudo sobre costumes na Bahia oitocentista, o local escolhido para o velório era uma das principais preocupações por parte dos familiares. O corpo era sempre exposto no melhor cômodo da residência ou salões nobres de associações políticas ou culturais, a depender da importância do indivíduo em vida. Se o defunto fosse casado, um fustão de fazenda preta e dourada era pendurado acima da porta da rua; se fosse solteiro, as cores utilizadas eram o lilás e o preto; para crianças, branco ou azul e dourado. Os caixões de pessoas casadas eram sempre pretos, a menos que se tratassem de jovens. Nesse caso, as cores eram o vermelho ou o azul. Comumente os defuntos eram enterrados com mortalhas, salvo se, por razões religiosas, outros tipos de vestimentas fossem escolhidos.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> ARIÈS, P. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977, p. 29.

<sup>245</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 108.

<sup>246</sup> VERGER, P. *Notícias da Bahia, 1850*. São Paulo: Corrupio, 1981, p.167.

Era aplicada a mais estrita etiqueta nos ritos fúnebres. Os mortos deveriam chegar ao outro mundo com a atitude e as roupas adequadas. As mulheres casadas eram envoltas em tecidos negros, com os braços dobrados e cada mão repousando no braço oposto. As moças solteiras em tecidos e guirlandas de flores brancas, as mãos juntas como que em adoração. As mãos dos homens e dos jovens eram cruzadas sobre o peito. As crianças, consideradas como inocentes ainda sem pecado, eram vestidas de santos ou anjos.<sup>247</sup> O vestuário fúnebre era especial, principalmente nos centros urbanos. Até meados do século XIX, poucos indivíduos utilizavam roupas seculares em seu funeral, sendo as mortalhas de santos preferidas entre a população do período. A utilização desse tipo de vestimenta insinua um apelo à proteção dos santos invocados e indica a valorização do cuidado com o corpo do morto.<sup>248</sup>

Após o velório, os presentes ao ato formavam um cortejo com percurso previamente determinado. Seguindo o ritual, o caixão ia à frente carregado por diversas pessoas, que se revezavam nas suas alças, e ladeado pelos familiares, amigos ou correligionários mais próximos. O transporte do caixão era um ato pleno de simbolismo. A importância das pessoas que o carregavam estabelecia a importância do morto e sua influência social. A depender do status do falecido, também se faziam presentes diversas entidades sociais e escolares, além das bandas de música, indispensáveis para o maior enobrecimento e visibilidade social dos funerais. Ao fundo, completando o cortejo, os elementos populares. Como afirma Catroga, a procissão constituía mais uma parada cívica do que um cortejo fúnebre propriamente dito, “pois fazia desfilar os símbolos e os representantes das forças sociais e políticas [...] a pretexto da morte, estava-se empenhando em legitimar e perpetuar alianças”.<sup>249</sup> No cemitério, momentos antes

---

<sup>247</sup> Id.Ibid., p. 168.

<sup>248</sup> REIS. *O cotidiano da morte*, p. 110 e 114.

<sup>249</sup> CATROGA. *O céu da memória*, p. 168.

da inumação, alguns oradores eram escolhidos para o elogio do morto, ocasião na qual eram realçadas as suas pretensas qualidades, exemplares para a memória dos vivos e, devidamente, esquecidos os seus prováveis defeitos.

Toda essa dramatização vinha consolidar, simbolicamente, um momento de convivência social no qual é possível identificar, filiar e distinguir. O discurso era pronunciado por figuras emblemáticas que representassem tais elos entre os presentes. Seu conteúdo baseava-se nas concepções morais ou políticas do grupo ao qual pertencia o morto. Quando um determinado grupo perde um dos seus mais importantes membros, salienta-se o significado social e político dos funerais. Existe, dessa forma, uma íntima relação entre a morte e a política, recorrendo-se constantemente aos funerais de figuras representativas para o reforço e consolidação de alianças políticas e posições sociais.

O culto dos mortos, em Ilhéus, expressava fenômenos que tinham lugar no campo político, dividido em facções rivais. A luta pelo poder político e social usou como um dos seus principais mecanismos a apropriação do passado e a recuperação da memória dos “grandes homens”, exaltando as suas qualidades exemplares. A evocação da exemplaridade das suas figuras-símbolo foi de crucial importância para a consolidação do novo poder, em uma sociedade que passava por importantes transformações.

A morte dos principais chefes políticos era fartamente divulgada através da imprensa, que despendia um esforço para valorizar e enobrecer as suas existências, nos necrológios dedicados à sua memória. Em vida, o coronel Pessoa era referido como “individualidade de invulgar relevo na sociedade ilheense e figura destacada, senão decisiva, da nossa história local”.<sup>250</sup> Com a sua morte, os jornais locais publicaram extensos necrológios, nos quais foi caracterizado como profissional e político. Várias homenagens foram prestadas

---

<sup>250</sup> API. *Diário da Tarde*, 26 jan. 1942, p. 2.

ao “ilustre morto”. O comércio cerrou as portas, o expediente em várias instituições e estabelecimentos foi suspenso, assim como os espetáculos cinematográficos. A madre priora das freiras ursulinas comunicou a celebração de uma missa de réquiem, na igreja do convento da Piedade, em sufrágio pela alma do falecido.<sup>251</sup>

Em artigo intitulado “As últimas homenagens a um velho servidor da nossa terra”, o Diário da Tarde relatou os funerais do coronel Pessoa:

Apesar das chuvas que caíram à hora do enterramento, grande multidão, onde se viam autoridades civis, militares, representantes de todas as classes sociais e o povo geral, já se achava às 17 horas em frente à residência do ilustre extinto aguardando o saimento do féretro. Poucos minutos depois da hora marcada o rico ataúde era retirado do catafalco armado no salão principal da residência do falecido e conduzido por pessoas da família, formando longo préstito a caminho do cemitério da Vitória. Na ladeira que leva à necrópole os postes de iluminação pública e as árvores ostentavam grandes laços negros de crepe. À frente do cortejo seguia o vigário da cidade, ladeado por membros da irmandade da Santa Casa de Misericórdia da qual o coronel Pessoa era provedor há muitos anos [...]. Antes de o corpo descer à sua última morada, usou da palavra em primeiro lugar, o advogado Heitor Dias que em comovente discurso traçou, em síntese, a vida do morto, focalizando a sua atuação na direção política deste município, tecendo merecidos elogios à velhice augusta que agora desaparecia e que bem poderia servir como **um exemplo** aos

---

<sup>251</sup> API. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1942, p. 1.

moços [...]. Terminados os discursos, elementos da família Pessoa depuseram o ataúde na campa, cobrindo-se a mesma de flores e colocada depois a lápide encerrando-se assim a fúnebre cerimônia (grifo nosso).<sup>252</sup>

Em artigo sobre a morte na sociedade oitocentista brasileira, Reis informa ser costume os cortejos deixarem as casas com o pôr-do-sol, como se o fim do dia “fosse uma metáfora para o fim da vida”. Ainda segundo o autor, a capacidade de mobilizar grande número de pessoas nos cortejos fúnebres, tal como ocorreu nos funerais do coronel Pessoa, era um sinal de prestígio do morto e da família, “um símbolo de poder secular, e ao mesmo tempo, uma proteção para a alma do defunto, que podia se beneficiar das rezas da multidão”.<sup>253</sup>

Já anteriormente a imprensa havia servido como divulgadora da imagem ideal do coronel Pessoa. Líder político incontestado e exemplo para os seus comandados, Pessoa era envolvido em uma aura de infalibilidade e de respeito quase místico. De acordo com artigo do Correio de Ilhéos,

Em torno desses homens é que o povo se reúne em nosso país. Nas mãos desses homens e não nas bandeiras de partidos, que não existem, é que se encerra a sorte e o destino do povo. Do número desses homens é que emerge a figura egrégia do senador Antonio Pessoa, cuja palavra de ordem é o programa único dessa agremiação política [...]. Conseqüência da nossa minguada cultura político-social só aos visionários poderão inculcar outro meio de associação política entre nós.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> API. Diário da Tarde, 10 jul. 1942, p. 2.

<sup>253</sup> REIS. O cotidiano da morte, p. 116.

<sup>254</sup> CEDOC/UESC. Correio de Ilhéos, 4 set. 1924, p. 1.

Analisando-se os necrológios dos mais importantes membros dos partidos locais, encontra-se um conjunto de elementos que busca enaltecer e destacar a ação cívica dessas figuras. Geralmente após o elogio fúnebre, seguiam-se listas que quantificavam e identificavam o envio de coroas mortuárias e outros símbolos de afeto, por parte de famílias e indivíduos mais próximos ao morto. Assim como ocorre em relação às sepulturas, a partir do estudo dos necrológios percebe-se que o culto dos mortos expressa tentativas para se construir e difundir uma memória coletiva centrada na identidade grupal e familiar e na exaltação de determinados indivíduos. Ao falecer, em 1902, o coronel Firmino Amaral, fazendeiro e grande negociante, teve as virtudes traçadas pelos correligionários nas páginas da *Gazeta de Ilhéos*. Devido às suas “belas qualidades de espírito” gozava do mais lisonjeiro conceito entre a população local, era, “diriam os justos, a pérola de Ilhéos”. Os seus amigos não esqueciam “aquelle grande espírito, que a todos se impunha, pela inquebrantabilidade e devem render à sua memória o mais sincero preito de homenagem”.<sup>255</sup>

O enterro do coronel Antonio Fernandes Badaró foi uma verdadeira cerimônia pública. Segundo a imprensa, grande número de pessoas encontrava-se à porta da residência do coronel Henrique Kruschewsky, de onde saíria o caixão rumo ao cemitério, em um roteiro pré-estabelecido. As alças do caixão do coronel Badaró foram sustentadas pelas mãos do intendente, do presidente do Conselho Municipal, de um conselheiro, de um juiz de paz e de dois diretores da Associação Comercial de Ilhéus. Ao passar o cortejo pela praça coronel Pessoa, “ahi foram prestadas pela Polícia Militar as honras devidas à patente do extinto bem como no adro do cemitério onde o corpo recebeu sepultura”.<sup>256</sup> A sepultura no adro foi provisória. O corpo de “um dos mais firmes e dedicados

---

<sup>255</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéos*, 16 mar. 1902, p. 2.

<sup>256</sup> CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéos*, 8 mar. 1914, p. 1.

combatentes do grande partido”, ao qual com “altivez e coragem” havia servido com “máxima lealdade”, foi transferido para a parte nova do cemitério. Uma Resolução da Intendência Municipal determinou a concessão de uma área à família do coronel, “para nella ser construído um mausoléu em que fiquem encerrados os despojos do companheiro extinto”.<sup>257</sup>

Os necrológios não constituem simples elogios. Na formulação de Leonzo eles são acima de tudo “lições de vida”, dando aos vivos exemplos a serem seguidos. Os mesmos são declaradamente parciais, via de regra escritos por correligionários políticos ou amigos do falecido. A pretensão maior dos necrológios é fazer com que os “homens notáveis” passem do domínio da morte para o da memória social.<sup>258</sup> Na imprensa, o necrológio partidário lamenta a perda do correligionário, freqüentemente reabilitando sua memória. É um momento estratégico de dar aos leitores um testemunho da fidelidade e do exemplo do companheiro falecido.

O anúncio do falecimento era geralmente feito nos jornais pelos parentes do morto ou pela instituição a que pertencia, ou mesmo por ambos. Através desse canal, era relatada à sociedade a perda sofrida por um determinado grupo familiar e/ou político. Em artigo sobre a natureza do anúncio fúnebre, Witter argumenta que a coesão material e simbólica de um grupo é prejudicada pela morte, devido à ausência do indivíduo que a compõe. As práticas funerárias, como os anúncios de falecimento e de missas em sufrágio da alma do morto, constituiriam-se em uma série de processos de socialização, reforçando a coesão e a solidariedade da família ou do grupo social.<sup>259</sup>

---

<sup>257</sup> CEDOC/UDESC. *Jornal de Ilhéus*, 15 mar. 1914, p. 1.

<sup>258</sup> LEONZO, N. O culto aos mortos no século XIX. In: MARTINS. *A morte e os mortos*. p. 77.

<sup>259</sup> WITTER, J. S. Os anúncios fúnebres: 1920-1940. In: MARTINS. *A morte e os mortos*. p. 89.

A morte de uma das filhas do coronel Pessoa retrata bem esse fenômeno. Devido à posição social da sua família, os sacramentos fúnebres foram ministrados pelo próprio bispo diocesano, D. Manuel de Paiva. O corpo, velado na capela do palacete Pessoa, foi conduzido à Matriz para ser encomendado pelo vigário, de onde seguiria rumo ao cemitério. Mais uma vez percebe-se a importância simbólica desse momento para a coesão familiar e grupal. No trajeto feito pelo cortejo, o caixão da morta foi carregado por seu pai, na época senador estadual; por dois irmãos, Antonio Jr. e Astor, deputado estadual; e pelos coronéis Virgílio Amorim, sogro da finada, Ramiro Castro, sogro do intendente Mário Pessoa, e Pedro Catalão, um dos principais chefes políticos do município. Todos eram ligados entre si, seja por relações de parentesco e compadrio, seja por fidelidade partidária.<sup>260</sup>

Através dos anúncios fúnebres pode-se constatar a posição social e econômica da família do morto, levando em conta o espaço ocupado por estes nos jornais. Não raro, um indivíduo tinha a sua morte anunciada numa mesma página por sua família, amigos e diversas instituições a que pertenceu, enquanto outros somente obtinham o espaço reservado às comunicações gratuitas.<sup>261</sup> A pesquisa das fontes hemerográficas em Ilhéus, no período estudado, forneceu um total de 165 anúncios fúnebres, diferenciados entre si quanto à importância no corpo do jornal. A maioria ocupa um espaço privilegiado, geralmente anunciando a morte dos indivíduos de maior poder aquisitivo. Nesses casos, o nome do falecido era destacado em caixa alta e no canto superior. Em seguida, no corpo do texto, era sumariada a identificação do falecido através da filiação, naturalidade e ocupação. Em menor número, encontravam-se os anúncios sucintos da morte proletária: “faleceu há dias nesta cidade a senhora Josepha ‘de tal’,

---

<sup>260</sup> CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 3 nov. 1923, p. 2.

<sup>261</sup> WITTER. *Os anúncios fúnebres*, p. 89.

viúva do africano Adão, residente na Lagoa Pequena deixando uma filha menor”.<sup>262</sup>

Conforme dados da tabela 14, ocorre uma clara hierarquização social nos anúncios fúnebres. Os avisos de falecimento dos indivíduos pertencentes às camadas populares, divididos entre operários (estivadores, ferroviários, funileiros e outros artesãos) e funcionários públicos, juntos somam 12% do total. Os anúncios dos comerciantes e fazendeiros de cacau e dos seus parentes, classificados como proprietários rurais, somam 88%.

**Tabela 14** - Anúncios fúnebres por ocupação

<b>Ocupação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Proprietários Rurais	138	79,7
Comerciantes	12	8,4
Operários	12	8,4
Funcionários	05	3,5
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100</b>

Fonte: Hemeroteca CEDOC/UESC (1910-1940).

Uma etapa posterior do culto dos mortos refere-se às missas encomendadas pela alma dos finados e as visitas periódicas ao túmulo. De acordo com Le Goff, desde cedo os cristãos adquiriram o hábito de rezar pelos seus mortos. Em relação à Antigüidade, essa prática de intervenção dos vivos em favor dos que morriam era uma novidade. Em suas orações, os pagãos pediam aos mortos, enquanto os cristãos pediam pelos mortos.<sup>263</sup> Santo Agostinho foi o primeiro a afirmar a eficácia dos sufrágios pelos mortos. Essa prática aos poucos se tornou uma forma de reverenciar sua memória. A liturgia cristã mostrou um grande interesse pela celebração daqueles que partiram, extrapolando o Memento

<sup>262</sup> CEDOC/UESC. *Gazeta de Ilhéos*, 31 jan. 1904, p. 1.

<sup>263</sup> LE GOFF, J. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 64.

dos Mortos do cânone da missa e da oração pelos defuntos. Os sacramentários romanos atestam o uso das missas pelos defuntos, que não só eram celebradas no dia do funeral, mas em qualquer dia como forma de exaltação.<sup>264</sup>

Conforme dados da tabela 15, entre os 35 anúncios de missas de sétimo e trigésimo dias, e de primeiro ano de falecimento pesquisados, mais de 85% comunicam a data e o local das missas em sufrágio da alma de proprietários rurais e familiares mortos. Alguns poucos anunciam as missas de comerciantes e não foram encontradas referências às missas celebradas em sufrágio da alma de membros das camadas populares.

**Tabela 15** - Anúncios de missas por ocupação

<b>Ocupação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Proprietários Rurais	30	85,7
Comerciantes	05	14,3
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Hemeroteca CEDOC/UESC (1910-1940).

A Igreja católica divide o culto em dois tipos: o interior, de cunho privado, e o externo, de cunho social.<sup>265</sup> Esse último, praticado coletivamente, foi um dos momentos usados pela burguesia cacauzeira para o reforço de solidariedades e de confirmação de prestígio social, como podemos perceber pela informação verbal de Raymundo Sá Barretto, um dos principais memorialistas locais:

A minha casa era defronte da igreja de São Jorge (Matriz), e a igreja tinha uma missa das nove horas freqüentada pela fina flor do maracujá de Ilhéus,

<sup>264</sup> Id. Ibid. p. 149.

<sup>265</sup> LIMA, J. de A. Mons. **Explicação didática da Santa Missa**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1951, p. 18.

aquelas senhoras todas, o coronel Pessoa, aquela gente toda. Quando acabava a missa, iam lá para casa. As senhoras ficavam na sala de jantar, os homens na sala de visita tomando whisky, o Virgílio Calasans de Amorim, Antonio Pessoa da Costa e Silva, o Pedro Levino Catalão, o Misael, essa gente, e tinha muita conversa.<sup>266</sup>

Como afirmou Eusínio Lavigne, a importância desses momentos para a sociedade ilheense era fundamental, pois “não há regozijo em família ou acontecimento social que não seja geralmente comemorado com missa, notadamente pelos homens abastados”.<sup>267</sup> O caráter de espetáculo e ampla mobilização social e material dos ritos fúnebres na região do cacau, assim como em todo o Brasil, é uma característica compartilhada com os outros tipos de manifestações de religiosidade. O caráter público e pomposo dos funerais da burguesia cacaueira é resultante da concepção na qual a sobrevivência da memória individual e familiar dependia também da participação de amplos segmentos sociais e que primavam por sua exterioridade e por seu simbolismo.

De muitos modos, as práticas relacionadas à morte constituíram formas de consolidação de identidades e estabelecimento de memórias e hierarquias sociais em Ilhéus, no período estudado. As elites aproveitaram-se da hora da morte para colocar o espetáculo como estratégia de manutenção de representações no intuito de reproduzirem as hierarquias sociais. Dessa forma, no lugar dos mortos, representaram-se as crenças e relações do universo dos vivos, estabelecendo uma ligação entre esse espaço e o contexto mais amplo da sociedade na qual está inserido.

---

<sup>266</sup> GUERREIRO DE FREITAS, A. F. (Org.). *Testemunhos para a história: Sá Barreto*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 79.

<sup>267</sup> LAVIGNE, E. *Regionalismo literário*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1969, p. 19.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do século XIX, Ilhéus experimentava a expansão da lavoura do cacau, que tornava o sul baiano a principal região econômica do estado. A camada social dominante dividiu-se entre fazendeiros tradicionais e novos ricos, agrupados em núcleos políticos de cunho familiar, estes últimos em busca de representatividade e reconhecimento por parte da sociedade local, que correspondesse à sua situação econômica.

Em seus discursos, os diferentes grupos da elite cacauera acabaram por difundir, cada um, a sua visão de mundo. Isso não seria feito apenas por meio do discurso escrito, inacessível para a maioria da população, possuidora de baixos níveis de educação formal. Utilizou-se sinais mais universais como as imagens e os símbolos, pois, como afirma Carvalho, “a batalha de símbolos e alegorias é parte integrante da luta política e tem por objetivo atingir o imaginário popular”.<sup>268</sup>

A manipulação do imaginário social foi particularmente importante em um período de profundas mudanças sociais, como as ocorridas na sociedade ilheense nas primeiras décadas do século

---

<sup>268</sup> CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

XX, contexto da ascensão da lavoura cacauera à condição de principal produto de exportação da Bahia. Esse fenômeno foi levado a efeito principalmente pelo grupo dos novos ricos do cacau, em sua tentativa de manipular os sentimentos coletivos com o objetivo de criar um novo conjunto de valores sociais, urbanísticos e políticos e, em decorrência disso, uma nova sociedade liderada pelos homens feitos por si.

Com base no mito do progresso, foi dada uma nova feição urbana à cidade de São Jorge dos Ilhéus, tornada símbolo das mudanças sociais trazidas pela consolidação econômica da lavoura cacauera. Os mentores das reformas projetaram a eliminação de todos os elementos do passado que não se adequassem ao ideário progressista, demonstrando um total desprezo pelos elementos do passado que não contribuíssem para a edificação da cidade ideal, a “Capital do Cacau” e “Princesa do Sul”. Os mais abastados membros da burguesia regional dedicaram-se com afinco a deixar sua marca em monumentos urbanos, prédios e túmulos, que constituem verdadeiros discursos. Sua construção obedeceu não só a idéias políticas, mas também a concepções estéticas segundo as quais a arte deve ser a idealização da realidade.

Com uma economia privilegiada, a partir do final do século XIX, Ilhéus passou a, progressivamente, apresentar-se como uma cidade “nova”. Não mais o casario “pesado e inestético” deveria ser o seu referencial urbano, mas uma imagem moderna, industrial e civilizada. O surgimento desse ideário civilizatório se faz sentir mais visivelmente a partir da adoção de grandes programas de saneamento. Tratava-se de trazer uma nova racionalidade para os centros urbanos, implementando projetos de cunho progressista que pretendiam eliminar a doença, distanciar a pobreza e criar uma nova imagem de cidade. Projeto esse encampado pelas novas elites econômicas que identificavam-se com a cidade progressista e laboriosa e ali buscavam construir a sua própria memória.

O que está em jogo na memória é o sentido de identidade individual e coletiva. A memória serve para manter a coesão dos

grupos que compõem uma sociedade, para definir sua complementariedade, mas também estabelecer as oposições em relação uns aos outros. O fenômeno de secularização dos cemitérios criou condições de possibilidade para que também o culto dos mortos fizesse parte do processo de constituição de identidades e distinção dos indivíduos, famílias e grupos sociais e políticos. As diferenças estabelecidas entre a monumentalidade dos jazigos perpétuos e as sepulturas comuns eram análogas à distância entre os palacetes construídos pelos grandes fazendeiros e comerciantes e as casas populares dos bairros periféricos. Nas elites econômicas, o empenho na demonstração de status se verificava sobretudo entre os recém enriquecidos.

Uma análise dos ritos fúnebres em geral revela mais nuances de como as camadas mais favorecidas da população ilheense podiam utilizar o momento da morte para expressar os seus valores. Os cortejos, o luto, os rituais de sepultamento, anúncios e necrológios também constituíram formas de perpetuar a memória individual ou familiar e auxiliavam a construir uma imagem ideal da existência do morto, da prosperidade regional e seus agentes.

As elites cacaueiras acabaram por transferir para o cemitério as hierarquias sociais nas quais eram a parte dominante. Passou a ser cada vez mais importante para o indivíduo e sua família possuir uma concessão perpétua, considerada como uma propriedade inalienável e transmissível aos descendentes, um verdadeiro marco do prestígio social e das afetividades familiares. Os túmulos erguidos no cemitério da Vitória, símbolo da riqueza material da cidade e da própria região produtora de cacau, constituem, dessa forma, documentos da trajetória econômica e social da região. Ao lado dos palacetes urbanos, os jazigos constituem a face pétrea da memória regional, marca indelével de um tempo e registro da identidade de uma sociedade multifacetada.

## FONTES MANUSCRITAS

### APEB

Seção Colonial e Provincial:

Câmara de Ilhéus – maços 2395-1, 2397, 2398 e 2400.

Registro Eclesiástico do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863) – pasta 4713.

Seção Judiciária:

Correspondência dos Juizes de Ilhéus – maços 2395-1, 2397, 2398 e 2400.

Inventários de Ilhéus – nn. 02/759/1225/4, 02/750/1216/05, 02/795/1220/14, 02/762/1228/12, 03/758/1224/06, 03/781/1248/16, 03/1372/1841/18, 02/758/1224/15, 02/759/1225/7, 02/757/1223/9, 02/755/1221/4.

### ACDI

Registro de Casamentos de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892).

## FONTES IMPRESSAS

BAHIA. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo Exmo. Presidente da Bahia Comendador Manoel Pinto de Souza Dantas, 1/3/1866. Typographia Tourinho, 1866.

BAHIA. Relatório que apresenta à Assembléia Legislativa da Bahia o Exmo. Barão de São Lourenço, Presidente da Mesma Província em 11/4/1869. Salvador, Typographia Tourinho, 1869.

CARDOSO, J. **Ilhéos, a pérola da Bahia**. Ilhéus, 1929. [Folheto].

ILHÉUS. **Código de Posturas do Município de Ilhéos**. Estado da Bahia, Lei n. 277 de 1/out/1924. Typografia Indiana de I. Cezimbra, 1925.

DA RIN; GONÇALVES. **O Plano Director Para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéos.** Ilhéos, Prefeitura Municipal, 1933.

## FONTES HEMEROGRÁFICAS

### **Arquivo Público de Ilhéus**

Diário da Tarde (1935-1942).

### **Centro de Documentação e Memória Regional / UESC**

A Época (1917 a 1921).

A Notícia (1931).

Cidade de Ilhéos (1908).

Correio de Ilhéos (1921 a 1924).

Diário da Tarde (1928 a 1931 - 1938).

Gazeta de Ilhéos (1901 a 1905).

Jornal de Ilhéos (1912 a 1915 -1923).

## FONTES ORAIS

Entrevista com Gilberto Homem d'El-Rei, 2 fev. 1999.

Entrevista com Pedro Scola Homem d'El-Rei, 4 fev. 1999.

## FONTES VISUAIS

Acervo do Cemitério de Nossa Senhora da Vitória.

Acervo do Cemitério da Fazenda Cordilheira.

Acervo Fotográfico Particular de Raimundo Kruschewsky Gomes Ribeiro.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, D. V. **Descrições práticas da província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALBAGLI DE ALMEIDA, G. Notas sobre a evolução de Ilhéus. In: **Revista Especiarias**, UESC, ano 2, nn. 3-4, Ilhéus, 2000.

ALMEIDA, M. do C. E. **A Victoria da renascença baiana, a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU/UFBA, Salvador.

ANDRADE, J. D. **Dicionário histórico e ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Colorgraf, 1986.

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

\_\_\_\_\_. **O homem diante da morte**. 2 v. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

\_\_\_\_\_. **Images de l'homme devant la mort**. Paris: Seuil, 1983.

AUGEL, M. P. **A visita de Maximiliano da Áustria à Ilhéus**. Salvador: CEB/UFBA, 1981.

BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs**. Paris: Payot, 1984.

BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. **Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural da Bahia. Monumentos e sítios do litoral sul**. v. 5. Salvador, 1988.

BASTIDE, R. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1978.

BAXANDALL, M. **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BECKER, E. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRANDÃO, A.; ROSÁRIO, M. **Estória das histórias de Ilhéus**. Ilhéus: SBS, 1970.

BERBERT DE CASTRO, E. **Formação econômica e social de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.

BONDAR, G. **A cultura de cacau na Bahia**. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938.

BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ilhéos, documentos que interessam à sua história**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

BREFE, A. C. F. A cidade das memórias: a São Paulo dos memorialistas. **Revista História**. UNESP, São Paulo, v. 15, 1996.

BRITO, R. de S. **O livro de Ilhéos**. Rio de Janeiro: Tipografia Linconl, 1923.

BURGUIERE, A. Antropologia histórica. In: LE GOFF, J. (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BURKE, P. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

CALDEIRA, C. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.

CAMPOS, A. A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. 1994. Tese (Doutorado em História) FFCH, USP, São Paulo.

CARDOSO, F. H. **A cidade e a política**. Cadernos do CEPRAP, n. 7, São Paulo, 1972.

- CARDOSO, J. **Ilhéus, a pérola da Bahia**. Ilhéus, 1929. Folheto.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- COSTA, J. P. **Terra, suor e sangue: lembrança do passado da região cacauera**. Salvador: EGBA, 1995.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DEBRAY, R. **Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.
- DOWDEN, K. **Os usos da mitologia grega**. São Paulo: Papirus, 1995.
- EDELWEISS, F. **Ensaio biográfico**. Salvador: CEB/UFBA, 1976.
- FALCON, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá, 1995.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERREIRA CÂMARA, M. **Ensaio de descrição física e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus**. Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. v. 1, 1789.

FREIRE, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, s.d.

GIRADERT, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERREIRO DE FREITAS, A. F. **Os donos do fruto de ouro**. 1979. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais), FFCH, UFBA, Salvador.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Testemunhos para a história**: Sá Barretto. Ilhéus: Editus, 2001.

\_\_\_\_\_.; PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul. Ilhéus: Editus, 2001.

HALLA, R. D. **Imigração e adaptação dos sírios libaneses na região cacauera, o caso de Ilhéus: 1910-1950**. 1996. Monografia (Especialização em História), FFCH, UESC, Ilhéus.

HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

HEINZ-MOHR, G. **Dicionário dos símbolos**: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Editora Paulus, 1994.

HERTZ, R. **La muerte y la mano derecha**. Madrid: Alianza, 1990.

HOBBSAWN, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JABOATÃO, A. de S. M. **Novo orbe seráfico**. Rio de Janeiro, 1858/1862.

KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória**: ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LANA, A. L. A cidade controlada: Santos (1870-1913). In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. M. **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAVIGNE, E. **Paz e humanismo**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1968.

\_\_\_\_\_. **Regionalismo literário**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1969.

LEACH, E. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, L. L. M. Morte e fotografia. In: KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória**: ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

\_\_\_\_\_. **Retratos de família**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEMOS, C. **A história da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIGOU, D. La cremation. In: THOMAS, L. V. **La mort aujourd'hui**. Paris: Antropos, 1977.

LIMA, Mons. J. de A. **Explicação didática da Santa Missa**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1951.

LIMA, T. A. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, USP, v. 2, jan./dez., 1994.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACHADO, R. **Nada do que é urbano lhe é estranho**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAHONY, M. A. **The world made: society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1882-1919)**. 1996. Tese (Doutorado em História), Faculty of the graduate school of Yale University.

\_\_\_\_\_. **Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. In: Revista Afro-Ásia, nn. 25-26, Salvador, UFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. Afro-brazilians, land and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920. In: KRAAY, H. (Org.). **Afro-brazilians culture & politics: Bahia, 1790-1990**. New York: M. E. Sharp, 1998.

MANGABEIRA, F. **João Mangabeira: República e socialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, J. L. de S. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: PUCCELLI, E. (Org.). **Discurso fundador – a formação do país e a construção de identidade nacional**. Campinas-SP: Pontes, 2001.

MATTOSO, K. de Q. **Bahia no século XIX, uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Família e sociedade na Bahia no século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

\_\_\_\_\_. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MELLO E SOUZA, L. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e fortificações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

PECHMAN, R. M. O urbano fora do lugar? In: RIBEIRO, L. C.; \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC – Marca d'Água, 1996.

PEREIRA FILHO, C. **Ilhéus, terra do cacau**. Rio de Janeiro: Andes, 1959.

PÉREZ-RIOTA, J. **Diccionario de symbolos y mitos**. Madrid: Tecnos, 1997.

PESAVENTO, S. J. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Contexto, v. 15, n. 29, 1998.

PESSOA, A. **Um testemunho do passado: meio século de Ilhéus** contado pelo coronel Pessoa. Revista Espelho, Rio de Janeiro, 1937.

PESSOA, M. de C. **No tempo de Mário Pessoa**. Salvador: EGBA, 1994.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista de Estudos Históricos, FGV, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989.

PRADO JR. C. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológico. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.

RAGON, M. **L'Espace de la mort**. Essai sur l'architecture, la décoration e l'urbanisme funéraires. Paris: Albain Michel, s.d.

RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: s. n., 1985.

RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: 70, 1987.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

\_\_\_\_\_. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L.C. & PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- RIBEIRO, L. C. *Transparências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil*. In: \_\_\_\_\_.; PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RODRIGUES, J. C. **O tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ROUANET, S. P. A cidade iluminista. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj – Iphan, 1997.
- RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. Brasília: UNB, 1988.
- SALES, F. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981.
- SANTA MARIA, Frei A. de. **Santuário mariano**. Lisboa, 1722.
- SANTOS, A. C. M. Entre a destruição e a preservação. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ – IPHAN, 1997.
- SANTOS, J. L. **Família e história: um estudo e uma questão**. 1976. Dissertação (Mestrado em História), IFCH, UNICAMP, Campinas-SP.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA CAMPOS, J. da. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

SOUZA, R. S. A. **A cidade e sua sombra: conformação urbana contemporânea e exclusão sócio-espacial em cidades de médio porte: Ilhéus-Bahia**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU/UFBA, Salvador.

TAVARES, J. da S. **O comércio do cacau, particularmente no Estado da Bahia**. Bahia, 1915.

THOMAS, L. V. **La muerte, una lectura cultural**. Barcelona: Paidós, 1991.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas sociais. In: RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

URBAIN, J-D. **La société de conservation: étude sémiologique des cimetières de l'occident**. Paris: Payot, 1978.

\_\_\_\_\_. Morte. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vida / Morte – Tradições – Gerações. V. 36. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997.

VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, 2 v.

VASCONCELOS, S. **Chronica da companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Rio de Janeiro, 1864.

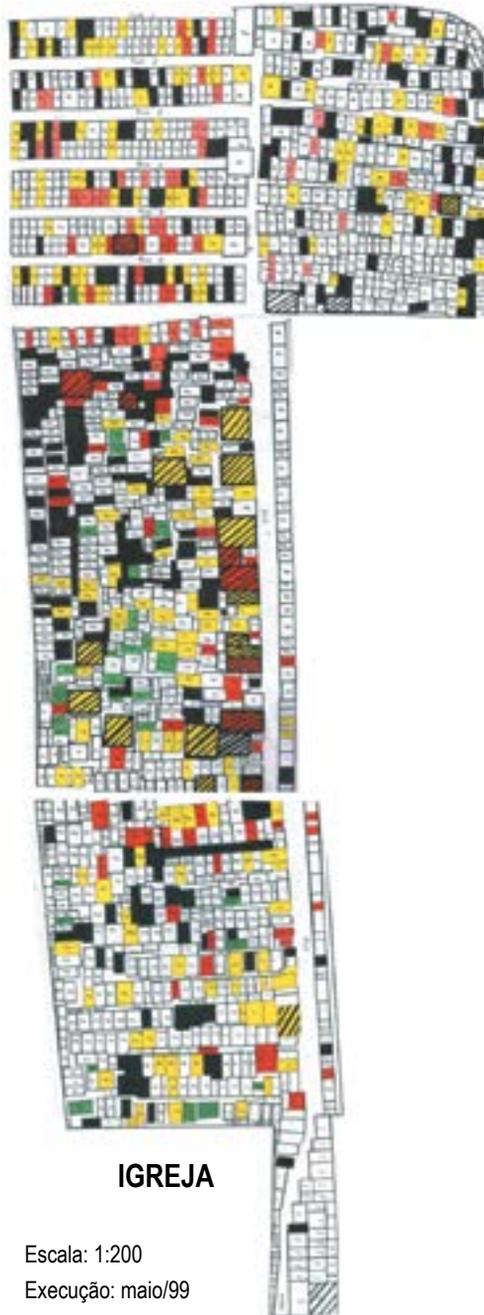
VASCONCELOS, P. de A. **Salvador, transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2001.

- VERGER, P. **Notícias da Bahia – 1850**. Salvador: Corrúpio, 1981.
- VICENTINI, Y. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e meio ambiente: cidade e ambiente urbano**. Curitiba: UFPR, 2001.
- VIDAL, D.G. Fontes visuais: significar uma peça. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, n. 13, 1994.
- VIOTTI DA COSTA, E. Urbanização no Brasil do século XX. In: \_\_\_\_\_. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: s.n., 1977.
- VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. et alli. **La ville des morts**. Essai sur l'imaginaire urbain contemporain d'après les cimetières provençaux. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1983.
- VON MARTIUS, K. F. P. Viagem pelo Brasil. In: SALES, F. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981.
- WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- ZEHNTNER, L. **Le cacaoyer dans l'état de Bahia**. Berlin: Friedland & Sonh, 1914.
- ZIEGLER, J. **Les vivants et les morts**. Paris: Seuil, 1975.

## **ANEXOS**

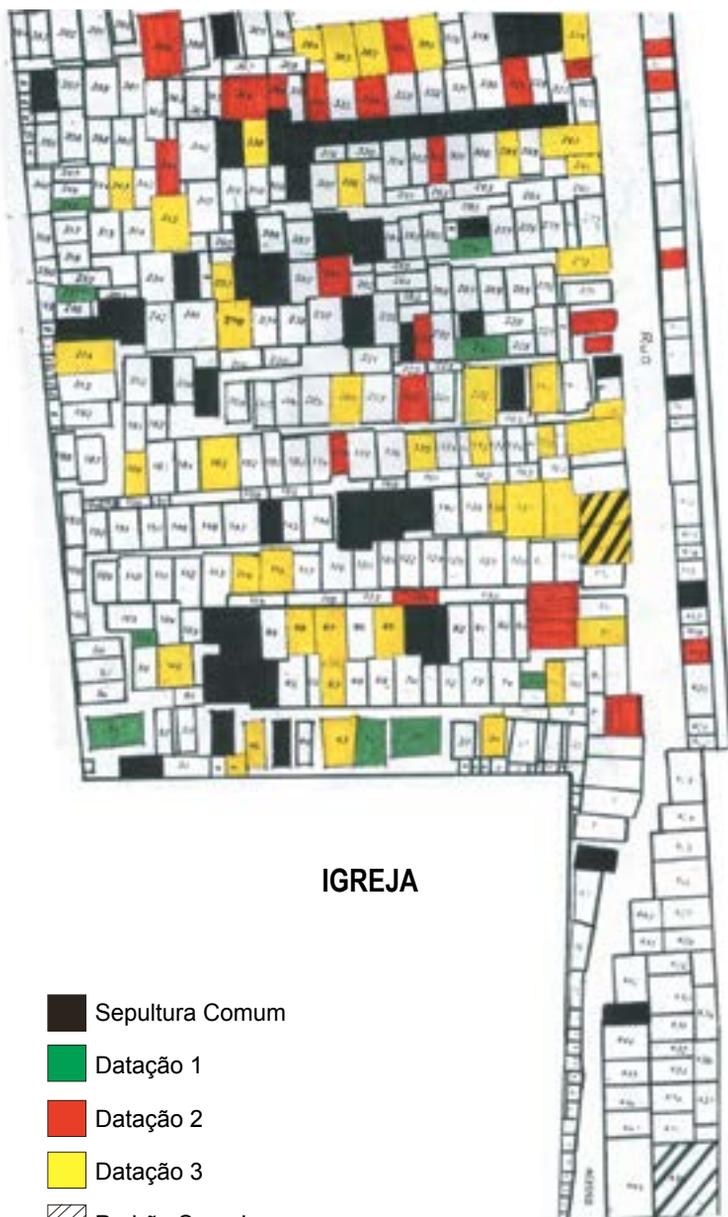
**LEVANTAMENTO CADASTRAL DO  
CEMITÉRIO N. SA. DA VITÓRIA**

# PLANTA I



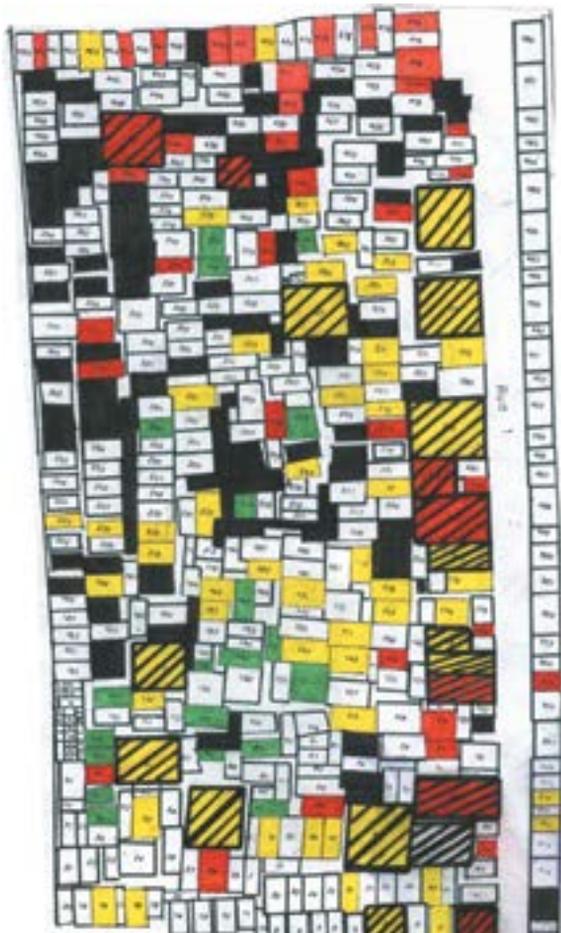
## PLANTA 2

área antiga



### PLANTA 3

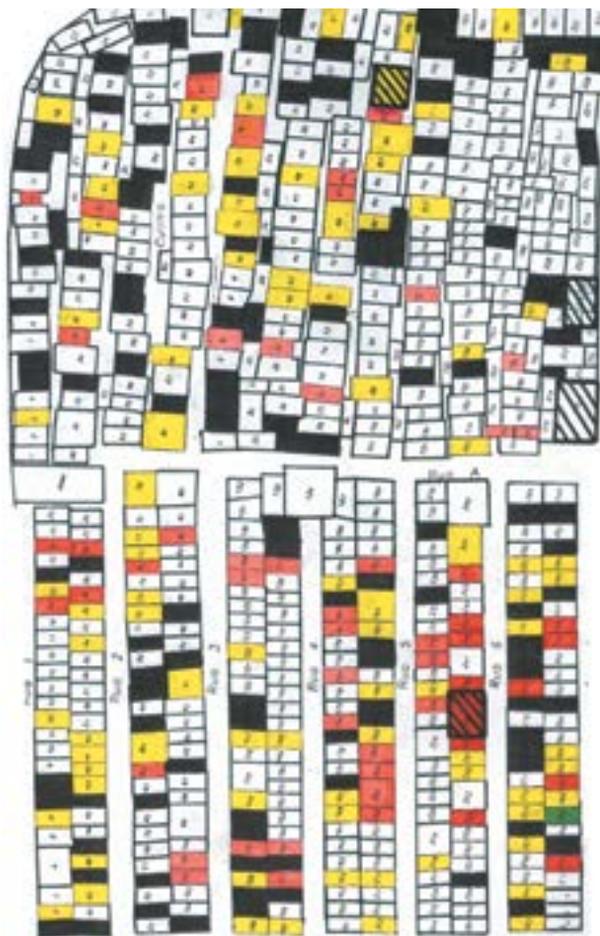
expansão da área antiga



-  Sepultura Comum
-  Datação 1
-  Datação 2
-  Datação 3
-  Padrão Superior

# PLANTA 4

área nova



-  Sepultura Comum
-  Datação 1
-  Datação 2
-  Datação 3
-  Padrão Superior

É um trabalho de história política, uma nova história política que não se resume às iniciativas de figuras de destaque na sociedade - embora estas sejam contempladas - mas procura compreender a interação entre grupos diferenciados das elites econômicas nos vários espaços e rituais na região. São focalizados os núcleos familiares e políticos que congregavam, de um lado, os novos ricos do cacau, que lá se estabeleceram em finais do século XIX e início do XX e, de outro, a elite tradicional, composta por fazendeiros residentes de longa data no local.

*Lígia Bellini*  
*Departamento de História*  
*Universidade Federal da Bahia*



ISBN 857455098-1



9 788574 550985